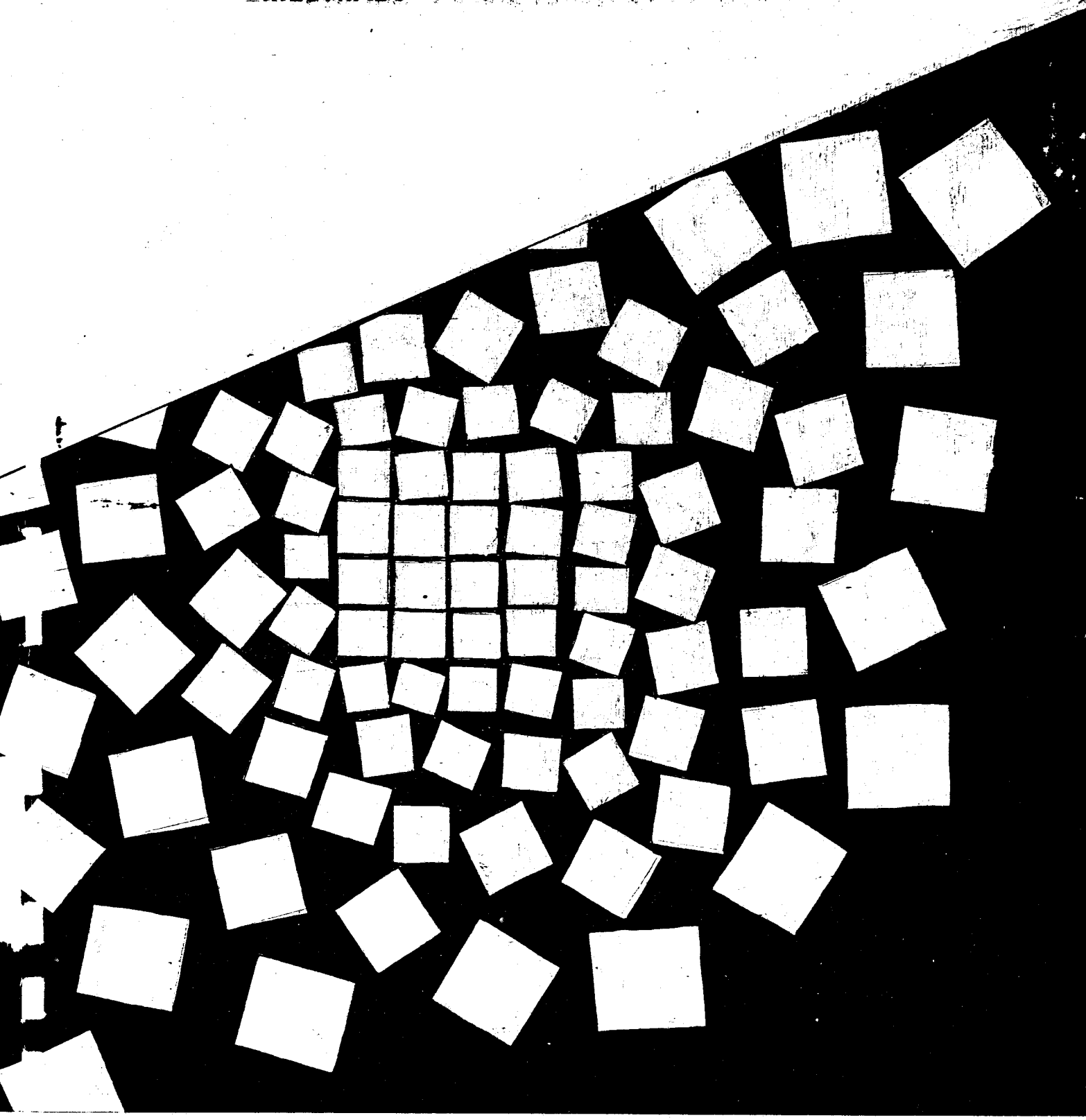
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS



ORGANIZAÇÃO DE BASE: REINVENÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR

ANTONIO DIAS NASCIMENTO

SALVADOR • 1985

Universidade Federal da Bahia - UFBA
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Esta obra foi digitalizada no
Centro de Digitalização (CEDIG) do
Programa de Pós-Graduação em História da UFBA

Coordenação Geral: Carlos Eugênio Líbano

Coordenação Técnica: Luis Borges

2009
Contatos: lab@ufba.br / poshisto@ufba.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ORGANIZAÇÃO DE BASE: A reinvenção da participação popular

POR: ANTONIO DIAS NASCIMENTO
ORIENTADOR: PROF. UBIRATAN ARAÚJO DE CASTRO

Dissertação apresentada à Universidade Federal da Bahia como requesito parcial para obtenção de grau de Mestre em Ciências Sociais.

SALVADOR - BAHIA

1985

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA
BIBLIOTECA
No. de Tombo

NASCIMENTO, Antonio Dias

Organização de Base: Reivenção de participação Popular/Antonio Dias Nascimento, 1985. 240p. XEROX

Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia.

Aos trabalhadores rurais,

na esperança de bons tempos;

Aos meus pais,

cuja simplicidade da vida rural
ensinou-me a esperança;

A Leila, esposa e amiga

cuja inquietação
coloca-me o ânimo de repensar sempre;

A Alice, Amélia e Aurora, filhas queridas,

cujo desabrochar,
impõe-me o compromisso com o futuro.

" ... um pescador me confirmou,
que uma boa brisa lhe soprou,
que vem aí bom tempo ... "

Chico Buarque de Holanda

ÍNDICE

INTRODUÇÃO 01

PRIMEIRO CAPÍTULO

1 - Igreja: a descoberta da organização pela base

1.1 - A organização dos Trabalhadores e a Igreja 11

1.2 - Sindicalismo rural como alternativa 39

1.3 - Da vivência religiosa à organização social. 72

SEGUNDO CAPÍTULO:

2 - Mecanismos de mediação da sociedade política e a organização de base

2.1 - Partidos Políticos e organização de base 94

2.2 - Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais retornando às bases. 121

TERCEIRO CAPÍTULO:

3 - Vitória da Conquista: Tensões e conflitos

3.1 - A ação da Igreja 153

3.2 - A atuação partidária 179

3.3 - Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais 204

CONCLUSÃO 237

BIBLIOGRAFIA

ANEXOS

I N T R O D U Ç Ã O

O presente estudo pretende abordar a questão da "organização de base" , tal como retomada pelos movimentos populares a partir do final dos anos 70 . Inicialmente , essa idéia surgiu para expressar o resultado da atuação da Igreja a partir do seu reencontro gradual com os setores oprimidos . Mais especificamente nos momentos críticos de desarticulação da sociedade política , onde o Estado opressor praticamente conseguiu subtrair aos mecanismos de mediação política as suas possibilidades efetivas de representação, dos diferentes setores aos quais se ligavam . A Igreja se torna o espaço que favorece a recuperação desses mecanismos, mas em novas bases .

No meio da classe trabalhadora , a idéia de "organização de base " se traduz em diferentes manifestações de atitudes, muito embora, todas elas embasadas no substrato comum da recuperação da participação popular nas instâncias de decisão . Após o endurecimento do regime em 1968, os trabalhadores recuam da luta aberta nas ruas, para a organização interna , a nível das unidades de produção , em comitês de fábrica , lutando por reivindicações específicas .Mais tarde, com o Governo de " distensão ", toda a força acumulada , por quase uma década , põe em mobilização permanente a classe trabalhadora em busca da reposição salarial, ainda que tendo de lutar contras as limitações impostas pela regi

me . As paralisações explodem por todos os cantos do País , desmoralizando a Lei Anti-Greve , na prática, e pondo em questão a Lei do " Arrocho Salarial".[1]

Ao final da década de 70 , os trabalhadores afirmam a necessidade de reorientar os sindicatos no sentido de torná-los instrumentos válidos na mediação dos seus interesses . Surgem com força espantosa , em todo o País , os movimentos de oposição sindical . Questiona-se, tanto o domínio das direções sindicais por dirigentes descomprometidos com as lutas e os interesses dos trabalhadores, como a própria estrutura sindical vinculada ao Estado . Como alternativa para a consecução dessa reorientação das direções sindicais , propõe-se a " organização de base" dos trabalhadores para se chegar à eleição de lideranças autênticas .

Essas lutas da classe trabalhadora , à medida em que se vão intensificando ,acabam sendo também encampadas por outros setores da sociedade civil e influindo na sociedade política, entendida aqui como o segmento da sociedade civil que se dedica à mediação política na sociedade como um todo. Assim , a " questão social " vai deixando de ser caso de polícia , para se tornar uma questão central no Congresso Nacional , na opinião pública e em todos os segmentos democráticos , culminando com o encurralamento do regime que, diante das condições objetivas , se vê obrigado a aceitar a al

---

1. Cadernos do CEAS , nº 61 .

ternância do poder .

Deste modo , a questão da " organização de base " se nos afigura inicialmente como um fenômeno decorrente da crise de desarticulação da sociedade política e que encontra reforço, sobretudo ,no seio de algumas instituições como a Igreja , os Partidos e os Sindicatos. Como a Igreja foi o espaço sobre o qual o regime menos pôde exercer o seu controle , foi aí onde os setores oprimidos encontraram o abrigo necessário para a recuperação de suas forças , para intervir policiticamente contra o regime e reinventar as formas de participação popular . Daí a hipótese inicial de que " a organização de base" teria nascido da motivação da Igreja .

Como a preocupação com a"organização de base" esteve também presente em outras instituições , como os partidos e os sindicatos , elegeu-se como campo de investigação, além da prática social da Igreja , a prática dos partidos e dos sindicatos na sua relação com os movimentos populares. As razões óbvias , ao nosso ver , dessa escolha se deve ao to de terem sido elas as instituições que melhor refletem o desenvolvimento desse fenômeno .

A opção metodológica para a análise da questão foi a do estudo de caso , dentro da compreensão clássica de que " cada fato, na sua essência ontológica, reflete toda a realidade ; e o significado objetivo dos fatos, nem sempre perceptível na sua verdadeira dimensão ao observador participante , consiste na riqueza e essencialidade com que

eles completam e, ao mesmo tempo, refletem a realidade". Em suma, "cada processo cognoscitivo da realidade social é um movimento circular em que a investigação parte dos fatos e a eles retorna".[1]

Assim é que, depois de haver percorrido vários Estados Brasileiros, como assessor do movimento sindical dos trabalhadores rurais, desde Pernambuco, quando trabalhamos junto sindicato dos Trabalhadores Rurais do cabo junto à Comissão de Reforma Agrária do Cabo, passando em seguida pela assessoria do Ministério do Trabalho em Salvador. Depois, retornando ao movimento, para trabalhar junto à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG e, posteriomente, junto à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia. Por último, no centro de Estudos e Ação Social - CEAS e, Salvador, em cuja prática nasceu a idéia de pesquisa escolheu - se, para esse estudo de caso, o Município de Vitória da Conquista, na Bahia, onde se vem dando, desde de 1968, uma experiência bastante significativa em termos de organização de base.

Evidentemente que essa ligação do autor com o movimento sindical dos trabalhadores rurais e com o movimento popular em geral, se refletiu fortemente no presente estudo. Este fato pode ser observado frequentemente no realce, às vezes desnecessário, a detalhes que, um outro observador,

---

1. KOSIK, Karel - A dialética do Concreto.P.40 Rio de Janeiro . Paz e Terra . 1976 . 2ª. Edição .

cuja vinculação com a questão fosse meramente acadêmica, por certo, não o daria. Por outro lado, muitas colocações que poderiam ter aparecido em depoimentos, inevitavelmente, são expressas aqui como resultado de observações sobre experiências vividas pelo autor. Há de se compreender que, por ocasião das muitas entrevistas realizadas com trabalhadores, religiosos, lideranças populares e líderes políticos, dada a própria vivência de causa, sequer nos acometeram determinadas questões de conhecimento público.

Esse trabalho, como pôde ser observado acima, é resultante, não apenas da preocupação mais direta com a questão da " organização de base ", como vem ocorrendo desde a nossa vinculação ao Mestrado em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, desde 1980. Esse estudo é resultante, também, da vivência, de mais de 20 anos, comprometida com o movimento popular no Brasil, especialmente com o movimento sindical dos trabalhadores rurais.

A trajetória percorrida no processo de investigação passou, inicialmente, pela revisão bibliográfica da literatura clássica e de boa parte da literatura produzidano Brasil sobre as questões tratadas, na medida do suficiente para a construção do marco teórico. A atenção maior foi dada aos registros documentais, principalmente no que se refere ao movimento popular em Vitória da Conquista, mesmo porque a vinculação do autor com os processos ali desenvolvidos, especialmente depois de 1978, poderia comprometer mui

to mais , o resultado das observações .

Assim , foram consultados todos os números editados do Boletim das CEBs , O ANIMADOR ; documentos expedidos tanto pela Diocese , como pela Comissão de Justiça e Paz ; Livro de Tombo da Paróquia de N.S. das Graças, relatórios de avaliação da Coordenação das CEBs , relatórios da assessoria rural do Centro de Estudos e Ação Social- CEAS e outros documentos produzidos por assessores , de iniciativa própria , como foi o caso de Ruy Medeiros .

Quanto às informações primárias , foram colhidas em centenas de entrevistas com trabalhadores de base, lideranças de trabalhadores , religiosos , pesquisadores e mesmo de dados recolhidos nas presenças e participações nos vários encontros de CEBs , em Vitória da Conquista, e assembléias de trabalhadores convocadas, ou não, pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória da Conquista . Ou ainda em visitas às comunidades do interior para observação " in loco", todas elas marcadas por longas e animadas discussões com os seus membros.

A ligação profissional , desde 1978, com os meios de Comunicação Social , como jornalista e, posteriormente , como docente na Escola de Biblioteconomia e Comunicação da UFBA , facilitou , em muito , o acesso e o tratamento de informações veiculadas , sobretudo através da imprensa escrita , principalmente no que se refere ao desenvolvimento do movimento reivindicatório dos trabalhadores no café, entre março e maio de 1980 . As consultas foram realizadas,

predominantemente , aos jornais de maior circulação no Estado da Bahia como A TARDE , o mais antigo e mais ligado aos setores conservadores ; JORNAL DA BAHIA , segundo mais antigo com uma linha editorial mais liberal ; o jornal TRIBUNA DA BAHIA , de feições mais urbanas e mais identificado com um certo desenvolvimentixismo CORREIO DA BAHIA, ligado ao Governo do Estado à época .

Outro elemento importante , na trajetória da investigação, foram as discussões em Seminários promovidos pela linha de pesquisa do Mestrado : " Estado e Movimentos Sociais " e pelo Núcleo de História Oral, também ligado ao mesmo curso . Foram de inestimável estímulo as críticas severas de professores e colegas que apontaram sempre limitações da investigação e mesmo inconsistência do ponto de vista metodológico . Alguns desses seminários contaram , inclusive , com a participação de pessoas que estiveram conosco nos momentos de assessoria ao movimento popular como Eliana Rolemberg , Terezinha Menezes e outros que, embora partilhando do mesmo esforço , nem sempre nos pünhamos de acordo em termos de interpretação da realidade com que lidávamos .

A trajetória da exposição que se segue está organizada em três capítulos distintos e complementares. O primeiro tenta recuperar o percurso que faz a Igreja, como instituição , do momento em que ela descobre a organização dos trabalhadores rurais e propõe o sindicalismo rural como alternativa até o esgotamento dessa sua atuação , no

no pós 64, e a retomada do encontro com o movimento popular através do seu esforço de renovação com a criação das Comunidades Eclesiais de Base.

O segundo capítulo contempla aspectos da prática político-partidária e sindical, considerando o seu embate entre a sua vinculação com o Estado e a necessidade de responder à função mediadora que devem exercer entre as diferentes classes sociais, destacando-se aí a mediação entre o Estado, capturado pelas classes dominantes, e os interesses dos setores oprimidos.

Esses dois capítulos pretendem traçar o quadro referencial geral da formação social brasileira nas diferentes conjunturas que se sucederam ao longo dos anos pós o período desenvolvimentista, chegando até os dias atuais. Assim, esses primeiros capítulos tentam compor os parâmetros do geral para que se possa compreender as relações que se verificam a nível do particular representado, aqui, pelo estudo de caso, qual seja o movimento popular em Vitória da Conquista.

O terceiro e último capítulo é o relato das investigações de campo em Vitória da Conquista. Como o recomenda o método adotado para a exposição, esse capítulo considera, inicialmente, a atuação da Igreja na Diocese de Vitória da Conquista a partir do trabalho de Comunidades Eclesiais de Base na Paróquia de N.S. das Graças, desde o momento de sua criação em 1968, até o seu encontro com a organização de base em 1972, mais precisamente no ca

so dos posseiros do Pau Brasil, e chegando ao movimento reivindicatório dos trabalhadores do café no início dos anos 80 .

Ainda , dentro desse terceiro capítulo, considera-se a questão político-partidária em Vitória da Conquista em especial a partir da implantação do regime militar, voltando-se as atenções mais para a atuação das oposições em relação ao trabalho de organização de base. Conclui-se com a apreciação da atuação do movimento sindical dos trabalhadores rurais com ênfase no episódio do movimento reivindicatório de 1980 e os seus desdobramentos posteriores.

Julgamos por oportuno , destacar desde logo que apesar do esforço desenvolvido para a produção desse estudo, longe está de nós a convicção de que ele possa ser considerado conclusivo sobre o assunto e muito menos que tenha conseguido contemplar toda a riqueza de aspectos que se nos afloraram no período de investigação junto ao movimento popular em Vitória da Conquista . Esta pretende ser apenas uma primeira contribuição . Esperamos que ela sirva ao menos para suscitar novas questões e novos estudos que possam servir não apenas à produção do conhecimento acadêmico , mas que possam servir , sobretudo , como outras tantas contribuições, para o avanço do movimento popular .

Ao professor Ubiratan Araújo Castro , nosso profundo reconhecimento pela orientação segura e questionadora que solidária e pacientemente nos prestou e que tornou possível esse estudo . Acreditamos que bem melhor poderia ter

sido essa nossa contribuição, se tivéssemos atendido a todas as suas sugestões. Deste modo, queremos salientar que as fragilidades e limitações aqui verificadas devem ser inteiramente atribuídas ao autor.

À Professora Alda Muniz Pêpe e à jornalista Maria Alice Bittencourt de Miranda, pelo seu apoio decisivo no momento de finalização, revendo textos e coordenando os trabalhos de composição; aos acadêmicos Fátima Santa Rosa ; Katia Santa Rosa, Alfredo Landim e Sérhio Moreira , pela colaboração na compilação dos dados secundários; a Ianira Costa de Souza, pelos trabalhos de Datilografia; a Manoelito Damasceno, pela idéia e produção da capa, nossos mais sinceros agradecimentos.

Registramos também o apoio irrestrito recebido dos padres e amigos ligados à Paróquia de Nossa Senhora das Graças de Vitória da Conquista, e o Centro de Estudos e Ação Social - CEAS em cujo convívio surgiu a própria idéia desse trabalho. Deles recebemos a inspiração inicial e toda a abertura necessária às investigações documentais e de campo e, em muitas ocasiões, a acolhida em suas dependências quando da elaboração das primeiras versões e do levantamento e dados.

PRIMEIRO CAPÍTULO

1. Igreja: A Descoberta da Organização pela Base.

1.1 - A organização dos Trabalhadores e a Igreja

1.1 - A Organização dos Trabalhadores e a Igreja

A Igreja, como instituição , realiza -se dentro do próprio fazer humano . Ela acontece na história, por conseguinte, não pode colocar-se acima da sociedade . Doutro modo , careceria de concretude e somente seria possível concebê-la no plano das abstrações. Assim , a sua presença no mundo é assegurada pela própria existência da sociedade com tudo que ela contém : estruturas , classes , contradições,etc. Mesmo agindo dentro da sociedade, não garantiria existência duradoura caso permanecesse fechada em si mesma sem considerar a dinâmica própria da sociedade, sem considerar as contradições postas ao nível das estruturas e das classes sociais.

Por outro lado, pondo-se de tal modo aberto ao jogo de interesse dos mais diferentes segmentos sociais ,também teria comprometida a sua longevidade dado que resultaria presa a este ou aquele segmento tendo contra si os demais e o seu papel , autodefinido, de instituição mediadora[1] esta

---

1. MARINS , José- Igreja Local : Comunidade de Base. Escolas Profissionais Salesiano . São Paulo.1968. Pág. 17.

ria necessariamente comprometido . Aliás , historicamente considerando , a Igreja já viveu esses dois momentos.A cristandade primitiva , ao que parece , foi o momento em que os seus adeptos assumiram a " morte " para o mundo das contradições e buscaram a sua realização no seio de uma comunidade igualitária , de caixa comum , de fraternidade interpares , de uma sociedade sem tensões . O segundo momento,mais duradouro , vem da era de Constantino até praticamente o Concílio Vaticano II[1], quando a Igreja , no seu conjunto, reconhece o seu papel caudatário das classes dominantes desde que trocou as catacumbas pelos palácios e pelas catedrais, desde que trocou a simplicidade dos pobres, dos oprimidos , pelas pompa dos principados e assume uma verdadeira revolução interior que, apesar de iniciada há mais de vinte anos , ainda se encontra em franco processo .

Ao abrir-se para a compreensão de sua vivência histórica , a Igreja passou a refletir muito mais intensamente as contradições da sociedade , não apenas na medida em que reconhece a dominação das classes subalternas pelas classes mais aquinhoadas , ou que a riqueza e a luxúria de uma minoria são resultado do aviltamento dos frutos do trabalho das maiorias oprimidas , mas vive também o enfrentamento interno dos setores conservadores que insistem em perma-

---

1. ROLIM, Francisco Cartaxo - Religião e Classes Populares , Vozes, Petrópolis, 1980 pg. 17.

necer a serviço de estruturas injustas e os setores que tentam resgatar o primado da justiça como condição necessária para a prática da fé [1].

Muitos podem ser os exemplos que revelam essa tensão . Contudo , serão lembrados aqui apenas alguns que mais interessam ao desenvolvimento do presente estudo. Vale ressaltar , antes de tudo, que a própria convocação do Concílio Vaticano II pelo Papa João XXIII já foi um ato de reconhecimento explícito de vivência dessas tensões no seio da Igreja , motivadas já pelos reflexos que as contradições da sociedade exerciam sobre a estrutura eclesiástica e que vinham já sendo assumidas desde o tempo de Leão XIII. Ante as movimentações operárias, ainda no século passado, Leão XIII lançou a Encíclica " Rerum Novarum", reconhecendo a exploração das classes trabalhadoras e defendendo a legitimidade delas se organizarem em sindicatos para defesa dos seus direitos , como condição para o estabelecimento da paz social.

Antes ainda do próprio Concílio Vaticano II,teve início na Bélgica , sob a orientação do Padre Cardijn,a Ação Católica Especializada, inicialmente no meio operário,"com o objetivo de afirmar a unidade de vida do jovem trabalhador e ajudá-lo a viver sua fé no ambiente de trabalho[2]. A

---

1. ROLIM, Francisco Cartaxo. Religião e Classes Sociais . Vozes. Petropólis. 1980. pág. 17

2. PERANI, Claudio- A Igreja no Nordeste. Breves Notas Histórico-Críticas.IN"Cadernos doCEAS nº 94 Salvador. 1984. pág. 55.

Ação Católica Especializada era orientada pelo método"ver - julgar - agir " que permitiu ao movimento católico uma abertura para o social e o político . Esse movimento transpôs a Europa e chegou até a América Latina e ao Brasil. Tornaram-se por demais conhecidas as siglas JAC- Juventude Agrária Católica , JEC - Juventude Estudantil Católica, (ligada aos estudantes secundaristas) , JIC - Juventude Independente Católica , JOC - Juventude Operária Católica e JUC - Juventude Universitária Católica . Diferindo apenas de grau, todo esse movimento de Ação Católica Especializada , inicialmente fechado aos setores específicos, viveu sempre a tensão da relação entre " fé e política ".

Na vivência cotidiana, venceu-se esse dualismo " fé e política " na medida em que o movimento foi-se abrindo à sociedade toda. " Na caminhada,foi descoberta a necessidade de uma compreensão mais concreta, mais " científica " da realidade. O " ver " mais superficial, descritivo e fenomênico das primeiras análises , tinha que ser aprofundado para permitir uma compreensão mais profunda e global da realidade , descobrindo as causas dos problemas detectados " . "O contato com os comunistas permitiu, sobretudo à JUC, uma caminhada de aprimoramento de seu instrumento de análise , unindo seus princípios cristãos a elementos provindos das ciências sociais , em particular, da sociologia marxista"[1].

---

1. PERANI , Claúdio . Op. Cit. pg. 55

Mas, esses movimentos não eram assumidos como prioridade da Igreja Universal — eram considerados de certo modo " marginais" no interior da Igreja. Toda essa movimentação se dava num contexto onde a Igreja assumia dominantemente a posição do anticomunismo , se caracterizava também pela atitude não ecumênica . " Nesse contexto , ajudada pela abertura provocada pelas encíclicas sociais de João XXIII , (Mater et Magistra e Pacem in Terris) e pela problemática conciliar, a Igreja se renova procurando um maior contato com o povo e mostrando uma maior preocupação com os problemas sócio-econômicos".[1]

Ao nível da hierarquia eclesiástica no Brasil , vão-se multiplicando as iniciativas na linha do social. Uns mais à esquerda, acreditando no potencial de mudança contido nos setores oprimidos , poem-se numa atitude solidária de reforço ao movimento popular; outros, mais ao centro, assumem uma posição conciliadora entre o capital e o trabalho propondo reformas ao nível do Estado e se aproximam do movimento popular numa atitude " dirigista" e confiam aos técnicos e autoridades do governo o estudo dos problemas sociais e econômicos e deles passam a " exigir planejamentos adequados , entregando aos economistas, paternalisticamente advertidos , a solução dos problemas " sendo disso o principal exemplo a criação da SUDENE, em 1959 , que contou com o apoio

---

1. PERANI, Claúdio . Op. Cit. pág. 55.

entusiástico dos bispos, que à "falta de uma análise mais classista e detentores de uma excessiva confiança nos técnicos e nas autoridades não perceberam na época que a SUDENE, já em sua gênese , correspondia à necessidade capitalista de uma modernização econômica e de um reforço do controle político do Nordeste , que nada tinha a ver com as necessidades dos oprimidos "[1]. Enfim, um terceiro segmento mais conservador , lança-se abertamente à luta política contra as reformas sociais e firmando cada vez mais o anticomunismo.[2]

O Movimento de Educação de Base , nascido no final dos anos 50, sob a inspiração do Episcopado Brasileiro e financiado pelo Estado , contou mais tarde com a decidida participação de membros da JUC e vivenciou intensamente as discussões políticas da época . O MEB , como era conhecido, com sua discussão teórica centrada nas bases e com seu maior enraizamento na realidade popular , tornava mais concreta a abertura de setores da Igreja para o social e as classes populares ".[3] Este movimento tornou-se a expressão mais viva dos setores mais à esquerda . " O MEB desenvolveu uma original pedagogia popular, engendrando subsídios concretos para uma efetiva integração da teoria com a prática, para a investigação militante , para a educação libertadora . A prá-

---

1. PERANI , Claúdio . Op. Cit. pg. 57.
2. Exemplo disso é a sociedade denominada: Tradição, Família e Propriedade- TFP que contava com o apoio de D.Geraldo Sygaud e D.Castro Pinto.
3. PERANI, Claúdio . Op. Cit. pg. 56

tica educativa, que se desdobrou em outras práticas, propiciou condições de desenvolvimento de comunidades (...) conduzindo ao surgimento embrionário de uma democracia de base, calcada em atividades concretas que estavam dando substantividade a um poder local, débil mas efetivo"[1].

Constata Claúdio Perani que " o MEB desenvolveu todo um processo de educação de base, que procurava favorecer a participação dos interessados , partindo das necessidades e dos meios populares de libertação,para levar a uma ação transformadora, integrando os homens em sua comunidade e na sociedade toda. Mais que os textos teóricos,a prática efetiva do movimento , que estava a serviço dos trabalhadores rurais em situação de opressão e continuamente em conflito com proprietários e autoridades, contribuiu para uma tomada clara de consciência de classe. Sobretudo foi dada ênfase ao desenvolvimento comunitário, formando comunidades no âmbito familiar ou de vizinhanças passando pelas iniciativas de trabalho e associação , até o pequeno povoado ou o pequeno município . Nessa perspectiva o MEB não podia ficar numa prática exclusivamente educativa: com rapidez passou de atividades de alfabetização para níveis mais políticos, encaminhando seus alunos e as comunidades para ações comunitárias econômicas e sociais e para uma atuação no sistema eleito -

---

1. WANDERLEY , Luis Eduardo W. Educar para Transformar . Petropólis . Vozes . 1984 . pg. 16-17.

ral e no sindicato "[1] .

Não obstante todo esse esforço renovador, com o golpe de 1964 , a repressão que se abateu sobre os movimentos populares , prendendo e condenando lideranças campone - sas, operárias , militantes de esquerda e mesmo agentes de pastoral , foi também assumida pela própria hierarquia da Igreja sob forma de controle ideológico, que já em 1963 advertia ao Assistente Geral da Ação Católica no Brasil, Dom Cândido Padim : " Nas circunstâncias concretas em que vivemos , os militantes e as organizações católicas não devem entrar em frente comum com os movimentos de doutrina ou ideologia marxista ou capitalista liberal "[2].

Ao que transparece, essa preocupação da CNBB- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil -tinha o endereço certo para a Ação Católica , ante a sua aproximação com a esquerda . Não prevalecendo, no entanto, em relação aos bispos do Nordeste que apoiaram entusiasticamente a criação da SUDENE de cunho eminentemente capitalista[3]. E, após o golpe militar de 1964 , parece ter ganho força a corrente mais conservadora , uma vez que se chegou mesmo à deslegitimação no seio da Igreja dos próprios militantes da Ação Católica .Enquanto outros movimentos como o da sindicalização rural que

---

1. PERANI, Claúdio - Op. Cit. pg. 56
2. SOUZA, Luis Alberto Gomes de- A JUC, os estudantes católicos e a política . Petropólis. Vozes. 1984 . pg. 209.
3. PERANI, Claúdio. Op. Cit. pg. 58 .

se vinculava mais ao pessoal do centro e da aliança com o Estado foi tolerado não apenas pela Igreja, como pelo próprio regime que, inclusive, dele se valeu amplamente, como veremos adiante, mesmo tendo contado com o reforço dos setores de esquerda não apenas da Igreja, como também da esquerda explicitamente marxista.

Tecidos esses comentários de ordem mais geral, cumpre a partir de agora a consideração de outros fatos que mais decididamente marcaram a atuação da Igreja no campo social, sobretudo no que diz respeito ao seu relacionamento com os trabalhadores e demais setores oprimidos, e cuja análise pretende servir de base ao desenvolvimento do presente estudo. Dentre os vários movimentos estudados, dois nos pareceram mais apropriados, tanto pelo fato de estarem presentes na atualidade, como pela diferença de posicionamento que perante eles assume a Igreja. Trata-se, portanto, dos sindicatos de trabalhadores rurais e das Comunidades Eclesiais de Base.

Para que se tenha uma visão mais aproximada da implantação do sindicalismo de trabalhadores rurais faz-se mister o levantamento de um quadro conjuntural que ao menos expresse as condições que lhe deram causa. Afinal, ele não surge apenas como resultado da ação social da Igreja ou mesmo da preocupação do Estado em estabelecer mecanismos para assegurar uma maior participação dos trabalhadores do campo nos frutos do seu trabalho. Ele surge como resultado das contradições que se aguçaram no seio da sociedade brasileira a partir da intensificação do desenvolvimento capitalista experi

mentado na segunda metade da década dos anos 50[1].

A crise do populismo no Brasil , desencadeada,sobretudo , a partir do suicídio de Getúlio Vargas, ante a iminência de uma conflagração social de cunho passional com sérias repercussões políticas, colocou em refluxo as forças que mais decididamente teriam contribuído para o agravamento da crise política que levou Getúlio ao seu gesto extremo.Isso tornou possível , na segunda metade dos anos 50, a implantação de um governo de coalisão de cunho " desenvolvimentista", que comportava desde a participação ativa dos trabalhadores através de seus sindicatos , até a ampla participação do capital estrangeiro como condição necessária ao desenvolvimento econômico do País[2]. Eleito Juscelino Kubitschek, depois de uma campanha desenvolvida em clima de instabilidade política, assumiu o poder sob estado de sítio e logo começou a pôr em prática o que havia estabelecido como " diretrizes e metas" de seu governo .

---

1. Ver Teoria e Prática de Legislação Rural de Carlos Alberto Gomes Chiarelli. Edição Sulina Porto Alegre. 1971.pg. 264.

2. IANNI, Octávio. O colapso do populismo no Brasil. Civilização Brasileira. 2º Edição pag.9. " A liquidação do padrão getulista ou populista de desenvolvimento econômico social iniciou-se no Governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira(1956 - 1969 , que associou da forma brilhante a política de massas e os compromissos crescentes com o capital externo ".

Ante a insatisfação dos trabalhadores e dos setores populares em geral , capitaneados pelos sindicalistas nascidos do varguismo que por ocasião da morte de Getúlio chegaram a apedrejar o prédio do Ministério da Aeronáutica no Rio de Janeiro , não havia como pensar na continuidade do mando político sem o aceno aos trabalhadores com a promessa de respeito as suas organizações geração de oportunidade de emprego e a preservação de suas conquistas, pelo menos como programa mínimo . Por outro lado , mergulhado como estava o País no caos financeiro e sob forte pressão do capital estrangeiro para a criação de condições para a sua penetração massiva no Brasil , chegando inclusive às raias da cooptação setores dominantes que estiveram presentes na cena política que resultou no suicídio do Presidente Getúlio Vargas, impunha-se também o atendimento à pleiteada abertura ao sistema mundial .

Como primeira medida , para propiciar a integração nacional, Juscelino deu início à construção de Brasília, no Planalto Central, para onde mais tarde transferiu a sede do Governo Federal, antes sediada no Rio de Janeiro, ou seja , na região Centro-Sul , pólo mais desenvolvido do País. Também na diretriz da integração nacional encaminhou a construção de rodovias para possibilitar a interligação da Nova Capital com as demais regiões do País. Essas medidas postas em prática representaram , já, a criação de empregos para a mão de obra desqualificada do Nordeste acostumada que estava, secularmente, a descer para o Centro-Sul em busca de me-

lhores condições de sobrevivência e disputando as oportunidades de emprego com a já abundante mão de obra da região . Evidentemente que essa demanda de mão de obra se deu sobretudo , não apenas devido às condições de miséria do Nordeste , mas devido à escassez de mão de obra na região do Planalto e nas regiões vizinhas , cuja população era rarefeita, não dispondo , portanto , de contingentes para atender à demanda de mão de obra necessária à construção civil. Levas e levas de nordestinos para lá se deslocaram e, com a desaceleração ou conclusão das obras, esses trabalhadores, embrenharam-se pela Amazonia dentro , à busca de alternativas de vida onde o latifúndio ainda não havia chegado, ou , pelo menos, não era tão dominante como no caso do Nordeste .

Ainda neste período, deu-se início também a implantação da indústria automobilística e ampliou-se , consideravelmente , as importações de matérias primas necessárias ao novo parque industrial. No que pese o progressivo endividamento externo do País, essas medidas resultaram também na geração de empregos urbanos diretos, nas indústrias e nos setores de apoio. Com a geração de empregos nos centros desenvolvidos do País , cresceu também a demanda nos setores de subsistência, fato este que desencadeou, também, oportunidades de ampliação das atividades de alguns setores agrários do Nordeste, a exemplo do setor açucareiro.

Celso Furtado, analisando precisamente as repercussões desse fenômeno no Nordeste na década de 50 diz que " a industrialização do país, trazendo um aumento da renda" pe

capita " e intensa urbanização, provocou incremento apreciável do consumo de açúcar , no correr desse decênio. Com efeito, de menos de 30 milhões de sacos de açúcar em 1953-54, o consumo nacional passou em 1962-63 para mais de 46 milhões . Por outro lado, condições extremamente favoráveis no mercado mundial permitiram ampla retomada das exportações , o que deu lugar a um crescimento da produção ainda mais intenso que o do consumo . O Nordeste participou dessa nova prosperidade , crescendo a sua produção de açúcar em cerca de 50% no último decênio . Ocorre , entretanto , que esse aumento de produção se fez na forma costumeira de simples incorporação de novas terras aos canaviais , terras essas quase sempre inferiores às anteriormente sob cultivo. (...) O aumento da produção(...) teve duas ordens de conseqüências práticas ; por um lado, a pressão para expandir os canaviais levou à progressiva eliminação das áreas anteriormente dedicadas à produção de alimentos ; por outro , a tendência à elevação dos custos reais criou uma forte pressão sobre os salários dos trabalhadores".

Continua ainda , " a expansão das áreas sob cultivo de cana teve profunda significação social e econômica . O morador , em período relativamente curto, foi transformado de pequeno sitiante , responsável pela produção de parte daquilo que comia com sua família , em um mero trabalhador assalariado De seu confinamento num casebre isolado em cima de uma colina, onde sua família vivia sem consciência de vizinhança , foi " empurrado" para a beira da estrada , já sem poder plantar " um palmo de roça". Teria sido necessário um aumento

substancial no salário monetário desse trabalhador para que ele pudesse abastecer-se comprando os alimentos que anteriormente produzia . Desta forma , a transformação do morador em simples assalariado acarretava uma elevação do custo de mão de obra sem qualquer correspondência em aumento de produtividade"[1].

A expansão dos canaviais , sobre as terras antes cultivadas com alimentos, " deslocou os antigos moradores para as beiras de estrada, em locais mais próximos dos centros de abastecimento. Assim , com relativa rapidez estabeleceram-se relações de vizinhança e contatos que facilitariam o surgimento de líderes locais de várias orientações, mas todos atuando no sentido de fomentar a tomada de consciência dos interesses comuns. O processo de tomada de consciência ' foi estimulado pelas duras condições impostas aos camponeses pela classe proprietária , reduzindo o seu magro padrão de vida abaixo do que poderia conceber como nível de subsistência . Tendo em conta que a economia açucareira estava em aparente prosperidade , com sua produção crescendo ano a ano , essa pressão para reduzir os salários reais surgiu diante dos olhos da massa camponesa como uma evidência de que a prosperidade dos proprietários se fazia à custa de sua miséria . Em 1960-62 , quando a pressão chegou ao máxi-

---

1. FURTADO, Celso - Dialética do Desenvolvimento. Editora Fundo de Cultura . 2ª edição set. 1964. pág. 149 a 151 .

mo, o salário diário de um camponês mal dava para comprar um litro de farinha de mandioca , o que levou conhecido escritor francês[1] a apontar à opinião pública mundial a miséria imposta à massa camponesa do Nordeste açucareiro como um caso de flagrante genocídio"[2].

É nesse quadro conjuntural, cujos elementos básicos à compreensão dos movimentos sociais no campo brasileiro foram aqui levantados , que se deve buscar entender o seu surgimento , a sua rápida expansão e a sua força potencial ou virtual . Em síntese, um quadro de acelerado processo de diferenciação onde milhares de famílias de camponeses passaram a ser expropriadas de suas terras, tendo como alternativa única de sobrevivência a mercantilizaçãode sua força de trabalho , outros mais aquinhoados conseguem vincular-se ao mercado de insumos e se capitalizam, outros ainda prosseguem combinando ,como podem, as formas de sobrevivência, ora valendo-se do plantio no pequeno quinhão de terra que lhes resta, ora trabalhando como assalariado [3].

É importante ressaltar ainda que esse processo de diferenciação é fundamental ao próprio desenvolvimento capita-

---

1. Segundo informações colhidas junto a fontes primárias tratava-se de Jean Paul Sartre.

2. FURTADO .Celso - Dialética do Desenvolvimento.pág 152 /153

3. LÊNIN . O desenvolvimento do capitalismo na Russia . Ed. Progresso. Moscou, 1979. pág.156.

lista, qualquer que seja a via por ele escolhida, a da modernização conservadora , ou da forma clássica . No caso brasileiro ,a forma de desenvolvimento tende a identificar-se com o modelo " prussiano" uma vez que o capital " penetrou " no campo mantendo a grande propriedade e o monopólio da terra[1] a partir de onde vem promovendo a modernização agrária e as transformações das relações sociais atrasadas e arcaicas[2], mediante , inclusive, a viabilização do projeto de dominação que a burguesia conseguiu impor ao Estado. É, pois,no Governo de Juscelino Kubitschek que a burguesia adquire a consistência necessária para exercer o seu projeto de dominação, uma vez que a presumida ruptura entre o capital nacional e o internacional em vez de choque produziu uma forte aliança , cujo resultado pode ser detectado no que aqui também reconhecemos como " modernização conservadora ".

Esse processo permeou todos os setores da vida nacional, camponeses , operários, estudantes , partidos, Igreja e o próprio Estado Nacional . No caso interesse considerar os movimentos sociais no campo, por ser aí onde se pesquisou, basicamente , o desenvolvimento do fenômeno da " organização pela base", embora ela possa ser também reconhecida em outros setores dominados como será referido mais adian

---

1. AZEVEDO ,Fernando Antonio. As Ligas Camponesas . Paz e Terra . 1982 . Pag. 19 e seguintes.

2. AZEVEDO , Fernando, Antonio . Op. Cit.

te .

O mais importante movimento camponês teve início no Estado de Pernambuco , no Nordeste Brasileiro, mais precisamente no Engenho Galiléia , no Município de Vitória de Santo Antão por volta de 1955, na fronteira entre a Zona da Mata e a Zona Agreste do Estado ."A luta docamponês do Agreste orientou-se desde o início no sentido de defesa da posse da terra em que trabalhava. A pressão dos canaviais na zona fronteiriça entre o Agreste e a Mata, de um lado, e a da pecuária, do outro , exigindo cada vez mais terras para ocupar de forma permanente, vinham atuando no sentido de expelir das terras agrestinas parcela crescente da população aí fixada . Ao contrário do trabalhador da cana, que simplesmente vende a sua força de trabalho e luta por um salário,o agricultor agrestino , mesmo vivendo dentro de um latifúndio tem consciência de estar vinculado à terra em que trabalha , o que gera em seu espírito a idéia, comum a todo camponês , de que se não à propriedade pelo menos à posse dessa terra lhe cabe algum direito . Foia defesa desse direito virtual, formulada como demanda de indenização àqueles que tivessem de abandonar as terras que há muito trabalhavam, que levou à aglutinação de esforços no início do movimento das Ligas".[1]

Relata Fernando Antonio Azevedo que " as primeiras Ligas Camponesas que surgiram em nosso País remontam ao

---

1. FURTADO ,Celso. Dialética do Desenvolvimento.Fundo Cultural- Brasil-Portugal.2ª Edição.1964 pág.157.

ao período imediatamente posterior à redemocratização de 1945. Elas nasceram sob a iniciativa e direção do recém-legalizado Partido Comunista e sob a forma de associações civis que permitiam a mobilização e a organização dos camponeses e trabalhadores rurais, amparadas pelo Código Civil. A forma jurídica adotada, por outro lado, contornava as dificuldades de caráter político e burocrático, que se interpunham à criação dos sindicatos rurais.

A fundação dessas Ligas iria refletir, antes de tudo, a necessidade do PCB de ampliar as suas bases políticas para além das fronteiras urbanas e concretizar a idéia de uma aliança operário-camponesa para se contrapor ao latifúndio e ao imperialismo, de acordo com a estratégia política definida desde os primeiros congressos desse partido. Porém, sob as difíceis condições de ilegalidade e clandestinidade, e sofrendo uma repressão policial desde a " Intentona Comunista " de 1935, que se prolongaria, de forma sistemática, por todo o período do Estado Novo, o Partido Comunista Brasileiro se viu forçado a concentrar os seus quadros e a preservar o seu aparelho partidário nos limites dos grandes centros urbanos e industriais [1].

Contudo, com a conquista da legalidade e a ampliação do seu quadro de militantes, e a necessidade de enfren

---

1. AZEVEDO, Fernando Antonio. Op. Cit. pág. 55.

tar as disputas eleitorais , o PCB amplia o raio da sua ação e da sua presença até o campo, onde espera arregimentar uma clientela eleitoral que neutralize, em parte, o poder dos " currais eleitorais" sob o domínio das oligarquias coronelistas . No entato , e na medida em que pretende constituir um partido de massa vinculado organicamente aos movimentos sociais , os seus objetivos eleitorais são mediados pela organização e mobilização dos interesses imediatos e concretos dos camponeees e trabalhadores rurais. As Ligas seriam, por excelência , os instrumentos de organização e mobilização das massas rurais pelo Partido Comunista, que atua não só com os assalariados da grande propriedade comercial , mas encampa também as reivindicações específicas do campesinato , do pequeno produtor ou arrendatário, dos parceiros e posseiros.[1]

Entretanto , diz Clodomiro Morais " as Ligas e as associações rurais da época , ao se subordinarem à consigna da aliança operário - camponesa e à política de acumulação de forças que marcava , taticamente, a ação do Partido Comunista , naquele momento , tornam-se incapazes de ganhar nitidez e autonomia política próprias, até mesmo porque do ponto de vista organizaconal , eram muito mais apêndices da estrutura unitária e centralizada do PCB, do que uma entidade de massa ou um instrumento corporativo com vida pró -

---

1. AZEVEDO , Fernando Antonio . Op. Cit. pág. 56 .

pria[1].

Essas Ligas e associações rurais foram fundadas em quase todos os estados brasileiros , reunindo em torno de si algumas dezenas de milhares de trabalhadores rurais e camponeses . Em Pernambuco , as mais fortes e de maior expressão parecem ter sido as ligas ou associações rurais de Escada , Goiana , Pau d'Alho e a da Iputinga (situada nos arredores de Recife e dirigida por um antigo militante comunista, José dos Prazeres, que teria um papel importante na criação da Liga da Galiléia, em 1955) . Apesar de constituídas e registradas como associações civis, a maior parte delas tentou se transformar em sindicatos , esbarrando, porém, na resistência dos grandes proprietários e na negativa do Ministério do Trabalho.

Com a cassação do registro do PCB, em 1947, o retorno desse partido à ilegalidade e à clandestinidade , e a repressão generalizada aos seus militantes, tais ligas ou associações foram violentamente abafadas , por vezes de forma direta e comandada pessoalmente pelos grandes proprietários e por seus capangas e jagunços , uma espécie de polícia privada a serviço do latifúndio . Desta forma, em pouco tempo e sem condições de esboçar alguma resistência, a maior parte dessas entidades foi desarticulada e extinta . Na verdade , nesse curto período de vida , elas não conseguiram criar uma

---

1. Citado por Fernando Antonio Azevedo . in As Ligas Camponesas pág. 56.

base de massa , nem projetar nenhum líder camponês de expressão nacional , regional ou mesmo local .[1]

Mesmo desmobilizada na sua quase totalidade, Fernan Azevedo conta ainda que " entre 1948 e 1954, poucas são as associações que lograram sobreviver, e os fatos mais importantes desse período , registrados pela imprensa, foram os conflitos envolvendo posseiros e grileiros , em várias áreas do País . Desses conflitos, talvez os mais importantes tenham sido a guerrilha de Porecatu (em 1950 , entre a divisa dos Estados de São Paulo e Paraná) , a revolta de " Dona Noca " (no interior do Maranhão , em 1951) e a implantação do Território Livre de Tromba-Formoso , abrangendo uma área de dez mil quilômetros quadrados ao norte de Goiás , sob o Comando de José Porfírio , um camponês da localidade , que estabeleceu um governo paralelo, criou comitês políticos e milícias armadas e promoveu, em toda a região ocupada, uma reforma agrária. Tanto no episódio da guerrilha do Porecatu, como na instalação do território livre de Tromba-Formoso , o Partido Comunista Brasileiro esteve presente e exerceu uma considerável influência política na condução de tais movimentos rurais.

Além dessas lutas , " os episódios mais significativos para a mobilização e a organização da massa rural foram as realizações da 1ª Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas , em setembro de 1953, e realizado simultaneamente em São Paulo , Paraíba e Ceará ; e o 1º Congresso Nordestino de Trabalhadores Rurais (preparatório regional para

---

1. AZEVEDO , Fernando Antonio . Op. Cit.

a 2ª Conferência Nacional) na cidade de Limoeiro, em agosto de 1954. Tais encontros representavam uma tentativa das entidades remanescentes da década de quarenta, de institucionalizarem-se como órgãos de defesa e representação dos interesses dos camponeses . Com efeito , a 2ª Conferência Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, reunida em São Paulo, em 1954 , com a participação de 308 representantes de dezesseis Estados, terminou por decidir a criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil - ULTRAB que, entre seus objetivos, propunha-se a congregar as associações já existentes e organizar novas associações ou sindicatos . O encontro também aprovou uma carta de direitos e reivindicações específicas de trabalhadores , parceiros , posseiros , pequenos arrendatários ".[1]

Registra ainda Fernando Antonio Azevedo que " embora o decreto 7.038 de 1944 autorizasse a sindicalização rural, esta lei não era implementada , seja por falta de pressão das massas rurais, desorganizadas policamente, seja pelo desinteresse do governo e pela resistência dos grandes proprietários . Assim , até 1955, o Ministério do Trabalho só tinha reconhecido o Sindicato Rural de Campos (1933, sendo o mais antigo do país) e o dos trabalhadores da Usina Bar - reiros (1954), além de mais três outros , sendo dois em São Paulo e um na Bahia " , o de Itabuna e Ilhéus.

---

1. Fernando Antonio Azevedo . Op. Cit. pág. 58.

Deste modo , a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco , SAPPP , fundada no Engenho Galiléia , como acima referido , terminou por ficar conhecida como a Liga Camponesa da Galiléia mas " numa alusão jocosa realizada pela imprensa conservadora do Estado , às antigas Ligas do Partido Comunista " e que, na conjuntura iniciada em meados da década de 50 , iria desempenhar um papel fundamental no movimento social agrário brasileiro, entre 1955/1964 Necessariamente essa Sociedade não teria nascido como associação beneficente, como o objetivo exclusivo de criar um fundo mútuo de ajuda para financiar caixões mortuários como propõem Josué de Castro (1965) , " Sete Palmos de Terra e um Caixão " e as reportagens publicadas por Antonio Callado sobre o Engenho Galiléia , no Jornal Correio da Manhã, durante o mês de setembro de 1959 e que, posteriormente, foram publicadas em livro sob o título de " Os Industriais da Seca e os Galileus de Pernambuco " (1960).

No que pese terem existido amplamente as sociedades beneficentes , em Pernambuco , com objetivos de amparo mortuário , quase sempre com o nome de um santo, em geral São Vicente ou São Benedito , e que mais tarde possam ter sofrido alguma influência das Ligas, devido ao fato de que, em certo momento, tiveram associados comuns e embora seja também verdadeira a história de que os camponeses se entrerravam no "caixão da caridade " ou em " rede" tal como cantado em versos por João Cabral de Melo Neto na obra que o imortalizou " Morte e Vida Severina " , tende-se a concordar com a Conclusão a que chega Fernando Antonio Azevedo de que as Ligas

que surgiram a partir de 1955 não tiveram sua origem nas sociedades beneficentes , mas na brutal expropriação de que foram vítimas os camponeses do Agreste de Pernambuco e de todo o País .

Diante do fato de se estar , nos meados de 50,numa conjuntura ativamente anti comunista sobretudo pela influência da Igreja, é de se pensar , diferentemente , de Fernando Antônio Azevedo , que a visão expressa por Josué de Castro e Antonio Callado seja " ingênua e um tanto pitoresca , representando apenas uma meia-verdade, desde quando escondia o fato de que desde o início dos anos cinqüenta, os comunistas e os militantes das antigas associações rurais da década de quarenta tentavam rearticular os contatos no campo e recriar , sob novas denominações ,as Ligas Camponesas"[1]. O que parece mais indicado é que ante a história de repressão aos movimentos de inspiração comunista no Brasil, os autores tenham elaborado uma versão que pudesse mais facilmente penetrar na opinião pública e ganhar-lhe a simpatia e até mesmo o apoio.

Além do que , não carece totalmente de sentido essa versão , pois é o próprio Azevedo que assim comenta " contudo , entre os objetivos principais da recém-criada Sociedade Agrícola(...)Figuravam fins basicamente assistenciais ,como a formação de um fundo mútuo para a assistência médica e

---

1. AZEVEDO , Fernando Antônio , Op. Cit. pág. 59 .

jurídica , criação de escolas e de uma caixa funerária para os associados " transcrevendo , inclusive ,trecho de entrevista de Zezé da Galiléia , ao " O Estado de São Paulo"(8 / 8/1961), explicando a função da caixa funerária : " Veja,antes, quando um de nós morria , o caixão era emprestado pela Prefeitura . Depois que o corpo era levado à vala comum, o caixão voltava para o depósito municipal . Hoje , a Liga paga o enterro e o caixão desce com o corpo ".[1]

De fato as reportagens de Antonio Callado repercutiram tão bem na opinião pública nacional e internacional que certa feita uma usineira de Pernambuco , numa recepção a Robert Kennedy ,na mansão de Gilberto Freyre , no Recife, em meados da década de 60 , em conversa com os presentes , entre eles esse autor , declarou que " antes da Revolução de 1964 já se sentia incomodada ao identificar-se na " High Society " do Rio e São Paulo como usineira do Nordeste porque isto era como se dissesse um " palavrão", ou sentia-se como alguém que assumidamente se " declarasse carrasco de milhares de camponeses pobres e desnutridos". E a ilustre senhora rendia graças " à Revolução de 1964 " que havia posto fim às difamações do Antonio Callado e outros tantos " maledicentes ".

Ganha reforço ainda mais esta nossa visão quando se considera que os próprios camponeses " tentando evitar qual

---

1. AZEVEDO , Fernando Antonio . Mp. Cit. pág.60.

quer represália à criação da Sociedade Agrícola (...), convidaram o proprietário (Oscar Beltrão) para ocupar o cargo de presidente honorífico da SAPPP e para a solenidade da sua instalação , tendo este aceito o convite. Logo em seguida , no entanto , o proprietário foi alertado pelo seu próprio filho e por alguns usineiros e fornecedores, como Sadir Pinto do Rego (Engenho Surubim) e Constâncio Maranhão (Engenho Tatamirim) , que a organizanição dos foreiros representava uma ameaça potencial à " paz agrária" na área, e que a iniciativa " era obra dos comunistas". Oscar Beltrão' recusa , então , o cargo honorífico e ordena a dissolução da Sociedade Agrícola (...), ameaçando represálias policiais, o aumento do foro anual e a expulsão em massa dos foreiros do engenho ". [1]

Na verdade foi esse gesto de Oscar Beltrão que desencadeou a longa resistência dos foreiros do Engenho Galiléia que se negam não só a desistir da SAPPP, como também não aceitam o aumento arbitrário do foro, nem a ordem sumária de despejo do proprietário . A partir daí, as pressões ' tornam-se mais fortes, com as sucessivas invasões policiais ao Engenho na tentativa de intimidar e expulsar os foreiros. Essa resistência terminou por levar os líderes da SAPPP a encontrar-se com o então deputado Francisco Julião, também advogado , que passa a representar judicialmente os interesses

---

1. AZEVEDO, Francisco Antônio . Op. Cit. pág. 61.

dos foreiros e a integrar um comitê político interpartidá - rio composto por dois deputados da UDN (União Democrática Nacional) , dois deputado do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), um vereador do PST, o Prefeito de Jaboatão e um advogado ligado ao Partido Comunista Brasileiro .

Ao tempo em que Francisco Julião dava curso aos procedimentos jurídicos em defesa dos foreiros e providenciava o registro da SAPPP, como Sociedade Civil , esse comitê se incumbia da cobertura política. A ação desse comitê foi de inestimável valor na medida em que conseguiu converter " em fato político " os conflitos entre camponeses e proprietários rurais a tal ponto de os jornais os terem transferido das páginas policiais como costumavam fazer, para as páginas do noticiário político .

A partir dessa primeira batalha a SAPPP buscou legitimar-se também , não apenas junto aos setores urbanos, como de início, mas junto aos próprios camponeses de outros engenhos e rapidamente as Ligas Camponesas ganham dimensão nacional , assumindo feições políticas bem delineadas . Celso Furtado diz que a rápida propagação das Ligas Camponesas não encontra paralelo na história dos movimentos sociais do Brasil e acrescenta : " Enfrentando em sua fase inicial a resistência organizada e violenta de uma oligarquia, cujo poder se assemelhava ao de um Estado totalitário , as Ligas cedo adquiriram uma auréola de mistério, em suas formas secretas de organização , que encontrou funda ressonância no espírito religioso da massa componesa . Transmitindo suas men

sagens através de símbolos , propagando-se por meio de trovas , difundiam-se de feira em feira pelos jograis matutos, criando mártires ali onde uma população, sem presente e sem destino, aguardava uma mensagem qualquer que lhes desse sentido à vida , o movimento das Ligas levou a massa camponesa nordestina a cumprir , em prazo surpreendentemente curto , uma evolução que em outras partes madurou através de longos decênios "[1].

Ao final do quinquênio desenvolvimentista que , por si, já houvera desencadeado um forte movimento camponês, importantes modificações tiveram lugar no mercado mundial. Após o triunfo da Revolução Cubana em 1959, já os Estados Unidos , em 1961 , deixam de comprar o açúcar produzido na Ilha e com isso surgem novas oportunidades para o açúcar brasileiro em um mercado protegido e de altos preços . Novamente se intensifica a exploração exercida sobre os trabalhadores agrícolas da região canavieira. E as Ligas Camponesas, até então fortemente presentes nas áreas de pequenos proprietários , foreiros e posseiros e funcionando apenas secretamente ou próximo dessa condição na Zona da Mata, passam a ganhar maior expressão também junto aos assalariados.

---

1. FURTADO, Celso. Didática do Desenvolvimento. Fundo de Cultura. Brasil Portugual - 2ª Edição 1964. pg.153

1.2 - Sindicalismo rural como alternativa.

1.2 - Sindicalismo Rural como alternativa

É , portanto , num contexto de desenvolvimentismo, de reorientação do sistema mundial e de efervescência social e política, em especial no Nordeste Brasileiro, que a Igreja entra em cena . Em 1961, chega a Recife , para trabalhar na Arquidiocese de Olinda e Recife , juntamente com o Arcebispo D. Carlos Coelho , que havia sido transferido do Rio de Janeiro no final de 1960, o Padre Antonio Melo Costa que , mais tarde , teria papel importante na atuação da Igreja Católica junto aos camponeses .

Ao chegar a Recife D. Carlos Coelho já conhecia o fenômeno das Ligas Camponesas e tinha uma certa preocupação com o seu potencial revolucionário, que inclusive na visão da Igreja, punha em risco a ordem vigente conforme revela o Padre Antonio Melo , em depoimento a esse autor. Conhecia também o Arcebispo a experiência de sindicalização rural desenvolvida pela Arquidiocese de Natal, mas não se posicionou inicialmente nem prol , nem contra ela. Convocou alguns padres de sua escolha para uma discussão sobre o fenômeno das Ligas Camponesas e, apenas ao final , revelou a sua preocupação em oferecer uma alternativa aos camponeses para que se organizassem dentro da lei e da ordem vigente, sobretudo em atendimento aos princípios cristãos e da Doutrina Social da Igreja.

Não estava muito claro para D. Carlos Coelho, segundo Padre Melo que a movimentação camponesa era devida simplesmente à ação dos comunistas , como sugeriam os setores mais conservadores , ou, como deixavam transparecer alguns pronunciamentos e manifestações de setores da esquerda. Reconhecia, no entanto, que havia uma situação de miséria determinada sobretudo pela superexploração exercida pela oligarquia açucareira e latifundiária do Nordeste, sobre os trabalhadores do campo .

Por seu turno, conforme relata o Padre Melo , também os padres não apresentaram divergências fundamentais em relação à análise feita por D. Carlos Coelho. Reconheciam , do mesmo modo , que a mobilização camponesa era já uma mobilização política , mas motivada pelas condições concretas vividas pelos camponeses e que a presença das esquerdas era ainda muito mais de apoio e que não excluía uma possível intervenção de outros setores, inclusive da Igreja. Contudo, consideraram os padres as dificuldades que teria a Igreja em deslanchar uma ação em favor dos camponeses devido ao grau de comprometimento que ela , como instituição , mantinha com os senhores de engenho e usineiros , uma vez que as paróquias da Zona da Mata sobreviviam praticamente às expensas do poder econômico regional .

Ante essas preocupações colocadas pelos padres presentes ponderou o Bispo que este era um problema a ser enfrentado no desenvolvimento da própria história e que naque

le momento cumpria realizar um estudo , através da observação participante , para vivenciar , de perto, em que níveis se dava essa exploração dos trabalhadores rurais e tentar identificar possíveis formas de atuação junto a eles. Quanto às possíveis repercussões do trabalho esta era uma questão para ser encarada a cada situação específica . Quanto à possibilidade de serem confundidos com os comunistas consideraram padres e bispo segundo depoimento do Padre Melo que a Igreja , além do compromisso evangélico de estar ao lado dos injustiçados , possuía já uma exegese desse compromisso consubstanciada na sua Doutrina Social surgida da necessidade de encarar os desafios dos novos tempos .

Dos quatro padres que participaram desse encontro restou apenas o Padre Melo que se destacou pela sua atuação . Os demais não conseguiram levar o trabalho à frente . Ainda em 1961 , a exemplo do que havia sido feito pela Arquidiocese de Natal , relata o Padre Melo, foi criado pela Arquidiocese de Olinda e Recife , o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco - SORPE com o objetivo de favorecer à organização sindical dos trabalhadores rurais. Ficaram à frente do SORPE os Padres Antonio Melo e Paulo Crespo , sendo o primeiro mais atuante na frente de massas e o segundo, mais organizador , detinha-se à promoção de treinamentos , produção de material para divulgação junto aos trabalhadores e à opinião pública, racionalização e consecução de recursos necessários para o desenvolvimento do trabalho.

Antes mesmo deassumir o SORPE o Padre Melo foi de

signado Vigário Coadjutor do Cabo , Munizípio da Zona da Mata Sul e situado a apenas 30 Km de Recife . O padre Paulo Crespo era vigário de Jaboatão , também próximo a Recife . Tanto num,como noutro município, havia Ligas Camponesas atuantes e os Padres sempre buscaram uma aproximação com elas, não apenas com objetivo de estudá-las como fenômeno social, mas já com o intuito de ver as possibilidades de estimular a sindicalização dos trabalhadores rurais.

Relata o Padre Melo,que chegou ao Município do Cabo ainda nos primeiros meses de 1961, tendo àquela época 27 anos . Aí chegando , logo tratou de dividir com o Vigário Titular as obrigações paroquiais , ficando ele encarregado pela assistência religiosa ao interior do Município, em atendimento ao combinado com o Arcebispo . Confessa o Padre que essa sua ida para uma próquia contrariava o seu projeto de vida, uma vez que , durante os estudos de seminários, alimentara a esperança de, após sua ordenação , permanecer no seminário encarregando-se da formação dos novos padres,aliás, jamais conseguira realizar este seu intento .

Descendente de família de pequenos proprietários rurais do Estado de Sergipe , junto aos quais viveu a sua infância, interrompendo esse convívio familiar com a ida para o seminário quando já iniciava a adolescência. Realizou seus estudos básicos no Seminário Diocesano de Aracaju , vindo depois para o Seminário Superior , em Salvador, para cursar a Filosofia e a Teologia . Relata que ainda no seminário de Salvador em decorrência de sua participação jun

tamente com outros seminaristas no " Movimento por um Mundo Melhor "[1], terminou por ser expul o do Seminário pelo então Cardeal da Silva.

Contudo , a expulsão , ao contrário de diminuir - lhe o ânimo ,foi por ele recebida como um desafio, inclusive para a renovação da Igreja . Andou por vários Seminários Superiores , tendo ainda enfrentado problemas de saúde que o obrigaram a várias estações de tratamento em Belo Horizonte, após o que , de retorno ao Seminário, desta vez o Seminário Maior de Olinda , retoma a sua participação no Movimento por Um Mundo Melhor . Toda essa movimentação do Seminário de Olinda ia sendo tolerada e acompanhada de perto pelos Superiores , segundo o Padre Melo, mas foi novamente reprimida em 1959 , por terem os seminaristas assumido a defesa da Revolução Cubana .

Desta vez, parecia que estaria encerrada a carreira eclesiástica do então Melo , como o chamavam seus colegas. Juntamente com outros tantos teólogos, foi novamente expulso do seminário. Como já era clérigo[2] , aguardou um certo tempo, em casa de familiares , desta vez já em Itapetinga, na Bahia, para onde haviam migrado , até que o Bispo D. Carlos Coelho atendeu ao seu pedido de reingresso no Seminário . Foi rea -

---

1. Movimento de inspiração católica de origem européia a partir dos trabalhos dos Padres Cardijn, Joseph Lebret, Abbé Pierre e Michel Quoist.

2. Já havia sido investido de algumas ordens menores que precedem à Ordenação como padre.

dmitido desta vez no Seminário Maior do Rio de Janeiro, tendo sido ordenado padre em 29 de junho de 1960, na Catedral do Rio de Janeiro . Permaneceu ainda no Seminário até o final do ano para completar os seus estudos . Somente em janeiro de 1961 , mudou-se para Recife , para onde havia sido transferido , no ano anterior , o Bispo D. Carlos Coelho que lhe dera amparo.

A sua descendência rural propiciou-lhe o domínio dos traços culturais do universo camponês, não lhe sendo difícil, pôr-se em contato com os trabalhadores do campo do Município do Cabo , com os quais falava a mesma linguagem. Segundo ele, o Município do Cabo quando ali chegou era recoberto na sua totalidade pela monocultura da cana e tanto a sede municipal , como os demais núcleos urbanos, eram confinados pelos canaviais." Não se podia deixar os perímetros urbanos sem se ter de atravessar os densos canaviais . Mesmo nos dias comuns a movimentação de camponeses, de operários, de animais , de tratores e caminhões , nos centros urbanos era tamanha que , objetivamente , não se podia estabelecer limites entre a administração das usinas e engenhos e a própria administração urbana. Uma era necessariamente o prolongamento da outra".

Ainda neste mesmo ano , O Governo de Pernambuco , preocupado com a dependência extrema da economia estadual da monocultura da cana de açúcar e com a falta de alternativa para a reorientação dos fluxos migratórios que desciam do interior para o Recife , à procura de alternativas de so

brevivência e, não o encontrando, faziam crescer, sempre mais, o cinturão de miséria em torno de Recife, estava o Governo Estadual dando curso à implantação do Distrito Industrial do Cabo, em atendimento a sugestões de renomados especialistas nacionais e estrangeiros.

Para a implantação desse Distrito Industrial, já havia sido desapropriada a Usina José Rufino - cuja sede ficava situada próxima à Cidade do Cabo e à margem da rodovia que ligava o Recife ao Sul do País. A Usina era constituída de 13 engenhos e possuía várias centenas de trabalhadores entre os operários da indústria do açúcar e os trabalhadores do campo. Como os operários da Indústria eram já amparados pela legislação trabalhista, foram indenizados na forma da lei e, em seguida, desocuparam as casas em que moravam, quando ainda empregados da Usina. Quanto aos camponeses, por não estarem ainda sob o amparo da legislação trabalhista, lhes era oferecida a quantia irrisória de cinco mil réis e se exigia que desocupassem as terras e as casas onde moravam.

É importante lembrar ainda, chama a atenção o Padre Melo, pelos desdobramentos que o fato teve, que a primeira indústria a ser instalada no Distrito Industrial do Cabo era a Companhia Pernambucana de Borracha Sintética - COPERBO de propriedade do próprio Governo Estadual. Essa fábrica estaria sendo adquirida aos Estados Unidos, mas, mediante financiamento do Governo Francês. Era governador de Pernambuco, na época, Cid Sampaio. De início, logo re-

solveu o Governo a questão da desapropriação da Usina José Rufino com os seus proprietários e, em seguida, indenizou também os seus operários que, ao que consta, não ofereceram resistência em massa. Mas restava para ser resolvida, também, a situação dos trabalhadores do campo.

Havia chegado já o mês de setembro, por conseguinte, o mês em que as Usinas começam a moagem, e permaneciam cerca de 400 famílias de trabalhadores rurais na área da antiga Usina à mercê da fome e sem qualquer rendimento. Os chefes dessas famílias camponesas eram, em boa parte já idosos, muitos ali mesmo nascidos e carregados de filhos, sem alternativa para onde ir uma vez que, nem a periferia da cidade poderia ser por eles ocupada, em razão mesmo da presença dos canaviais, para construir um barraco que fôsse. Num primeiro momento, decidiram permanecer onde estavam e só saír dali com lugar certo ou com um mínimo de indenização que lhes permitisse reiniciar a vida doutro modo.

Depois de esperar vários dias sem qualquer manifestação por parte do Governo, a fome, que já era crônica, agravou-se ainda mais. Não lhes restando outra alternativa, decidiram empunhar seus instrumentos de trabalho e marchar sobre a Cidade do Cabo. Assim, não recorda bem o Padre Melo, em que dia, mas provavelmente por volta de 15 a 20 de setembro de 1961, a cidade se viu acossada pela ameaça de saque pela multidão de homens, mulheres e crianças famintas que sobre ela marcharam em busca de mantimentos. Às pressas. o comércio local cerrou suas portas, como também

assim o fizeram as casas residenciais , enquanto algumas pessoas acorreram ao Vigário local para que fosse, em favor da cidade, ao encontro dos camponeses famintos que já se avizinhavam.

Como o Padre Melo já vinha desenvolvendo contatos e prestando assistência à área rural, foi ele o incumbido de ir ao encontro dos camponeses . O Padre já os encontrou em plena cidade, pediu-lhes para que se detivessem por um instante. A multidão atendeu ao apelo e ao conhecer-lhes o intento, propôs que fossem todos para a Igreja Matriz onde se poderia conversar melhor. Aceita a proposta, seguiram juntamente com o padre , já sob o olhar assustado dos primeiros moradores que se arriscaram a abrir as portas de suas casas . Na Igreja Matriz, repleta de homens esqueléticos e maltrapilhos que talvez pela primeira vez estivessem entrando naquela Matriz tão frequentada por fervorosas senhoras de engenho, o Padre procurou inteirar-se melhor da situação que, até então, desconhecia em profundidade , principalmente do que se passava com os camponeses .

Após inteirar-se da situação, o Padre sugeriu que fosse constituída uma comissão entre os trabalhadores que estavam ali presentes para percorrer a Cidade juntamente com ele, para tentar conseguir alguns alimentos e donativos, enquanto os demais deveriam permanecer à espera da Matriz . Uma outra proposta, no entanto, foi feita pelo padre aos camponeses, segundo relata . Ele assumiu o compromisso de fazer uma denúncia do Governador à Assembléia Legislativa, reclamando pro

vidências urgentes e que, qualquer que fossem as repercus - sões , dali em diante ele estaria ao lado dos trabalhadores. Ambas as propostas foram aceitas e, logo em seguida, foi es colhida uma comissão de aproximadamente dez pessoas .

A comissão de trabalhadores percorreu a cidade juntamente com o padre e foi bem sucedida, tendo conseguido alimentos suficientes para resistir mais alguns dias. Enquanto isso, o Padre enviou uma carta a um Deputado da oposição seu conhecido . O fato , denunciado na Assembléia Legislativa que inclusive já tinha vivido vários antecedentes, como o episódio de apoio aos lavradores do Engenho Galiléia, logo alcançou destaque na imprensa local e serviu, de imediato, para apressar as medidas por parte do Governo para desocupar a área . O governo deu um ultimato para que os trabalhado - res deixassem as terras , após o que seria usada a força policial para desalojá-los.

O Padre Melo também não recorda qual o dia exato do mês de outubro , mas sabe que foi ainda nos primeiros dias de outubro de 1961. Mas , mesmo ante essa atitude do Governo, os camponeses resolveram resistir. O Padre, por sua vez, permaneceu ao lado deles , chegando mesmo a preparar uma possível resistência dentro das condições de que dispunham os camponeses para enfrentar a ação policial . A essa altura, também os partidos de oposição , inclusive os clandestinos, passaram a se mobilizar em apoio aos trabalhadores e ao Padre. Este fato ganhou notoriedade também por não ser conhecida na história recente da Igreja , posição semelhante à do jovem '

Vigário do Cabo.

Chegado o dia estabelecido pelo Governo, e se encontrando ainda lá os camponeses, foi ordenado o deslocamento de tropas da polícia militar para a área. Na tentativa de evitar o massacre , o Cônsul Francês no Recife, Marcel Morin , deslocou-se para o Cabo e lá procurou avistar-se com o Padre, embora com certa dificuldade porque o reverendo já estava junto aos trabalhadores preparando a resistência. Inteirado da situação , junto aos trabalhadores e ao Padre, o Cônsul saiu convencido de que não se tratava de um gesto de pura e simples insubordinação , desde quando os camponeses concordavam em deixar a área , desde que lhes fosse assegurado um lugar para onde ir .

De posse desses elementos , Marcel Morin voltou imediatamente para Recife e buscou avistar-se com o Governador e fez-lhe ciente de que o Governo Francês suspenderia o financiamento para a aquisição e instalação da COPERBO, caso não fosse encontrada uma alternativa justa para a situação dos camponeses . Praticamente ao tempo em que a polícia tomava posição para agir, chegou através de um emissário, uma ordem de um emissário, uma ordem do Governador para suspender a ação e esse mesmo emissário deu conhecimento ao Padre que o Governador desejava avistar-se com ele. Após consulta aos trabalhadores, decidiu-se que o Padre deveria ir a recife em companhia de alguns trabalhadores que foram indicados pelos demais.

Após os entendimentos havidos no Palácio das Princesas chegou-se a um acordo que resultou no seguinte:" dos

13 engenhos desapropriados, três deles apenas seriam destinados à implantação do Distrito Industrial; um outro seria destinado à implantação de uma Estação Experimental de cana de açúcar e os outros nove, seriam repartidos em quatrocentos lotes para abrigar os camponeses, ficando, portanto, a Campanhia de Revenda e Colonização - CRC, empresa do Governo do Estado , encarregada de promover e dar assistência ao projeto de Colonização .

Essa vitória dos camponeses , se não foi determinante , pelo menos foi de significativa importância para reafirmar os anseios de luta por melhores condições de vida dos trabalhadores , como também serviu para colocar o trabalho de sindicalizacão rural da Igreia na ordem do dia. Era inevitável, também, que ganhasse destaque a figura do Padre Melo que àquela altura já contava não apenas com o apoio dos setores de esquerda, mas da maioria do próprio Clero de Arquidiocese de Olinda e Recife e de outros setores da opinião pública de diversas partes do País que chegaram a tomar conhecimento do episódio . A partir desse momento, ao que parece , a Igreja estava legitimada também junto aos trabalhadores rurais a ponto de poder daí em diante, firmar uma linha de confronto com as Ligas Camponesas.

Não previam , naquele momento, as esquerdas e a vanguarda das Ligas Camponesas , que a partir dali seriam também lançadas as bases para um movimento que tenderia a dividir os camponeses na medida em que a alternativa da sindicalização rural , no que pese o discurso aparentemente igual na

proposição e no diagnóstico , se opunha radicalmente em termos estratégicos . As Ligas propunham uma " Reforma Agrária na Lei ou na marra " e revelevam em suas articulações um direcionamento político em relação ao socialismo, ao menos a nível da sua vanguarda . A sindicalização rural , por sua vez , propunha a organização dos camponeses dentro da Lei e uma reforma da Constituição Federal para possibilitar uma reforma agrária dentro da ordem , não recusava o pacto populista dominante, mas,ao contrário, a ele se aliava e dele recebeu todo reforço possível, como se verificou mais adiante .

Aliás , referindo-se em janeiro de 1964, a esses movimentos, Celso Furtado assim se expressou : "O movimento de organização da classe camponesa das propriedades açucareiras apresentou , até 1962, todas as características de uma arregimentação revolucionária de tipo clássico . Os líderes, fossem de formação marxista ou católica , tinham todos a preocupação de dizer bem alto que estavam lutando contra a ordem de coisas prevalecente . Partiam do princípio de que a organização sócio-econômica existente era injusta e deveria ser modificada . Os camponeses organizavam-se não somente para protestar, mas também para exigir a mudança desse estado de coisas. Não tendo eles quaisquer " direitos", o simples fato de organizar-se e reunir-se era considerado pela classe proprietária como ato de sedição , a ser reprimido pel violência . Desta forma, para liderar a massa camponesa era necessário estar disposto a enfrentar a violência,

que somente se fazia possível mediante outra forma de vio - lência . Para firmar-se , toda e qualquer liderança deveria falar uma linguagem revolucionária, se bem que não fosse chamada a fixar objetivos propriamente revolucionários no plano social . Cabe admitir que o conteúdo revolucionário irredutível , comum a todos os líderes do movimento camponês da zona açucareira ,limitava-se ao propósito de eliminar a estrutura feudal prevalecente - o que parecia exigir a mobilização da violência , sendo o seu objetivo implícito estender aos camponeses da cana aqueles direitos que há muitos anos haviam sido acordados aos trabalhadores urbanos"[1].

É de se considerar , portanto,que, não obstante as proposições pacifistas e conciliadoras da Igreja , também o trabalho de sindicalização rural sofreu a dura repressão não apenas dos latifundiários diretamente, mas também do aparelho policial do Estado . Na verdade,ao que transparece é que os proprietários temiam não apenas o comunismo, mas também a partilha dos seus privilégios . Mas, mesmo assim,alguns usineiros e senhores de engenho mais avançados do ponto de vista burguês , uma ínfima minoria , apoiava o trabalho da Igreja por reconhecer nele uma possibilidade concreta de conter a marcha dos trabalhadores em direção à luta revolucionária pela implantação do socialismo . E esse apoio

---

1. FURTADO , Celso . Dialética do Desenvolvimento , 1964 . pág. 154.

não se dava apenas em relação à sindicalização rural dos trabalhadores, mas em relação também à Reforma da Constituição para possibilitar uma Reforma Agrária.[1]

Com essa projeção alcançada pela Igreja junto aos trabalhadores rurais , intensificou-se o trabalho de sindicalização . Pacatos congregados marianos, ou membros de alienadas associações ou confrarias religiosas, que também era camponesas se transformaram em atuantes dirigentes sindicais, não raro , com liderança mais expressiva que muitos conhecidos líderes políticos entre os trabalhadores . Mesmo sem o amparo da legislação , iam sendo criados sindicatos de trabalhadores rurais não apenas em Pernambuco , mas em todos os pontos do País. A certa altura , não apenas a Igreja fundava sindicatos , mas também os partidos políticos de esquerda. A palavra de ordem da organização era assumida por todos , pouco importando de onde partiam . Octávio Ianni vê assim a questão : "A consciência que o trabalhador possuía da própria situação não lhe permitia distinguir claramente entre a Liga e o Sindicato, o pelego e o líder, o padre e o misticismo , Julião e Jango (João Goulart). Por isso , com o Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 4.214, de 2/3/63) as Ligas Camponesas começaram a ser rapidamente substituídas pelos sindicatos ru

---

1. Eram conhecidas na época as posições de José Ermínio de Morais , Gustavo Colaço e Rui Cardoso que, apesar de usineiros, se punham a favor de Reforma Agrária .

rais . Ou seja, as organizações e lideranças ligadas à Igreja Católica , ao Partido Comunista e ao Partido Trabalhalhista Brasileiro substituem Francisco Julião ,ou disputam progressivamente com ele a liderança dos trabalhadores na região."[1] Aliás , já em 1962 , o Padre Melo tranquilizava os setores mais conservadores em vários quadrantes , dizendo : " o fenômeno das Ligas Camponesas tende a extinguir-se paulatinamente . Essas entidades , sendo sociedades civis, só abrigam aqueles cuja participação lhes interessa e isso as leva a perder força ante o movimento de sindicalização rural , que cresce a cada dia no Nordeste". Negou, entretanto, que as Ligas , agora ou em qualquer ocasião , tivessem caráter comunista ou fossem obra de uma só pessoa (alusão a Francisco Julião) . A inexistência de comunismo nas ligas , o padre a explica com a profunda ignorância dos camponeses , a qual não lhes permite sequer ter quaisquer princípios nem organizar-se em torno de suas reais necessidades".[2]

Com o grande número de Sindicatos de Trabalhadores criados no Nordeste, o SORPE tentou e conseguiu articular-se com o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Ilhéus e Itabuna , na Bahia, para a convocação do 1º Congresso de Trabalhadores Rurais do Norte e Nordeste do Brasil que veio a

---

1. IANNI , Octávio - O Colapso do Populismo no Brasil , Civilização Brasileira, 2ª Edição, Rio de Janeiro , 1971 , pág. 87

2. Entrevista ao " O Estado de São Paulo " de 5/5/62.

realizar-se ainda em maio de 1962 na cidade de Itabuna com expressiva participação de líderes sindicais ligados à orientação da Igreja Católica . A presidência do Congresso foi dada ao Padre Melo e, ao final , compareceu o então Ministro do Trabalho do Governo Goulart, Franco Montoro, que entregou, na oportunidade , as primeiras 22 cartas sindicais aos trabalhadores[1]. Vale lembrar que o apoio do Governo Federal a esse Congresso não se restringiu à simples presença do Ministro do Trabalho ao final , mas contou também com o apoio do Ministério da Aeronáutica que teria recebido recomendações do próprio Presidente João Goulart para fazer o transporte aéreo dos camponeses, delegados do Norte e Nordeste ao Congresso .[2]

Alguns meses mais tarde , em março de 1963 , o Congresso Nacional aprova o projeto de lei do Deputado Fernando Ferrari ,que instituía o Estatuto do Trabalhador Rural,que assegurava não apenas o direito à sindicalização , mas assegurava outros direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais . Nesse momento, a Igreja vê consolidada não apenas a sua alternativa , como o próprio pacto populista dominante e consegue reproduzir o que fizera desde os anos 30

---

1. Depoimento de Lúcia Sá Barreto , secretaria do SORPE, à época.

2. Esta informação consta nos arquivos do Padre Melo onde há uma recomendação escrita do próprio punho por João Goulart pedindo ao Ministro da Aeronaútica que atendesse ao Padre Melo .

Fotocópia

com os trabalhadores urbanos. Na visão de Ianni, "a forma pela qual o proletariado agrícola estava se engajando no processo político nacional é semelhante àquela posta em prática com os operários industriais. Sob certos aspectos, a entrada dos trabalhadores rurais nas lutas políticas inspiradas na situação de classe ocorre segundo as técnicas populistas, formuladas nos centros urbanos. Aliás, o próprio Miguel Arraes reconhece que a legislação trabalhista para a sociedade rural "resultou de um movimento político com base mais nas cidades do que no próprio campo". Nesse sentido, a democracia populista transborda para o mundo rural e alarma a burguesia agrária".

Considerando a experiência urbana, onde se teve até hoje dificuldades devido ao enorme excedente de mão de obra, era opinião generalizada, segundo Celso Furtado, que a efetiva aplicação do Estatuto do Trabalhador Rural levaria muitos anos, uma vez que o excedente de mão de obra no campo era muito maior ainda. "Essas considerações vinham sendo feitas, entretanto, na ignorância da nova realidade da região açucareira, onde haviam surgido poderosas organizações semi-clandestinas, animadas todas por um autêntico "elan" revolucionário e de objetivos ainda não muito bem definidos. Ao abrigo da nova lei vieram à tona, subtamente, essas organizações, revestindo-se do manto legal de sindicatos rurais, o que permitiu à classe camponesa da zona açucareira atuar prontamente com extraordinária eficácia. Aquilo que para muitos se afigurava uma aspiração longínqua, em tempo surpreendentemente curto transformou-se em um objetivo de luta a ser conseguido imediatamente. Desta forma no correr

de um ano , os trabalhadores agrícolas do açúcar conseguiram transformar em realidade objetivos que , por vários decênios, continuam letra morta no papel para importante fração de um operariado urbano que alcançou esses benefícios por outorga paternalista ". Foi desta forma que Furtado viu o momento inicial do Estatuto do Trabalhador Rural.

Convém lembrar , contudo,que tanto a visão de Ianni de que o marcado apoio do populismo à sindicalização dos trabalhadores rurais tinha-lhe impresso características paternalistas,como ocorreu no proletariado urbano , como a visão de Celso Furtado,de extremada euforia em relação às organizações semiclandestinas dos trabalhadores,merecem alguns complementos, no que pese o acentuado apoio à sindicalização rural por parte do pacto populista . Antes de 1964, ele não conseguiu colocar a soldo o movimento e sequer chegou a implantar o conhecido peleguismo urbano , " correia de transmissão ", também no meio rural . Isto somente veio a ocorrer no pós-64 , mas como resultado da repressão que o Governo Militar exerceu sobre as lideranças autênticas e as frequentes intervenções em Sindicatos . Formalmente, não há, contudo,como não concordar com Ianni , o espírito do ETR era o mesmo da CLT, inclusive quanto à manutenção do controle do Ministério do Trabalho e à instituição do Imposto Sindical.

Outro elemento importante a considerar nessa questão é que, enquanto no meio urbano o anarco-sindicalismo não conseguiu sobreviver à atuação do governo populista, embora tivesse sido o embrião dos sindicatos oficiais na medida em

que lutando em condições extremamente adversas na Velha República obrigou a Aliança Liberal a colocar em seu programa mínimo a liberdade sindical , no meio rural a questão se colocou de modo diverso . As Ligas , na verdade, pela sua postura desassombrada,e por oposição,se constituíram no embrião dos sindicatos de trabalhadores rurais, mas , embora tivessem sofrido um certo impacto inicial desmobilizador,conseguiram sobreviver , coexistir e até mesmo recuperar a orientação dos Sindicatos , em especial nos Estados onde mantinham seus núcleos mais importantes como Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte , Paraná , Acre e no Distrito Federal .

Em Pernambuco,pelo menos, onde a Igreja Católica sob a direção do SORPE, e o Partido Comunista Brasileiro mantinham a hegemonia sobre os Sindicatos de Trabalhadores Rurais , as Ligas conseguiram assumir a direção da maioria dos Sindicatos sob a orientação da Igreja , inclusive no Município do Cabo , onde era pároco o Pedro Melo , e em Jaboatão onde era pároco o Padre Crespo . Segundo depoimento do Padre Melo à CPI de 1964, que apurava a agitação em Juiz de Fora e no restante do País, " Francisco Julião , ao perceber a divisão que tendia a se acentuar entre os camponeses do Sindicato e os da Liga, produz uma carta em forma de cordel aos camponeses mostrando que o Sindicato era filho da Liga e que por isso o filho não podia ser contra a mãe, nem a mãe contra o filho ". Assim , o camponês que pertencesse à Liga deveria entrar no Sindicato, e o que pertencesse ao Sindicato deveria entrar na Liga. Com essa proposição ,Julião pre

tendia unir os camponeses , cuja desunião somente poderia colocar em risco não apenas as suas conquista , mas até mesmo o seu destino histórico ".

Por outro lado , à visão um tanto ufanista de Celso Furtado , além dos fatores de ordem econômica por ele também apontados como " a pressão baixista sobre os salários que vinham exercendo os proprietários rurais do Nordeste a fim de conservar a sua participação no mercadonacional e mesmo a ocorrência da Revolução Cubana que abriu a oportunidade de expansão para o açúcar do Nordeste Brasileiro", deve-se lembrar que a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural se deu dois meses após a ascenção de Miguel Arraes ao Governo de Pernambuco por uma coalisão de centro-esquerda de corte populista . Este fato foi de significativa importância porque,com Arraes no Governo,o aparelho policial do Estado foi desmobilizado da repressão aos movimentos populares e dos camponeses.

Toda a campanha eleitoral de Arraes foi calcada na participação popular e no apoio à luta dos trabalhadores sobretudo os do campo que, até àposse do Governo Arraes , tinham sempre que enfrentar nos seus embates duas vertentes da repressão : a dos patrões e a do Governo. Não queremos negar a força que a organização de base já possuía até aquele momento, mas apenas realçar que no clima de maior liberalidadade inspirado pelo novo governo os camponeses , através de Ligas e Sindicatos , passaram a agir com mais destemor . Aí realmente se verificou um certo momento semelhante ao Governo Getúlio '

quando não reprimia as greves operárias lideradas por sindicatos oficiais.

É importante considerar também que após a criação dos sindicatos e da entrada em vigor do Estatuto do Trabalhador Rural, embora se situassem em posições ideológicas diversas , tanto as Ligas como o Partido Comunista , como a Igreja , ou a Democracia Cristã agiam em unidade nas ocasiões de greves e outras demarches. Este é um outro elemento que deve ser acrescentado à força que Celso Furtado tendia a "ufanizar " das organizações que ele próprio reconhecia como " semi-clandestinas". A não repressão policial e a unidade da frente de apoio ao sindicalismo de trabalhadores rurais, de certo modo, terminava por garantir às organizações de trabalhadores um certo clima de liberdade e de estímulo as suas lutas pelo respeito ao Estatuto do Trabalhador Rural.

Esta frente de apoio foi-se desfazendo na medida em que foram ganhando força as divergências de orientação no próprio seio da esquerda . Embora as Ligas e o Partido Comunista estivessem unidos " numa oposição única, à Federação dos Trabalhadores Agrícolas, sob a orientação da Igreja",ao menos em Pernambuco , divergiam também entre si quanto à disputa pelo controle político dos sindicatos e quanto à propria orientação do movimento camponês como se pôde ver já no I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas , realizado em 1961 , em Belo Horizonte, quando se dá um choque frontal entre as posições das Ligas e o PCB e o grupo anti partido é expulso e expurgado da organização co

munista , (AZEVEDO ; 1982 : 89) .

A Igreja que permanece na frente até mesmo durante a campanha de Arraes, inclusive estimulando núcleos de apoio no interior , começa a assumir a cisão a partir do momento em que João Goulart, atendendo à pressão das forças progressistas resolve fechar nacionalmente o IBAD, Instituto Brasileiro de Ação Democrática , órgão ligado ao Departamento de Estado Americano que agia no Brasil nas mais diversas frentes na área de saúde , criando ambulatórios e distribuindo gratuitamente medicamentos às populações carentes; na área de comunicação , editando revistas e outras publicações da direita e até mesmo financiando emissoras de rádio no interior; na área política , custeando campanhas políticas de parlamentares de direita que uma vez eleitos não paravam de denunciar o comunisno em todas as manifestações da vida nacional e a conclamar a pronta intervenção das forças armadas para " colocar ordem no caos político e administrativo do País ".[1]

De parte da Igreja , apenas os setores marcadamente à direita estiveram ligados ao IBAD, como foram exemplos disso os Bispos D. Geraldo de Proença Sygaud , de Mariana em Minas Gerais , e D. Castro Pinto, de Campos no Estado do Rio de Janeiro , que chegaram a publicar com apoio do IBAD, um livro que ganhou notoriedade pelo seu conservadorismo :

---

1. Ver Jornal publicado pelo IBAD : Ação Democrática.

"Reforma Agrária no Brasil , questão de consciência ". A rigor, as teses defendidas no livro , negavam até a própria Doutrina Social da Igreja . Mas, por outro lado , segundo conta o Padre Melo , ainda em plena campanha de Arraes ,fora instalado no Cabo um posto de saúde do IBAD que só não fizera a campanha anti-Arraes porque foram indicados para a sua direção duas pessoas ligadas ao trabalho da Igreja. O Posto do IBAD, no Cabo, era o posto do"Dr. Arraia" , como diziam os camponeses menos letrados, aliás , a imensa maioria.

Com o fechamento do IBAD, a nível nacional ,a polícia do Governo Arraes , por ordem de quem ainda não esclarecido , invadiu o Posto do IBAD no Cabo , instalado numa casa pertencente à própria Paróquia e sequestrou os dois membros da Direção ligados ao trabalho da Igreja e os ameaçou de morte para que dissessem que o Padre Melo era financiado pelo IBAD . Isto se deu ainda em 1963, quando as fissuras no movimento camponês já estavam bastante acentuadas. Diante deste fato, o Padre Melo, até então ligado ao SORPE, vai em busca das entidades de classe dos Usineiros e de Fornecedores de Cana e comunica o seu rompimento com o Governo Arraes e solicita a essas entidades que lhe propiciem uma cadeia de rádio e televisão para que ele - Padre Melo - declarasse , de público, esse rompimento. Prontamente foi providenciada a cadeia solicitada e durante todo o dia as emissoras amplamante o importante pronunciamento político que seria feito à noite pelo Vigário do Cabo .

À noite , após a transmissão de " A Voz do Brasil",

as emissoras de rádio e televisão entraram em cadeia e o Padre Melo relata à opinião pública como se deu a criação do Posto de Saúde do IBAD , no Cabo, e a indicação dos seus colaboradores para dirigir o posto . Declarou o seu rompimento com o Governo Arraes e daí em diante foram-se estreitando os laços deste setor de centro da Igreja, com a direita, tanto intra , como extra Igreja. Segundo relata ainda o Padre Melo, o próprio General Humberto de Alencar Castelo Branco, que mais tarde viria a ser Presidente da República ,após o golpe de março de 1964, era, no momento do rompimento do Padre Melo com o Governo Arraes, comandante do IV Exército, sediado em Recife , e chegou a encorajá-lo a realizar a marcha de camponeses sobre Brasília , anunciada pelo Padre Melo, para obrigar o Congresso Nacional a votar as Reformas de Base, entre elas a Reforma Agrária .

A " marcha de camponeses sobre Brasília" não se deu porque o Arcebispo D. Carlos Coelho, de Olinda e Recife, ameaçou suspender de ordens o Padre Melo. Mas, continuando o seu depoimento , Padre Melo diz que o General Castelo Branco teria prometido que, se a marcha fosse realizada, ele mandaria as tropas , sob o pretexto de manter a ordem, dar o devido apoio logístico durante a viagem. Pelo que se vê, a partir daí dão -se inclusive as articulações com os setores militares e os Padres do SORPE e os demais padres identificados com a linha centrista da Igreja. O Padre é convidado por Carlos Lacerda , então Governador do Rio de Janeiro, e virtual candidato à Presidência da República , representan-

do a coligação dos setores de direita e, também lá, denuncia o perigo comunista a partir do Governo Arraes e propõe à opinião pública que , para evitar a dominação da esquerda no Brasil , deveria votar em Carlos Lacerda para Presidente da República nas eleições que se realizariam em novembro de 1964.

Mas ao mesmo tempo em que o Padre Melo se encontrava com a direita , começava a perder espaço no interior da Igreja popular . Começaram a aflorar, inclusive, suas divergências com a Direção do SORPE que, somente mais tarde, a partir de setembro de 1964 , viriam ao conhecimento da opinião pública. Por outro lado , os setores mais à esquerda da própria Igreja que já tinham ampla atuação através do Movimento de Educação de Base , MEB , e a própria Ação Católica, especialmente a JUC e a JEC, e que esposavam uma metodologia bastante diferenciada dos setores de centro da Igreja, na medida em que assumiam uma atitude de reforço ao movimento popular e de colaboração com as esquerdas , passaram também a combater e a minar as próprias bases de atuação do SORPE, em especial do Padre Melo .

O esgotamento da atuação política da linha centrista da Igreja, que teria iniciado mesmo antes de março de 1964, só vai ser consumado com o rompimento do Padre Melo com o SORPE, com a FETAPE e com o próprio Governo Militar em setembro de 1965 . Com o advento do golpe militar, abateu-se poderosa repressão sobre todos os movimentos populares e sobre as esquerdas , inclusive da Igreja. Embora alguns jornais tivessem anunciado a prisão do Padre Melo, como O Globo , de

2/4/64 , na verdade isto não aconteceu . Ao contrário, o Padre foi chamado pelo próprio " Comando Revolucionário" , em Recife, para assumir a Secretaria Assistente do Governo do Estado de Pernambuco, só não o fazendo por não ter obtido a permissão do Bispo D. Lamartine Soares , que respondia interinamente pelo Governo Arquidiocesano , em substituição a D. Carlos Coelho que havia falecido em janeiro de 1964.

Ante essa negativa do governo arquidiocesano, o Padre Melo assumiu, por recomendação do Governo Militar, a reabertura dos Sindicatos dos trabalhadores rurais , uma vez que muitos deles, a sua maioria, haviam sido fechados ora pela polícia , ora pelos próprios patrões , tendo suas lideranças sido presas e muitos outras foragidas Ainda à frente do SORPE, promove a intervenção do Ministério do Trabalho em todos os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da Zona da Mata de Pernambuco só não o fazendo em Nazaré da Mata, Vicência e na própria FETAPE, por ter encontrado resistência de seus dirigentes que, a essa altura , já se apoiavam no Padre Crespo que também dividia a orientação do SORPE com o Padre Melo.[1]

Deste modo , mesmo com o movimento militar de março de 1964 , foram reabertos os Sindicatos dos Trabalhadores rurais da Zona da Mata , mesmo porque não foi revogado o Estatuto do Trabalhador Rural , nem o foram também as garan-

---

1. Depoimento de Euclides Nascimento . Presidente do STR de Nazaré da Mata à época e mais tarde presidente da FETAPE.

tias trabalhistas . Mas só não o foram juridicamente , porque, na prática, somente com o ascenso do movimento de massas a partir de 1978 , 14 anos mais tarde, é que vieram os trabalhadores da cana de Pernambuco a recuperar,aos poucos o cumprimento da legislação trabalhista, através da celebração de Convenções Coletivas . Somente aí é que se retomou a iniciativa levada a efeito pelos trabalhadores rurais, através de seus sindicatos . Ainda na safra de 1963, quando chegaram a firmar o primeiro Acordo Coletivo entre proprietários e trabalhadores , mas que não tiveram tempo de maturar a experiência em liberdade , pois , logo em seguida, houve a interrupção , na prática , devido à implantação do regime autoritário .

De abril de 1964 a maio de 1965,esses sindicatos sob intervenções foram equipados com sedes sociais, gabinete médico-odontológico e transporte, e assistência jurídica . Mesmo aqueles sindicatos mais pobres se equiparam com empréstimos de outros mais fortes economicamente. Daí em diante ,as Juntas Interventoras , sob a orientação de Padre Melo começaram a se reunir para deslanchar uma campanha em favor da celebração de um novo Contrato Coletivo . Segundo o Padre Melo, começou-se cedo porque facilitaria uma mobilização maior principalmente em função da nova lei de greve (4.330 de 1º/6/1964) que impunha condições muito rígidas para se chegar à deliberação sobre a deflagração de greves.

Como a safra 65/66 estava para ser iniciada em 30 de setembro de 1965 , a greve estava marcada para a zero ho-

ra de 30 de setembro . Mas , como a mobilização começou ainda no mês de maio ,a Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco - FETAPE, mais ligada à orientação de Padre Crespo, posicionou-se contrária ao movimento, sob a alegação de que a greve seria deflagrada ainda em plena entressafra quando o poder de barganha dos trabalhadores praticamente inexiste, mesmo porque é neste período que há superabundância de mão-de-obra . Na verdade, explica o Padre Melo, não se tratava de greve em entressafra e sim no mês de setembro .O início da mobilização ainda no mês de maio deveu-se ao fato de que se queria também pressionar o Governo para dar início à Reforma Agrária preconizada no Estatuto da Terra que acabara de ser sancionado em 30/11/64.

No entendimento do Padre Melo e das Juntas Governativas , das 53 usinas de açúcar que existiam em Pernambuco 18 delas estariam falidas e ,principalmente por isso, não cumpriam a legislação trabalhista , mas as demais também não cumpriam em solidariedade às falidas e por entenderem que o Governo Revolucionário estaria a seu favor contra quaisquer reivindicações trabalhistas . O que se pretendia, com a mobilização antecipada da greve, era atrair o Governo para a posição de que, com a deflagração do movimento, imediatamente seriam desapropriadas as usinas falidas, enquanto as demais, além de não terem os costumeiros créditos suplementares para cobrir as reivindicações dos trabalhadores, seriam obrigadas a saldar as dívidas para com os trabalhadores utilizando-se dos seus próprios recursos.

Por sua vez, o Governo também procurou desenvolver um processo de desmobilização do movimento através de várias medidas. A primeira delas foi a proposta de tranferir para o extremo -sul do Piauí, no Vale do Rio Gurguéia, um certo contingente de famílias de trabalhadores rurais que desejasse ter o seu pedaço de terra. Chegaram ainda a ser transferidas 347 famílias ·, Uma segunda medida foi propor aos trabalhadores a regulamentação de um dos artigos do Estatuto da Lavoura Canavieira que previa a concessão a trabalhadores rurais de Usinas e Engenhos da Zona da Mata de Pernambuco até dois hectares de terra para um plantio de subsistência o que, embora tivesse sido regulamentado, nunca foi cumprido.

Durante esse processo, tanto o Padre Melo como o Comando da Greve foi várias vezes chamado a Brasília para negociar, mas sem sucesso. A esse mesmo tempo ganhava expressão a tensão existente entre o Comando da Greve de um lado, e a Diretoria da FETAPE e o SORPE, do outro, a tal ponto que se chegou ao mês de setembro com o movimento camponês cindido, não obstante terem sido realizadas Assembléias em todos os Sindicatos da Zona da Mata e 99 mil trabalhadores tivessem votado a favor da greve, em obediência a todos os requisitos legais. Não obstante o Governo ter reconhecido a legalidade do movimento, não permitiu que a greve fosse deflagrada sob a alegação de que o movimento fazia parte de um plano da Tricontinental de Cuba para sublevar a América Latina, conforme noticiário divulgado na imprensa pernambuca

na em 29 de setembro de 1965.

O Governo não apenas proibiu o movimento, como ordenou o deslocamento de tropas da Polícia Militar para o interior a fim de combater possíveis focos de resistência. Padre Melo , ao tempo em que distribuiu nota à imprensa denunciando o Governo , tentou fazer chegar aos seus orientados a palavra de ordem de não resistir, suspendendo a paralisação. Não foi possível chegar a todos os sindicatos e alguns que chegaram a paralisar tiveram suas direções duramente reprimidas, chegando a ser espancadas e presas. A partir desse momento praticamente estava encerrado o ciclo de influência do Padre Melo e a FETAPE começou um processo de recuperação de controle político dos Sindicatos até então sob a orientação do Padre Melo.

Para os Sindicalismo de trabalhadores rurais reforça-se a partir daí um novo momento em que teve de caminhar com orientação própria uma vez que não mais existindo as Ligas, afastados os padres centristas e as vanguardas de esquerda, restou ao movimento a possibilidade concreta de caminhar por sua própria conta. O Padre Melo recolheu-se ao trabalho interno em sua paróquia a sempre em divergência aberta não apenas com o SORPE, mas com a própria cúpula da Arquidiocese de Olinda e Recife, a essa altura, já tendo à frente o Arcebispo D. Hélder Câmara .

Conforme o referido anteriormente, a Igreja refletiu vivamente as tensões da sociedade brasileira nesse decênio, mas o desenvolvimento da conjuntura política levou as

linhas de centro e direita a se aliarem no combate aberto às esquerdas , inclusive dentro da própria Igreja . Contudo, a fração mais à esquerda, além de ter sofrido os reveses do Governo Militar, sofreu também as sanções internas da própria hierarquia. Mas , embora tivessem sofrido a repressão e amargado a clandestinidade, esses movimentos como o MEB e a Ação Católica deixaram raízes profundas que foram germinar mais tarde em momentos que, embora turvos, pela brutal repressão, foram também de maturação, como se deu com o surgimento do movimento de Comunidades Eclesiais de Base que será abordado em seguida onde a memória não esquecida fez recuperar tudo o que houve de válido nas experiências anteriores .

Para que se tenha a idéia do posicionamento da Cúpula da Igreja no Brasil , transcrevemos aqui alguns trechos da Declaração da CNBB sobre a situação Nacional, publicada em 3/6/64 , no jornal do Brasil: " Brasil foi, há pouco, cenário de graves acontecimentos, que modificaram profundamente os rumos da situação nacional . Atendendo à geral e angustiosa expectativa do povo Brasileiro , que via a marcha acelerada do comunismo para a conquista do Poder, as Forças Armadas acudiram em tempo, e evitaram se consumasse a implantação do regime bolchevista em nossa Terra. Seria , além do mais que se pode imaginar, a supressão das liberdades as mais sagradas , e, de modo especial , da liberdade religiosa e da civil . Logo após o movimento vitorioso da Revolução , verificou-se uma sensação de alívio e de espe -

rança , sobretudo , porque, em face do clima de insegurança e quase desespero em que se encontram as diferentes classes ou grupos sociais , a Proteção Divina se fez sentir de maneira sensível e insofismável . De uma à outra extremidade' da Pátria transborda dos corações o mesmo sentimento de gratidão a Deus, pelo êxito incruento de uma revolução armada. Ao rendermos graças a Deus, que atendeu às orações de milhões de brasileiros e nos livros do perigo comunista, agradecemos aos Militares que, com grave risco de suas vidas, se levantaram em nome dos supremos interesses da Nação, e gratos somos a quantos concorreram para libertar-m-na do abismo iminente".

Mais adiante, a própria nota explícita a sua discordância com alguns setores mais à esquerda e assume a atitude de " correção ", ao ver dos Bispos do Brasil das possíveis " falhas" que teriam acontecido por burla à sua vigilância . Assim diz , o trecho da nota "... Reconhecemos e lamentamos que, até mesmo em movimentos de orientação católica, tenha havido facilidade e abusos por parte de um ou outro elemento que burlou nossa vigilância , ou de outros que foram vítimas de seu próprio idealismo, da falta de malícia ou de inadequada apreciação dos fatos. Mas, na medida em que essas falhas chegaram ao nosso conhecimento, antes mesmo da Revolução, jamais nos omitimos no sentido de advertir e corrigir os culpados , fossem leigos ou sacerdotes ".

Por outro lado , a nota de CNBB reafirma o caráter pendular que até os dias atuais marca a ação social da Igreja, assim se expressando:"... Por outro lado, não aceitamos,

nem jamais poderemos aceitar a acusação injuriosa, generalizada ou gratuita , velada ou explícita, de que Bispos, Sacerdotes e fiéis ou organizações, como, por exemplo, a Ação Católica e o Movimento de Educação de Base (MEC), sejam comunistas ou comunizantes. Isto se deve, às vezes , à própria tática comunista , outras vezes a certos elementos inconformados com a atitude aberta e corajosa de verdadeiros apóstolos da Igreja, do Clero e do Laicato, que pregam a sã doutrina , seja contra o comunismo , ou seja contra gritantes injustiças sociais e focos de corrupção e de degradação dos valores morais . È profundamente lamentável que tradicionais e acirrados inimigos da Igreja e alguns órgãos da imprensa do País levem ao pelourinho da difamação e da calúnia Bispos e Sacerdotes, e cheguem ao extremo de se vangloriarem do título de defensores e orientadores da consciência católica..."

A partir desse momento vai se desenvolvendo um surdo debate interno , não apenas nas bases da hierarquia, mas no próprio seio das cúpulas do Episcopado, a partir, sobretudo, das torturas e medidas outras de repressão que se abateram sobre os diversos setores democráticos da sociedade brasileira . Esse debate , na medida em que se foi delineando a política governamental de favorecimento à concentração de renda, marginalização crescente das camadas populares , concentração de terras, expropriação violenta de camponeses , ganhou uma certa profundidade e a Igreja terminou por redefinir o seu posicionamento inicial em relação ao movimento militar de março de 1964, colocando-se em apoio ao movimento popular , principalmente depois do surgimento das Comunidades Eclesiais de Base.

1.3 - Da vivência religiosa à organização social.

1.3 - Comunidades Eclesiais de Base: da vivência religiosa à organização social.

A dimensão de organização social que assumiram as Comunidades Eclesiais de Base , em especial a partir da década de 70 , tem levado muitos estudiosos a encará-las muito mais quanto ao seu papel político e social do que mesmo o seu caráter religioso . Outros chegam até a identificá-las como sendo o próprio movimento popular, como se no seu interior estivessem todos os setores oprimidos da sociedade brasileira . Na realidade, ambas as atitudes ganham sentido sobretudo se considerarmos que foi durante os anos mais obscuros da repressão que essas pequenas organizações mais se desenvolveram . E isto se deu na medida em que, como decorrência da própria vivência religiosa, ou seja da " fé que unia os seus membros", elas descobriram a dimensão do "colocar -se a serviço" dos que não têm vez nem voz . Mas não há como desconhecer o caráter religioso e católico das CEBs e que representaram elas uma mudança da postura da Igreja em relação à conjuntura imediatamente posterior a março de 64.

Não se pode com precisão determinar em que ano e em que lugar teria surgido a primeira comunidade eclesial de base . Mas, é certo que ela tem suas origens na própria superação das limitações identificadas nos movimentos católi-

cos que marcaram suas presenças nas décadas de 50 e 60, sobretudo nos setores mais progressistas da Igreja. Ao que parece, elas são também resultado do debate que se travou no próprio seio da hierarquia a partir do posicionamento inicial da igreja em relação ao movimento militar de 1964, embora as CEBs tenham sido muito mais nascidas das paróquias, quer dizer, num movimento de baixo para cima. Mas, que contou com o apoio e o estímulo de boa parte do episcopado, em especial o mais ligado e sensível aos questionamentos da Ação Católica e do Movimento de Educação de Base. Até porque, alguns bispos foram seus assistentes quando ainda simplesmente padres .

O fato é que, ao tempo em que se dava o esgotamento da situação relatada anteriormente, já se esboçavam as primeiras experiências tanto no Nordeste , em Recife , Natal , São Luis e interior do Maranhão , Piauí e mesmo em outros Estados do Brasil como São Paulo , Rio Grande do Sul , Paraná, Goiás e Rio de Janeiro . É certo , no entanto , que uma das primeiras experiências , coincidentemente, se deu na Paróquia de Ponte dos Carvalhos , um dos Distritos do Município do Cabo, por volta de meados da década de 60 , onde um jovem Vigário alí chegado em 11 de fevereiro de 1962, sem nenhuma experiência paroquial anterior, teve de enfrentar a convivência com a Vila que tinha graves problemas de desemprego, de fome e de habitação .

Assim, relata de próprio punho o Padre Geraldo

Leite Bastos[1] o quadro que encontrou e como nasceu ali a CEB: " Víamos o povo dividido em 16 igrejas evangélicas, 4 terreiros de xangô , 5 salaões espíritas e a Igreja Católica desacreditada . O povo , a toda hora, e com justa razão nos cobrava a antiga capela indenizada pelo D.E.R. com o consentimento do Vigário do Cabo . E todos perguntavam na rua:"Cadê o dinheiro da Igreja ?" . Por outro lado , como consequência da miséria , crescia a prostituição . Ouatro prostíbulos funcionavam diariamente e cerca de 510 mulheres, algumas vezes ' quase crianças , eram prostitutas fichadas . A Vila dista de Recife 25 KM , fica situada na zona Sul litorânea, entre o Distrito Industrial do Cabo e o parque Industrial da Imbiriberia em Recife e Jaboatão e fica localizada, às margens da BR 101. Desde meados da década passada(1950 começaram a chegar levas de mograntes à busca de emprego num dos dois distritos industriais ou mesmo em busca da alternativa da maré uma vez que aí desemboca também o Rio Jaboatão. O fato é que à - quela altura somente cerca de 10% da população[2] era nativa e o restante tinha vindo dos municípios vizinhos ".

Relata ainda o Padre que " não havia associação alguma , nem sequer um time de futebol organizado . As fa-

---

1. Depoimento publicado em " Comunidade Eclesial de Base : uma opção pastoral decisiva ". Raimundo Caramuru de BARROS . Vozes . Petropólis. 1968. pág. 54 a 60.

2. A população na época era estimulada em 8.500 habitantes .

mílias , mal constituídas , mudavam de chefe com a mesma facilidade com que este mudava de emprego . Cada um procurava subsistir , sem nenhuma noção do outro. A política partidária tirava proveito da situação . E foi por vontade de um grupo político que a Paróquia foi criada . De qualquer maneira , conseguimos superar a influência deste grupo e em um galpão de zinco, funcionamos como Matriz . Junto a este, situamos a residência paroquial : não era mais que um barraco . Havia em Ponte dos Carvalhos o Apostolado da Oração e pensamos em dinamizar essa sociedade e criar outras . Esperávamos a aproximação do povo, mas notamos que as 15 mulheres que vinham à missa dominical continuavam as mesmas. Programávamos comunhões , confissões para homens e nada feito. Devido ao fato de quase ninguém ser casado religiosamente (58 casais) , fizemos companha e nehuma mudança ocorreu .

" Havíamos caído , conclui o vigário de Ponte dos Carvalhos , dentro do dito popular já existente no local : Em Ponte dos Carvalhos, toda semana se funda uma sociedade e em toda semana afunda outra . Começamos a nos sentir fracassados . Um dia, porém, conversando com uma lavadeira , comentamos as nossas dificuldades ; ela nos respondeu : Padre , o senhor está triste ? Nós tudo aqui é pobre, mas um pobre ajuda o outro e tudo se resolve . Estas palavras mudaram o roteiro de minha vida e de meu trabalho . Foram a revelação por onde principiamos um novo estilo de pastoral ".

E assim refletiu o Padre : " o maior erro da Igreja nesse tempo é o triunfalismo . A Igreja é só uma ' Grande Instituição ' . Grandes colégios , grandes universidades , grandes conventos, grandes seminários , grandes catedrais, grandes matrizes , grandes congressos , grande número de batizados , grandes primeiras comunhões , etc.etc . etc. Só ela tinha o direito de dar a última palavra em todas as coisas . Sua finalidade era mandar e por isso ninguém a obedecia . Urgente se fazia uma reestruturação de toda a Igreja . Tínhamos que ter a coragem de começar tudo de novo, como se Jesus Cristo tivesse pregado o Evangelho para cada um de nós no dia de hoje. Tínhamos que nos conformar em ser sal em vez , de mar ; ser luz em vez, de incêndio ser fermento em vez , de massa . Só o verdadeiro espírito de obreza , onde fazemos o intercâmbio de bens , " um pobre ajuda outro pobre " , poderia oferecer bases para uma nova edificação da Igreja . Em vez de senhores do mundo, deveríamos começar a ser servos dos servos de Deus".

Vale lembrar aqui que a preocupação do Padre era tão fortemente eclesial que àquela altura era bastante vivo o movimento das Ligas Camponesas e até mesmo o movimento de sindicalização rural da própria Igreja , mas ele não faz qualquer referência a esses movimentos no depoimento que faz ao Pe. Raimundo Caramuru de Barros, mesmo tendo sido eles já implantandos no Distrito de Ponte dos Carvalhos. O pró-

prio autor do presente estudo , militou em Ponte dos Carvalhos de 1964 a 1971 , tendo inclusive colaborado eventualmente com o Vigário e testemunha que até 1971, quando lá esteve , a luta social mais importante enfrentada pelo Padre Geraldo foi junto aos pescadores que se insurgiram contra a poluição das águas onde pescavam . Mesmo assim , explica-se essa sua participação devido ao fato de serem esses pescadores membros ativos das comunidades eclesiais de base de sua Paróquia .

Retomando o depoimento do Padre Geraldo , provavelmente um dos pioneiros das CEBs, vejamos como justifica a sua ação pastoral : " Partindo desses pressupostos, começamos a descobrir que uma pastoral para Ponte dos Carvalhos deveria basear-se na própria realidade local e aproveitando-se dela. Era urgente descobrir os valores latentes no povo. Sendo o padre atual , ainda, a figura que encarna uma pastoral puramente sacramental , chegamos à conclusão de que isto não funcionava aqui. Estávamos saturados de fazer sacramentos sem umaconversão inicial. A frequência aos sacramentos dever-se-ia traduzir numa mudança real de vida. O que marcou pra valer esta tomada de consciência foi a prioridade da Palavra de Deus . Começamos a nos basear no Evangelho e considerar qual a revelação que Deus nos anunciava a cada fato da vida . O culto litúrgico passou a ser vivo , entremeado de representações e cânticos da região. Alguém de fora chegou a comentar : " O Padre de Ponte dos Carvalhos virou crente : na Igreja de lá todos têm direito de falar e se tra

tam como irmãos entre si ".

" Do ponto de vista religioso, a comunidade de Ponte dos Carvalhos dividia-se em dois grandes grupos: evangélicos e católicos . Os protestantes já estavam evangelizados . Os católicos situavam-se em três faixas : indiferentes , quando não abertamente contra , eram , pelo menos, apáticos ; simpatizantes , aqueles que batizavam seus filhos , assistiam às festas e acompanhavam procissões; os convertidos , um pequeno rebanho que realmente começava a viver o Evangelho . Estes grupos de convertidos repetiam-se nas demais povoações da Paróquia . Foi , portanto , com esses grupos, que formamos as comunidades de base. Chamamos ,pois,comunidades de base aqueles convertidos que, sem se desligarem do seu meio, começaram a viver explicitamente a fé em uma nova dimensão . O agrupamento dos convertidos não constituía evidentemente , uma sociedade a mais . Seriam tão, somente irmãos que na celebração da Palavra de Deus e da Eucaristia , encontravam forças para viver a realidade do seu meio . Era também a ocasião para aprofundar a fé e educar os líderes. (...) O espírito de comunidade resume-se em três linhas : alegria , pobreza e simplicidade . Chegamos a sistematizar esse conteúdo em código de cinco princípios , sugeridos pelo próprio grupo . São eles :

1º- Não estamos aqui para ser melhor que ninguém.

2º- Nós não estamos aqui para combater ninguém.

3º- Nós não estamos aqui para fazer mal a ninguém.

4º-Nós estamos aqui para nos amar como irmãos.

5º-E servir aos outros , principalmente aqueles que não estão aqui.

Segundo o Padre , " estes princípios evitavam o fechamento do grupo e os constantes atritos entre os católicos e evangélicos e representantes de cultos afro-brasileiros . (...) Muitas vezes falamos usando expressões populares, mas dentro de categorias escolásticas . Isto , naturalmente, impede a comunicação por não haver adequação entre o nosso pensamento e o do povo . Para conhecer esse pensamento, aproveitamos as ocasiões de manifestação popular: festas religiosas e profanas e contatos pessoais . Hoje já sabemos , quando falamos, se o povo está entendendo ".

Como esta experiência de Ponte de Carvalhos, outras tantas aconteceram pelo Brasil afora. Mas sempre todas pautadas numa linha de renovação da Igreja. Evidentemente que outros fatores também constribuíram para o surgimento das CEBs e até mesmo asseguraram o seu fortalecimento e a sua difusão . Ressalte-se a própria inquietação da Igreja diante da maneira como era assumida a fé e a grande propagação do catolicismo apenas de forma nominal . Impunha-se uma redefinição da Igreja em todas as suas dimensões de cima a baixo e de um lado ao outro . " E a Igreja não falava em nome dos pobres , antes em nome do seu catolicismo ortodoxo. Não tomava a defesa dos pobres , mas da sua doutrina . Não entendia o catolicismo do povo , muito menos o das camadas populares ,

mas olhava apenas para a sua ortodoxia romana".[1]

Deste modo , " o domínio ideológico-religioso é visto como autônomo , devendo as crenças, pela doutrina, tornar-se o pólo dinamizador da experiência religiosa e da ação de católicos na sociedade . Estimula-se então a catequese de cima para baixo . Da hierarquia para o povo , como aliás se vinha processando . Entre as massas tidas como religiosamente ignorantes e o clero , portador do saber doutrinário, postula-se a ação catequética e a formação de catequistas dependentes dos organismos eclesiásticos. Parte-se assim de um ideário católico autônomo para uma prática religiosa legitimada pela hierarquia e para um tipo de ação individual de católicos na sociedade ". Este fato é marcante nas intervenções dominantes da Igreja nas décadas anteriores ao surgimento das CEBs. Não é que as CEBs tenham mudado por inteiro essa atitude da Igreja , mas elas têm conseguido ao menos relativizar a ortodoxia romana.

Já a Conferência Episcopal Latino-Americana-CELAM realizada em Medellín ,na Colômbia , em 1968, reconhecia como válida a experiência das Comunidades Eclesiais de Base e em vários momentos a elas se refere de modo esperançoso , não apenas como elemento modificador da paróquia tradicional[2] , mas como possibilidade de realização pessoal ante a

---

1. ROLIM. , Francisco Cartaxo-Religião e Classes Populares . Vozes . Petrópolis . 1980 . pág. 20.

2. Documento final da Comissão,nº9 -Colegialidade(organicidade Pastoral) - III Orientações Pastorais, n. 2ª)

tendência expressa na sociedade contemporânea às manifestações grupais no comportamento humano e , simultaneamente,uma tendência para as pequenas comunidades onde exista melhor possibilidade de realizaçãao como pessoas[1] ou ainda quando expressam que " é necessário que as pequenas comunidades sociológicas de base se desenvolvam para estabelecer um equilíbrio frente aos grupos minoritários, que são grupos de poder . Isto só é possível pela animação das mesmas comunidades mediante seus elementos naturais e atuantes, em seus respectivos meios"[2] .

Alguns anos mais tarde , em julho de 1971, Afonso Gregory,[3] realizou uma pesquisa , com o objetivo de coletar pela primeira vez,de forma sistemática , informações sobre o que estaria se passando na área das experiências de Comunidades Eclesiais de Base. Essas informações, segundo Gregory , deveriam servir tanto aos que as enviaram (no sentido de uma troca de experiências), quanto para a preparação de um ulterior estudo mais amplo e minucioso do assunto . Dentre as conclusões apontadas pela pesquisa está a de que as experiências de CEBs estão localizadas , praticamente em sua

---

1. Documento Final da Comissão, nº 5 - Pastoral das Massas , I) .

2. Documento Final da Comissão, nº1 - Justiça-III Projeções de Pastoral Social , 3).

3. GREGORY, Afonso - Comunidades Eclesiais de Base . Vozes . Petrópolis . 1973.

totalidade , em áreas rurais , ou áreas urbanas populares e pobres ; poucas experiências em área urbana de classe média e praticamente nenhuma em área urbana de classe alta. É importante considerar a coincidência dos resultados dessa pesquisa com o que mais tarde viria a ser definido pelo CELAM em Puebla , no México , dez anos depois de Medellín : " A opção preferencial pelos pobres ".

Quanto à coesão social (comunitária) parece apoiar-se , diz o autor , principalmente em condições que a favorecem tais como : a residência na mesma área geográfica; necessidades comuns tanto de ordem sócio-econômica como de ordem religiosa e, em decorrência disso, o desejo de colaborar solidariamente em sua solução ; a importância da iniciativa e da liderança do padre. O tamanho das CEBs varia muito e isso , quer em função das comunidades naturais a cujo serviço se destinam , quer devido à maneira de atuar, por exemplo , uma equipe central atendendo a mais de 1.000 pessoas ao mesmo tempo , quer devido aos objetivos que se propõem alcançar .

Mostrou também a pesquisa que " apesar de um grande entrosamento com a Igreja como instituição (bispos, padres, organizações da Igreja em geral) não deixam de existir , aqui e ali, certas tensões entre as Comunidades Eclesiais de Base e a Igreja como instituição, tensões essas que ainda poderão agravar-se (previa o pesquisador) à medida que as experiências se forem firmando, pelo menos é isso que pensam muitos ". Um aspecto que se deu atenção especial foi o

Igreja " desaloja progressivamente as camadas populares de sua situação de objeto. Como estas são os ponentes das CEBs, são elas no fundo que se afirmam . Neste sentido, prolonga-se nas CEBs a experiência outrora vivida na Ação Católica , em seu período de renovação . Dizer que a Igreja é reinventada nas bases é ao mesmo tempo afirmar a importância das camadas pobres , enquanto estas impelem a Igreja a se reformular. Reformulação que implica em seu bojo o fato de as camadas pobres introduzirem no universo religioso suas condições concretas de vida, suas práticas e o papel que têm a desempenhar ". (Rolim , pag.45/46).

Mas não é apenas no interior da Igreja que as CEBs jogam toda a sua importância . O realce que se deu até agora ao seu caráter transformador dentro da Igreja teve o objetivo de fundamentação da nossa postulação inicial de que elas são fundamentalmente religiosas e de inspiração católica . Contudo, a sua abertura para a problemática sócio-econômica - política e cultura da comunidade humana já de há muito é esperada . Ainda em 1968, José Marins escreve : " A CEB partirá decisavamente para uma vivência cristã fundamental , a título de serviço à comunidade humana . É vivência enraizada na vida cotidiana e presente às atividades de seus membros. Tende-se a uma vivência pessoal e comunitária da fé. A perfeição e salvação serão vistas como uma aquisição comum e personalizante . Assim, criam-se condições para levar cada um a procurar sua posição específica no serviço à comunidade eclesial e sua posição face à comunidade humana ".

da " eclesialidade das experiências e o resultado a que se chegou baseado nas respostas da pesquisa é que as experiências foram consideradas eclesiais dado que a sua base é a fé comum e os objetivos se relacionam com o aprofundamento e crescimento dessa fé e tudo o mais que isso implica ; e mesmo porque, dentre outras explicitações " na área religiosa só participam católicos e em outras atividades (sócio - econômicas) é ecumênico "; aqui pode-se acrescentar o que disse outro informante: " em se tratando de comunidade eclesial, não se pode trabalhar quando os motivos religiosos são diferentes ou opostos".

Já em 1977 , Leonardo Boff reconhece " as CEBS como sendo fundamentalmente um movimento de leigos". E Yves Congar acrescenta : " Se contêm o germe de um reinício da Igreja , ou nelas está se desenrolando um processo que " reinventa a Igreja", como diz Boff, importa ver quais os atores deste novo cenário . A mudança de uma ótica pastoral está, pois, em jogo . Assim , à linguagem de povo religiosamente ignorante , linguagem predominante na Igreja dos anos 30 e subsequentes , para lembrar apenas essa época, e que travejou o movimento de catequistas populares dos anos 60, como chama a atenção Rolim, sucede hoje uma outra linguagem teológico-pastoral que começa valorizando os pobres. São eles o substrato social destas comunidades , a dar-lhes uma marca peculiar , embora não se exclua a possibilidade de as haver formado por segmentos elevados da classe média.

Na verdade, como negar que essa nova atitude da

Ao aproximar-se já das duas décadas de existência das CEBs no Brasil, em 1981 , Frei Beto[1] refere-se a elas do seguinte modo : " O que importa é que elas representam uma nova forma de organização pastoral . Durante muito tempo, a única forma de organização pastoral era a paróquia. Ninguém pisa um pedaço de solo brasileiro sem pisar área de uma paróquia . Dividido o território em paróquias , o vigário ficava aguardando os fiéis para o atendimento sacramental. Entretanto , a sociedade moderna já não comporta a paróquia como mero eixo geográfico . É preciso que haja verdadeiras comunidades paroquiais , ou seja, que os fiéis realmente se conheçam , o que só é possível através da organização paroquial em pequenas comunidades de base ".

Em síntese, as Comunidades Eclesiais de base "são pequenos grupos em torno da paróquia (urbana) ou da capela (rural) por iniciativa de leigos , padres ou bispos" (...) De natureza religiosa e caráter pastoral, as CEBs podem ter dez, vinte ou cinquenta membros. Nas paróquias de periferia, as comunidades podem estar distribuídas em pequenos grupos ou formar um único grupão a que se dá o nome de comunidade eclesial de base. É o caso da zona rural, onde cem, duzentas pessoas se reúnem numa capela aos domingos para celebrar o culto.

---

1. BETO, Frei - O que é Comunidade Eclesial de Base. Editora Brasiliense . São Paulo . 1981 . Pág. 18.

Acrescenta ainda Frei Beto ," são **comunidades** , por que reúnem pessoas que têm a mesma fé, pertencem à mesma Igreja e moram na mesma região. Motivadas pela fé, essas pessoas vivem uma comum união em torno de seus problemas de sobrevivência , de moradia , de lutas por melhores condições de vida e de anseios e de esperanças libertadoras. São **eclesiais**, por estarem congregados na Igreja, como núcleos básicos de comunidade de fé . São de **base**, porque integrados por pessoas que trabalham com as próprias mãos (classes populares) : dona-de-casa , operários , subempregados, aposentados, jovens e empregados dos setores de serviços , na periferia urbana ; na zona rural , assalariados agrícolas , posseiros, pequenos proprietários , arrendatários, peões e seus familiares[1]".

Pelo que se vê " os membros das CEBs são, em geral , pessoas de remuneração salarial inferior a três ou quatro salários mínimos mensais . Moram em casebres alugados na periferia urbana ou construídos em áreas invadidas(favelas). Na zona rural , habitam pequenos sítios ou à beira de cidades que fornecem mão-de-obra para o trabalho agrícola. São semi-alfabetizados : assinam o nome, decifram literalmente o código alfabético, mas nem sempre assimilam o seu significado . Sabem ler, sem entender muito o que está escrito. Nas zo

---

1. "Segundo estimativas não oficiais, existiam no país, em 1981, 80 mil comunidades eclesiais de base, congregando cerca de dois milhões de pessoas crentes e oprimidas". Frei Beto.

nas rurais , principalmente , as comunidades preservam a cultura popular ".

Não obstante a Igreja haver assumido essa nova forma de organização , como instituição social, não poderia deixar de permear as contradições da própria sociedade onde está inserida . Deste modo , internamente ela vive o conflito entre as novas formas de práticas religiosas voltadas para os pobres e oprimidos e o antigo sistema elitista e eminentemente sacramentalista. Não é que ela tenha deixado de ser hierárquica e sacramentalista , mas busca assumir a redefinição dessas características na medida em que os animadores das CEBs, chamados de agentes de pastorais- atividades anteriormente quase que privativas dos padres, vigários, hoje, embora continuem eles também presentes mas passam a viver em bairros populares , " ganham pouco mais do que o salário mínimo, assumem o trabalho com o povo como o compromisso prioritário de sua vida. Não são eles que coordenam as comunidades , apenas assessoram , cuidando para que o próprio povo seja sujeito de sua história".

Por outro lado, " é por esse caminho que a Igreja consegue fazer a vinculação entre o " Pai nosso" e o " Pão nosso ".[1] É por esse caminho que se opera um distanciamento progressivo da autoridade política e da classe burguesa para aproximar-se das classes populares ". Nas palavras de D. Avelar Brandão Vilela : " A consciência religiosa não quer

---

1. PERANI, Claúdio - Op. Cit.

ser o ponto de apoio para a garantia de privilégios de uma pequena minoria contra a esmagadora maioria da população"[1].

" O discurso popular na liturgia relaciona-se com a prática comunitária e, nesse sentido , restaura o significado mais profundo da morte e da ressurreição do Senhor. Não se celebra apenas a morte cultural , oblativa, de Jesus Cristo. Celebra-se a sua morte política, vítima da ambição dos poderosos e consquência do seu compromisso radical com a causa do Pai, que é a causa dos Pobres. Jesus não está vivo apenas no pão sagrado. Sua vida prolonga-se na vida da comunidade. Comungar é alimentar-se nele para prosseguir na luta. Nessa linha , a ruptura da significação operada pelas comunidades populares é, de fato , uma reapropriação dos significados evangélicos mais profundos. (...) Assumida a partir da comunidade popular, a liturgia adquire um seu sentido bíblico de exprimir um programa de vida .(...) A missa é a partilha do pão e do vinho , da comida e da bebida , sacramento subversivo numa sociedade que se nega a socializar os bens materiais essenciais à vida humana . A eucaristia denuncia a acumulação de bens em detrimento da maioria da população , privada de condições mínimas de sobrevivência e, ao mesmo tempo , anuncia uma nova ordem social em que, à semelhança da mesa eucarística , todos os bens serão igualmente repartidos, estabelecendo-se a efetiva fraternidade social . À luz da fé na

---

1. VEJA , 22.08.1973.

promessa bíblica , a prática da justiça social é um modo privilegiado de manifestação ao Deus único ".

Continua ainda Frei Beto , " essa superação da barreira de origem pagã entre o vivido e o celebrado faz com que as comunidades rompam simultaneamente a parede invisível que separa IGREJA e mundo e se engajem no mundo como fermento na massa . Para usar uma imagem aparentemente parodoxal, é fora da Igreja que as comunidades encontram sua verdadeira identidade eclesial . Elas são tanto mais Igreja quanto mais missionárias , servidoras do projeto de libertação dos pobres".

Nesses anos de autoritarismo que viveu a sociedade brasileira , com a supressão dos canais de participação popular ,o regime militar terminou por obrigar a que esse mesmo povo buscasse novos espaços para se organizar. " Esse espaço foi encontrado na Igreja, única instituição do país, por sua índole histórica, escapa ao controle direto dos poderes públicos . Os militares não tinham como decretar a destituição de bispos , nem podiam nomear um general da reserva para presidir a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil . Nas demais instituições brasileiras, não havia empecilho para que isso fosse feito ".[1]

"Por outro lado, a renovação da Igreja , iniciada com o Vaticano II e elevada a efeito na América Latina a partir da reunião de Meddelin, em 1968 fez com que a hierarquia eclesial se aproximasse sempre mais das classes popula

---

1. Frei Beto , pág. 21 /22 .

res, das quais o Estado se encontrava cada vez mais distanciado . A Igreja passou a ser a voz dos que não têm voz, empenhando-se resolutamente na campanha de denúncia às torturas e pela defesa dos direitos humanos . O terror repressivo estendeu-se sobre ela : religosos foram condenados pelos tribunais militares ; padres foram assassinados pela polícia , um bispo foi sequestrado e seviciado por grupos direitistas. O povo redescobriu a Igreja , não apenas como seu espaço de expressão e nutrição de fé, mas também como espaço de organização e mobilização "[1].

Um outro aspecto que merece ainda ser considerado em relação às CEBs é que elas não se constituem meramente a partir da motivação religiosa , eclesial . Se assim o fosse cairiam no mesmo artificialismo das ordens religiosas ou organizações semelhantes . Elas se constituem a partir das relações de vizinhança e das demais relações que esse contexto implica , como condições de vida, emprego,serviços na medida em que todos são alcançados coletivamente e em particular[2]. A insatisfação generalizada dos "diferenciados " tem-se transformado em força social e política capaz' para redefinir as relações de dominação entre as classes sociais , não apenas quanto às manifestações dessa dominação'

---

1. Frei Beto op. cit.

2. Ver Jacqueline Scherer. Alguns paradoxos das Comunidades Contemporâneas.IN " UTOPIA OU REALIDADE". Comunidades Eclesiais de Base. Afonso Gregory.Vozes / Ceris . Petrópolis. 1973.

ao nível das instituições como também já ao nível estrutu - ral .

É sabido que o processo de desenvolvimento capitalista , ao longo dos anos , vem progressivamente promovendo a desarticulação das comunidades naturais , ora desalojando-as do seu " habitat natural ", para a periferia das cidades ou para outras regiões de expansão da fronteira agrícola ; ora colocando-as sempre na franja das cidades a cada vez que a necessidade de expansão do espaço urbano se coloca . Tornaram-se, hoje, lugar comum na imprensa nacional, nos centros acadêmicos e de estudos independentes , na militância parlamentar e nos demais setores da vida nacional a preocupação com as expulsões em massa de comunidades inteiras de posseiros , de pequenos proprietários na área rural e de bairros pobres inteiros para dar lugar a grandes investimentos , sejam eles agropecuários, imobiliários, industriais ou comerciais .

Desde o capítulo anterior que vimos observando como na raiz dos movimentos sociais estão sempre as grandes redefinições do capitalismo brasileiro . Assim, a situação parece indicar que, na medida em que o capital vai organizando o espaço em conformidade com os seus interesses, as populações desarticuladas em consequência desse processo vão redescobrindo novas formas de articulação. Mas, esta rearticulação não se vem dando de forma conservadora, ou seja numa tentativa de volta às situações anteriores em que viviam , mas incorporando novos valores que frequentemente têm resul

tado em situações de resistência não apenas visando a pre - servação do espaço físico e cultural mas reivindicando tam - bém uma participação mais efetiva nos frutos do progesso.

Tem sido nessas áreas onde as Comunidades Ecle - siais de Base mais têm encontrado repercussão. Mas, nem por isso se pode considerar que são as comunidades eclesiais de base o elemento único capaz de impulsionar e organizar a resistência . Mesmo porque é muito comum também essa resistência se verificar em locais onde as comunidades eclesiais não estão presentes ou, doutro modo, podem até existir ali, ao lado , mas sem estar envolvidas diretamente nos conflitos que se dão ao seu redor . É importante lembrar que essa natureza de conflitos e de resistência são, na nossa história, anteriores à criação das CEBS e, em muitos lugares , eles foram até mesmo elementos de animação e rearticulação das CEBs. Pode-se mesmo dizer , em muitos casos, que a aproximação das comunidades eclesiais com as áreas de conflito, fizeram-nas descobrir a verdadeira dimensão do serviço à comunidade humana onde elas se realizam .

Não resta dúvida que, a essa altura dos aconteci - mentos, constitui-se praticamente uma questão mais de ordem teórica a tentativa de estabelecer os limites entre a comunidade eclesial de base e a organização social de corte classista . A percepção dessa interrelação tem aguçado sempre mais as tensões, não apenas no interior da Igreja onde padres e bispos vêem redefinidos os seus antigos papéis de portadores do saber e da diretriz divina, ou até mesmo entre os

membros da hierarquia que , na tentativa de preservar as antigas posições, buscam a todo custo chamar à reorientação e à disciplina a outra parcela da hierarquia que se converteu aos pobres e dominados . Mas essas tensões se expressam, também , a nível de outras instituições como o Estado, os Partidos Políticos , os Sindicatos ou Associações outras.

Enfim, não foram as Comunidades Eclesiais de Base que inventaram o movimento popular ou a organização de base, mas estas se põem numa relação dialética com este movimento implicando em redefinições que podem ir da ruptura, ao entrelaçamento e serviço mútuo mais estreito, mas sem perderem as suas identidades . Embora sejam complementares e identificados , são de natureza diversa . As CEBs são de natureza mais institucional não obstante terem surgido como respostas ao movimento popular autônomo, enquanto este é de natureza mais estrutural.

SEGUNDO CAPÍTULO

2. Mecanismos de Mediação da Sociedade política e a Organização de Base.

2.1 - Partidos Políticos e Organizações de Base

Os partidos políticos , como instituição, surgem na história da humanidade depois da Revolução Francesa . Daí em diante , propagam-se pelo mundo em todas as democracias parlamentares. Mesmo as monarquias , na medida em que foram relativizadas pelos parlamentos , passaram também a conviver e a respeitar os partidos políticos como canais de mediação dos diferentes grupos de interesse da sociedade civil. Inicialmente, nos parlamentos, formaram-se os aglomerados de tendência e mais tarde chegou-se aos partidos . No plano político, os partidos expressam a lógica do capitalismo para garantir a sua reprodução , daí a preocupação e a resistência das democracias parlamentares aos movimentos sociais que não passam pela mediação dos partidos . Acontece, porém, que, não raro, certos partidos, na medida em que se identificam com os interesses populares , passam a ter a sua existência dificultada ou até mesmo eliminada . Nesse sentido é que Gramsci diz: "... Nenhuma revolução do passado conheceu os partidos; estes nasceram da revolução burguesa e decompuseram-se no terreno da democracia parlamentar . Também neste campo se verificou a idéia marxista de que o capitalismo cria forças que depois não consegue dominar ".[1]

---

1. GRAMSCI , Antonio - Escritos Políticos. Vol. II . Pág. 198 . 1977 .

No Brasil , os partidos políticos começam a marcar a sua presença na cena política no início do Século XIX. Mas de lá até os nossos dias , preservaram sempre a característica de representar os interesses das camadas economicamente dominantes . Este fato se evidencia na medida em que se considera que os pobres e os analfabetos sempre estiveram excluídos do processo político, dado que não lhes era permitido votar , nem serem votados . Lembramos aqui que para eleger os 100 deputados que deveriam elaborar a primeira Constituição do Brasil em 1822 somente podia votar quem tivesse mais de 25 anos de idade e ainda assim se ganhasse mais de 200 mil réis por ano. Para ser candidato, tinha que ter um ganho anual de 400 mil réis . Deste modo , os negros, os pobres , os analfabetos, as mulheres e os menores de 25 anos não puderam votar nem ser deputados .[1]

Essa exclusão popular de origem colonial se mantém mesmo após a Proclemação da República como pode ser observado nos processos que resultaram nas Constituições de 1891 , 1934 e 1937 . A constituição de 1891 , a primeira da República e a segunda do Brasil , também foi feita sem o voto das mulheres que representavam metade da população, dos analfabetos que representavam 80% da população , dos menores de 21 anos , dos mendigos , dos soldados e dos religiosos . Como se não bastasse a pouca participação popular, o voto

---

1. Movimento dos Sem Terra. A constituinte interessa aos trabalhadores rurais? São Paulo 1985. Pág.5 e seguintes.

não era secreto , era aberto . Por ocasião da Nova República de Getúlio , tivemos em 1934 a primeira Constituição do período , a terceira do Brasil, que embora com voto secreto e tendo votado homens e mulheres maiores de 21 anos, não puderam votar ainda os analfabetos , os mendigos , os soldados e os religiosos . Embora considerada mais democrática que a Constituição de 1891 , votaram apenas 5,7 da população braleira . A Constituição de 1937, a segunda do período getulista e a quarta Constituição brasileira , Getúlio a impôs ao País . Fechou o Congresso e a prescindiu dos partidos e do parlamento .

A situação reverteu-se um pouco por ocasião da Constituição de 1946 , a quinta do Brasil, que foi elaborada após a deposição de Getúlio , finda a Segunda Guerra Mundial . A esse tempo foram criados oito partidos e foram eleitos 320 deputados , mais ainda continuaram sem poder votar os analfabetos , os soldados e os religiosos . Essa quinta Constituição , embora tivesse resultado de um processo mais democrático que as precedentes, há que se considerar que cerca de 70% da população brasileira estava no meio rural e era analfabeta , por conseguinte , também foi excluída. Essa Constituição foi suspensa em 1964 pelo Ato Institucional nº1 por ocasião do golpe militar .

Daí em diante , o exercício democrático sofre um profundo retrocesso e chega-se à Constituição de 1967, a sexta do Brasil, sem sequer terem sido eleitos deputados

constituintes e com um Congresso Nacional totalmente mutilado com as cassações de mandatos baseadas no Ato Institucional nº 1 . Foi essa Constituição de 1967 imposta ao Congresso Nacional, que teve de votá-la entre 12/12/66 e 24/01/67 , ou seja, em apenas 44 dias . Além disso , ao tempo da votação, haviam sido extintos todos os partidos anteriores e existiam apenas dois novos partidos, criados pelo próprio Governo Militar , a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro). O primeiro , majoritário , representava os interesses do Governo e o segundo abrigava a oposição consentida. Essa Constituição teve o seu caráter restritivo aumentado com a Emenda Constitucional de 1969 , imposta pela Junta Militar que assumiu o poder em sucessão a Costa e Silva , sem que os partidos pudessem opor maiores resistências.

Esses dois partidos criados pelo Governo Militar abrigaram, em princípio, os diferentes setores da classe dominante . Os setores mais conservadores se situaram na ARENA, esforçando-se por defender os interesses do Governo. Os setores divergentes, por sua vez , se situaram no MDB. Esse partido , no entanto , pelo fato de ser minoritário , por conseguinte com exigência de menor legenda , terminou por abrigar também representantes de setores à direita que não tinham maiores possibilidades de representação no partido do Governo . Os setores mais à esquerda foram postos na clandestinidade , somando-se a outros que aí já estavam desde

1948, como o PCB e o PC do B . Desta forma, os partidos oficiais careciam de legitimidade popular e dos setores progressistas . Daí porque durante toda a década de 1960, e início da década seguinte , foi largamente defendido e propagado o voto nulo . A esse tempo , os setores atirados à clandestinidade, partindo de diferentes inspirações, lançaram-se à luta armada como forma de enfrentar o regime.

O embate pela luta armada , embora tivesse conseguido lograr alguns êxitos[1] como a libertação de alguns presos políticos e a mobilização da opinião pública internacional, que constantemente esteve a cobrar do Governo Brasileiro a suspensão das torturas , o fim das prisões políticas , da censura à imprensa, enfim a suspensão do regime de exceção, terminou sendo vencido pelas forças da repressão depois de um saldo considerável de mortos e mutilados pelas torturas. Esse movimento revolucionário se deu no Brasil simultaneamente a outros movimentos de natureza igual na América Latina , daí porque , em certos momentos , houve até a colaboração internacional entre as forças armadas de diversos países, inclusive dos Estados Unidos , nessa ação repressiva. Essa ação conjunta se deu com base nos pressupostos da chamada Doutrina de Segurança Nacional[2] que sucedeu à Guerra Fria. Nesta, considerava-se que o " perigo comunista " vinha de fora

---

1. GABEIRA , Fernando - Que é isso Companheiro ?

2. COMBLAIN, José - Versão Latina-Americana da segurança nacional. In Caderno do CEAS nº 46. Salvador, pág. 64/71.

e, naquela, passou-se a considerar o perigo comunista dentro das fronteiras nacionais. Daí porque o apoio massivo dos Estados Unidos à ditadura, não apenas do Brasil, mas a todas às demais da América Latina.

Com a desarticulação da resistência armada, os partidos clandestinos foram obrigados a rever a sua prática e passaram da luta armada ao trabalho de base. Nesta nova investida, foi-se dando o encontro dessas vanguardas com o Movimento Democrático Brasileiro e a posição anterior do voto nulo foi-se convertendo em voto candidato, até chegar ao voto plebiscitário na oposição como ocorreu nas eleições de 1974. Essa nova posição obrigou o Governo a criar mecanismos que lhe possibilitassem a maioria no Congresso Nacional, como a instituição dos senadores biônicos, indicados pelo próprio Governo, sem passar pelo sufrágio das urnas. Apesar disso, as eleições foram-se tornando cada vez mais plebiscitárias, deslegitimando ainda mais a representação governamental, obrigando o Governo, mais uma vez, a rever a sua posição, tendo finalmente chegado à decisão de lançar uma nova legislação partidária que possibilitou a criação de novos partidos a partir de 1979.

Com essa nova legislação, o caráter de frente que marcava os dois partidos oficiais, ARENA e MDB, foi de certo modo relativizado, uma vez que todos eles foram cindidos em novas agremiações partidárias. Contudo, foi o MDB que mais sofreu cisões. Os partidos que se situavam na oposição ao regime, na sua quase totalidade, se uniram numa

grande alinaça nacional para fazer avançar, mais ainda a abertura política tentando, inicialmente, as eleições para Presidente da República. Foi um movimento de massas sem precedentes na história política do Brasil. Apesar de todos os esforços, não se conseguiu êxito nesta campanha, restando apenas ao movimento popular o recurso ao Colégio Eleitoral. Já nesta segunda etapa, nem todos os partidos participaram ativamente. O Partido dos Trabalhadores do PT, que estava antes presente na campanha das "Diretas Já", se colocou frontalmente contrário à participação no Colégio Eleitoral para as eleições presidenciais, por esse processo.

No Colégio Eleitoral, mesmo deslegitimado pelas manifestações populares que se realizaram em todas as praças públicas das grandes cidades do País, O Governo foi fragorosamente derrotado. Saiu vitorioso o candidato da Aliança Democrática que somava o apoio não apenas dos partidos da oposição, mas também dos descontentes do próprio partido do Governo. Apesar do impacto sofrido pelo País com a morte do Presidente eleito, pouco mais de um mês após a posse do novo Governo, alguma das principais bandeiras que amalgamavam a Aliança Democrática já estão sendo encaminhadas, tais como a reforma da Constituição para possibilitar as eleições diretas para Presidentes da República em 1988, Legalização dos Partidos Comunistas, convocação da Assembléia Nacional Constituinte e liberdade de expressão.

Atualmente, mais de dez partidos políticos legalizados estão em franca mobilização à procura de legitimação junto ao movimento popular. Os mais antigos, que foram herdeiros da ARENA e do MDB, mantêm a sua posição de liberança neste quadro. Os mais novos, no entanto, estão em busca de alternativas diversas tais como a filiação de lideranças preteridas pelos partidos majoritários, para concorrer às eleições de novembro de 1985, às Prefeituras das Capitais e das áreas de segurança nacional, ou ainda buscando coligações com outros partidos, visando o apoio a candidatos comuns, uma vez que sendo ainda inexpressivos eleitoralmente, ao menos tenta-se a participação em alguma fração do poder na medida em forem vitoriosos os candidatos por eles apoiados em coligações.

Como vimos, até o momento, somos uma País ainda sem tradição partidária. Além do mais, os partidos até agora existentes sempre foram de elite, criados a partir do Estado, que deles sempre prescindiu nos momentos em que passaram a escapar ao seu controle pela legitimação popular.

A literatura sobre os partidos políticos no Brasil tem revelado esta marginalização da instituição partidária, como mecanismo de definição das grandes metas nacionais. Em diferentes conjunturas, os partidos, tanto quanto as organizações populares, sempre permaneceram à distância das instâncias decisórias do Estado.

Há, inclusive, quem tenha dado como mortos, os partidos. No entanto, Maria do Carmo Campello de Souza (Estado e Partidos políticos no Brasil 1930 a 1940) conclui que "por mais que, tanto na teoria quanto na prática, os partidos políticos sejam dados como mortos, isto não implica que possam ser dados como resolvidos os problemas teórico-práticos referentes às estruturas partidárias no quadro da vida política"[1]. Prosseguindo, diz ainda a autora, "muito ao contrário, e a despeito da alegada incompatibilidade entre o regime partidário e os requisitos do processo de desenvolvimento dos países periféricos, quando examinamos, por exemplo os desdobramentos históricos mais recentes na América Latina o que se observa por toda parte é o caráter recorrente dos debates em torno da natureza dos partidos e dos novos significados e papéis suscetíveis de serem encarnados por esse tipo de instituição. Longe de encerrada, tal problemática vem sendo retomada, com renovado vigor, tanto na Argentina quanto no México, no Peru, quanto no Chile. Contrariando as aparências, o caso brasileiro tampouco constitui uma execeção ao fenômeno que se vem generalizando no contexto latino-americano. Essa recorrência, ou esse caráter cíclico do debate sobre o partido político como Instituição, deve-se, ao nosso ver, ao fato de que a centralização do poder, de um lado, e a

---

1. SOUZA, Maria do Carmo Campello de - Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964). Ed. Alfa- Omega 1976 São Paulo. Pág. XIX.

representação e a combinação de interesses de outro, são problemas igualmente objetivos e inarredáveis em qualquer sistema político. Em vão, procuram certas formulações ideológicas reconhecer esse caráter objetivo do dilema. É precisamente em função dele, que nasce a instituição partido político;se não podemos afirmar que ela seja eterna ou imutável em estrutura e função, podemos, pelo menos, desprezar como ingênuas aquelas concepções que açodadamente passariam seu atestado de óbito"[1]

A autora, contrariando o comum das análises sobre os partidos que pendulam frequentemente entre o surgimento dos partidos como expressão de classe e a configuração do Estado como resultado da ação do sistema partidário, faz um caminho inverso, buscando na estrutura do Estado a maior ou menor possibilidade do surgimento e da eficácia partidária. "A estrutura do Estado é, por si mesma, um fator crucial na especificação da natureza política de diferentes sociedades. A existência prévia de uma organização estatal forte tem efeitos consideráveis sobre o desenvolvimento e a posterior configuração do sistema partidário. O peso funcional do sistema partidário será tanto maior quanto menos atuante a organização burocrática do Estado, visto que essa condição prévia facilita a articulação de interesses e clivagens, e a própria institucionalização do conflito, em termos partidários"[2].

---

1. OP. Cit. pg.XIX
2. OP. Cit. pg 31

Assim, conclui a autora, "a maior ou menor eficácia no desempenho das funções representativas e governativas pelos agrupamentos partidários está na dependência da forma do Estado, ao mesmo tempo que, obviamente, é um indicador desta"[1]. Como é praticamente impossível ao Estado administrar o jogo de interesses dos diferentes segmentos sociais sem mediações, mesmo em situações de acentuado centralismo, o próprio Estado termina por instituir, ele mesmo, as agremiações partidárias. Já no período de redemocratização, conclui SOUZA, " a estrutura partidária formou-se em grande medida por decisão governamental, estruturando-se em função de fatores marcadamente conjunturais (anti ou pró varguismo) e não clivagens sócio-econômicas nítidas".

O mesmo fenômeno pode ser observado ainda no pós 64, quando foram extintos os antigos partidos e instituído o bipartidarismo, ou mesmo após a "abertura política" quando novamente são extintos os antigos partidos ARENA e MDB e se impõe uma nova legislação partidária que, se não mantém o bipartidarismo, não se distancia muito disso dadas às exigências que devem ser observadas para a criação de novas agremiações partidárias. Mas, mesmo assim, sempre os partidos foram mantidos fora da arena onde são decididas as questões fundamentais da vida nacional.

Embora seja de grande valia, para as ciências sociais, o estudo das características que assumem os

---

1. OP. Cit. pg. 31

partidos, em especial no que se refere à sua eficácia nas instâncias decisórias a nível do Estado, no presente estudo interessa considerar sobretudo o papel que a instituição partidária tem desempenhado no processo de "organização de base".

Como foi visto até agora, os partidos políticos no Brasil não surgem de movimentos populares num primeiro momento. A legitimação que algumas agremiações partidárias têm conseguido lograr se deve muito mais a fatores conjunturais posteriores à sua criação, como a busca do movimento popular por canais de expressão, e a ausência de alternativas, entre outros fatores. Excetuam-se dessa tendência os Partidos Comunistas.

Não é que, pelo fato de terem sido criados de cima para baixo, não exista uma preocupação dos partidos em buscar uma aproximação com os diferentes segmentos da sociedade. Pelo contrário, essa busca é sempre feita, não apenas nos momentos de formalização das instituições partidárias como nos períodos eleitorais, ou mesmo em momentos de grandes mobilizações em torno de grandes bandeiras. Mas, esse esforço só se verifica com mais frequência, nestes momentos, não havendo portanto um trabalho permanente entre um período e outro, como ações que se poderia chamar de educação política. Isto se dá de tal modo que, às camadas do senso comum, resta a idéia de que os partidos são instituições que aparecem em ocasiões especiais, eleitorais, sobretudo.

Tal fato se deve talvez à pouca longevidade das agremiações partidárias uma vez que não há partidos no Brasil que tenham conseguido construir uma tradição e uma prática que seja historicamente reconhecida. Também não se incluem aqui os partidos de vanguarda que vêm subsistindo há mais de 60 anos mas, para se manterem e resistirem à ação autoritária do Estado, são obrigados a assumir a clandestinidade o que, por certo, dificulta a ação aberta e massiva que possa desembocar na formação de forças políticas de grande importância[1].

Um outro elemento, que se deve levar em consideração, é a própria atitude do Estado, que resulta sempre na marginalização dos Partidos no processo decisório o que termina por desencorajar a participação efetiva dos cidadões. Mesmo sentindo a necessidade de canais de participação e de expressão, sabedores que são do relativo peso político de que disputam os partidos, os cidadãos são levados a privilegiar outras formas de organização, como forma de expressão política, tais como movimentos de Igreja, órgãos de classe, movimentos de bairros e outros.

O estágio de desenvolvimento capitalista no Brasil que, via de regra, privilegiou sempre o aparelho do Estado como mecanisno de ação, propiciando mudanças velozes na configuração das classes sociais, mediante o "processo de diferenciação", também não tem possibilitado a maturação dos diferentes grupos sociais a ponto de se desco -

1. Ver Gregorio Bezerra - MEMÓRIAS. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro. 1979.

cobrirem como classes sociais e, como tal, poderem marchar em busca da construção de mecanismos de ascenção ao poder. Embora, em termos de definição de princípios se constate que alguns partidos se identificam mais com os interesses populares e outros encampem os interesses populares apenas como meio de cooptação. Assim, todos os partidos, em maior ou menor escala, terminam por contar com o respaldo de setores populares.

Também o autoritarismo, sempre dominante na história brasileira, tem levado, ou à formação de grandes frentes partidárias que comportam tendências por vezes antagônicas, ou mesmo à descaracterização dos partidos como blocos homogêneos em seu ideário político. Devido à impossibilidade instituída de serem criados partidos que expressem uma consciência mais crítica em relação ao sistema capitalista, surgem situações em que partidos tidos como de centro, ou mesmo conservadores, abriguem tendências às vezes contraditórias.

Aos partidos que dão abrigo à tendênci díspares do seu ideário político não é muito difícil a justificação dessa atitude desde quando é por demais sabido que o capital no seu desenvolvimento cuida com especial cuidado das condições de sua reprodução. E nessa linha de pensar a sua própria reprodução, um dos pontos fundamentais é a tentativa de cooptação dos movimentos populares o que, no caso

brasileiro, pelo menos, é sobejamente conseguido com a prática de frentes.[1]

Outro fato que, também contribui para a descaracterização dos partidos é que, mesmo assumindo ideário político mais radical, os partidos de esquerda, ou de características mais populares, terminam por reproduzir, em suas práticas, condutas semelhantes aos dos partidos conservadores como o clientelismo, conchavismo, busca do poder pelo poder,manipulação de organização populares e até mesmo o distanciamento em relação à massa desorganizada.[2]

Todo este quadro leva as camadas populares a um distanciamento sistemático das práticas partidárias como se pode sentir em expressões de uso corrente como "todo político calça 40", "os políticos só procuram o povo' na hora de votar", "a política dos grandes é diferenre da política dos pequenos" "depois que os políticos atingem ' seus objetivos eleitorais, esquecem do que disseram em campanhas em praça pública", ou mesmo como já cantam os membros das comunidades de base "só tenh a enxada e o título de eleitor/para votar em seu fulano educado/ que nada faz pelo pobre agricultor/que não tem terra pra fazer o seu roçado".[3]

---

1. Ver o caso recente de Aliança Democrática
2. Ver Leôncio Barbaun- História Sincera da República 1930 - 1964.
3. Livro de Cânticos das CEBs - Vitória da Conquista. 1978.

rios. Neste contexto, a organização de base é tomada não para ser reforçada como tendência revolucionária, mas como fenômeno que deve ser cooptado pelo sistema. (IANNI, 1971).

Quanto aos partidos clandestinos, como já se ressaltou anteriomente, eles fogem às leis gerais que regem a formação dos partidos legais no Brasil. O Partido Comunista surge em meio à efervescência operária, ainda no primeiro quartel do Século, dentro da visão de que a classe operária é internacional e a sua grande tarefa é descobrir, no seio de cada formação social concreta, as leis que a regem, visando à sua nacionalização, isto é, como em cada formação social a classe operária vai conseguir estabelecer os liames com os demais setores oprimidos, no sentido da construção do bloco histórico (Portelli 1973) . . Nesse sentido das suas bases operárias, o partido passa ao campo na tentativa de organizar sindicatos de trabalhadores agrícolas, ainda na década de 30, e toda uma gama de outras organizações visando alcançar outros setores, inclusive intelectuais e estudantes.

O getulismo, ainda em meados da década de 30, desencadeia uma violenta repressão à ação do Partido, que tende a um certo recolhimento aos meios operários. Com a redemocratização, no entanto, o Partido ganha a legalidade " e amplia o raio de sua ação e da sua presença no campo onde espera arregimentar uma clientela eleitoral que neutralize, em parte, o poder dos "curraís eleitorais" sob o domí

1. PORTELLI, Hugo - El Bloco Histórico - Siglo XXI

nio das oligarquias coronelistas. (...) As Ligas seriam, , por excelência, os instrumentos de organização e mobiliza - ção das massas rurais pelo Partido Comunista, que atua não' só com os assalariados da grande propriedade comercial, mas encampa, também, as reivindicações específicas do campesinato, do pequeno produtor ou arrendatário, dos parceiros e dos posseiros". (AZEVEDO, 1982).

Como já foi visto em capítulo anterior, essas Ligas embora fundadas, em quase todos os Estados brasileiros, tendo reunido em torno de si dezenas de trabalhadores rurais, não conseguiram tornar-se capazes de ganhar ' nitidez e autonomia política própria. "Com a cassação do registro do PCB, em 1947, o retorno desse partido à ilegalidade e à clandestinidade, e a repressão generalizada sobre seus militantes, tais ligas ou associações forem violentamente abafadas, por vezes de forma direta e comandada pessoalmente pelos grandes proprietários e por seus capangas e jagunços".[1] (AZEVEDO, 1982) .

Evidentemente que essas tentativas do PCB ' de se relacionar com o organização de base deixaram um saldo bastante positivo, considerando que toda essa massa foi por' ele atingida, servou mais tarde para dar continuidade aos movimentos sociais que se sucederam. Contudo, há que se considerar o limite que sofreu esse trabalho, que devido ao excessivo centralismo do PCB muitas das organizações por ele cria

1. AZEVEDO, Fernando Antonio - As ligas Camponesas 1982 . Para Tema.

das se transformaram em apêndices da estrutura unitária e centralizada do partido do que uma entidade de massa ou instrumento corporativo com vida própria, como referido por Clodomir Morais (1976).

Mais tarde outros movimentos foram vivamente estimulados pelo Partido, como as frentes de massa expressas no Movimento Contra a Carestia, a Campanha Nacional pelo Monopólio Estatal do Petróleo que culminou com a criação da Petrobrás em 1954, participação ativa na criação dos Sindicatos Trabalhadores Rurais e na luta pelas Reformas de Base no período final do domínio populista. Na verdade com toda essa trajetória é de se reconhecer que as tendências levantadas por CAMPELLO SOUZA, (1976) não se aplicam de todo aos Partidos Comunistas uma vez que tiveram sempre uma estreita ligação com os movimentos populares, mesmo fugindo ao controle do Estado e, embora na clandestinidade, mediante a presença ativa nos movimentos de nassa culminavam por influir em certas decisões nacionais.

Um outro aspecto a ser considerado ainda em relação aos Partidos clandestinos é que toda a sua ação se deu em meio não apenas à repressão do Estado Nacional, mas de intensa campanha antocomunista da Igreja e de todos os demais setores da classe dominante, inclusive enfrentando a contra-propaganda disseminada como uma das variaveis da ação capitaneada pelos Estados Unidos que se chamou "Guerra Fria". Talvez

1. MORAIS, Clodomir - 1976. In "Azevedo, Fernando Antonio.1982

Não obstante todo esse quadro de limitações até aqui delineado, não se pode esquecer a participação efetiva, embora reduzida, que os partidos têm dado para a organização de base. Em especial os partidos de cunho mais popular têm assumido essas limitações e, favorecidos pela heterogeneidade do nível de consciência das massas, têm aproveitado não apenas os períodos eleitorais, mas até mesmo outros momentos de grandes mobilizações, para organizar comitês que, por sua vez, promovem debates tanto sobre as grandes questões nacionais, como sobre as questões mais específicas das próprias comunidades onde são criados. Também são utilizados mecanismos mais tradicionais, como os comícios e até mesmo mobilizações de rua, audiências públicas com autoridades, onde os populares são acompanhados por políticos para apresentarem suas reivindicações.

Há que se considerar ainda que, apesar de toda a centralização e autoritarismo, impôs-se a necessidade de representação de interesses populares. O exemplo mais marcante disso é o fortalecimento do populismo no Brasil. Frações da burguesia lançam-se ao trabalho de educação política, estimulando o que se poderia chamar de recuperação da cidadania. e que, ao mesmo tempo em que se reprimia a ação dos partidos clandestinos, por outro lado, se estimulava a criação de sindicatos atrelados ao Estado e com participação político-partidária, como foi o caso do Partido Trabalhista Brasileiro, associações de amigos de bairro e clubes operá -

por força dessas circunstâncias é que esses partidos de inspiração marxista reivinvidicassem a direção de uma revolução social e comumente recuperassem teoricamente a experiência ' de partidos comunistas europeus, bem como as suas formas de' organização.

Para Lênin,(1978:XI) empanhado na construção de uma vanguarda na Rússia já no início deste século, onde reconhece a vigência de" um regime ultra opressivo" a primeira tarefa da organização foi a identificação do espaço político /democrático" deixado pelo regime para "as reivindicações do povo, das classes trabalhadoras, dos movimentos radical-democráticos ou socialistas (Florestan Fernandes - apresentando "o que fazer ?). A sua conclusão foi de que naquela formação histórica o que havia era "um espaço zero". "O teórico socialista se defronta com a necessidade de partir desses espaço zero: criar a revolução a partir de dentro da contra-revolução. Ou seja, o combate à contra-revolução institucionalizada e estabilizada politicamente deve ser, desde o início, um processo revolucionário"[1].

A seu ver " sem organização não se mede a força de um movimento revolucionário não se testa a teoria ' revolucionária". Embora reconheça que "a vitalidade do movimento socialista não nasce de si mesmo, apenas, mas sim da ' sociedade em que se constitui e na qual se expande, e que o requisito histórico e o patamar de um movimento dessa enver

1 Fernandes, Florestan - Apresentação de O que fazer? Historia São Paulo. 1978 - pág. XII

gadura é a existência de uma sociedade que caminha inexoravelmente, pelas pressões de baixo para cima, pela insatisfação das massas e pelo incomformismo das classes trabalhadoras na direção da desagragação da ordem existente e da revolução social". Lênin de cedo se levanta contrário ao que chamou de "espontaneismo" ou seja a ação dos "economistas" que na sua ação organizativa a partir dos interesses imediatos, "tangíveis", "concretos" da luta econômica cotidiana das classes oprimidas.

Diante dessa prática "espontaneista" dizia Lênin" ... não é necessário refletir muito para compreender a razão porque todo culto da espontaneidade do movimento de massa, todo rebaixamento da política social-democrata ao nível da política sindical resume-se exatamente em preparar o terreno para fazer do movimento operário um instrumento da democracia burguesa. O movimento operário espontâneo, por si mesmo, só pode engendrar (e infalivelmente o fará) o sindicalismo; ora, a política sindical da classe operária é precisamente a política burguesa da classe operária".

Ao distringuir oraganização operária de organização revolucionária, Lênin, embora reconhecendo a importância da primeira, revela sua primazia pela segunda "... a organização dos revolucionários deve englobar, antes de tudo e principalmente, homens cuja profissão é a ação recolucionária (por isso, quando falo de uma organização de revolucionários, refiro-me aos revolucionários sociais-democratas). Diante des

sa característica comum aos membros de tal organização deve desaparecer por completo toda distinção entre operários e intelecuais e ainda, com maiores razões, entre as diversas profissões de uns e de outros. Necessariamente esse organização não deve ser muito extensa, e é preciso que seja o mais clandestino possível".

A condição de clandestinidade, esclarece o próprio Lênin, não é necessariamente uma primasia de valor universal ele deve ser observado nas formações históricas concretas onde o "espaço político democrático" para as reivindicações das classes oprimidas é zero ou próximo disso. Ao contrário, "nos países onde há liberdade política, a diferença entre organização sindical e a organização política (também é perfeitamente clara, como também a diferença entre os sindicatos e a social democracia. "Não é a clandestinidade, contudo, uma condição necessária". "Certamente, as relações da social-democracia com os sindicatos variam, inevitavelmente, de país a país segundo as condições históricas, jurídicas e outras; podem ser mais ou menos estreitas, compelxas etc. (devem ser, em nossa opinião, as mais estreitas e as menos complexas possíveis) mas, mesmo assim - acentua Lênin - nos países livres não seria o caso de se identificar a organização sindical com a do partido social - democrata".

Com o triunfo da Revolução Russa de 1917, e já mesmo antes disso com Rosa de Luxemburgo na Alemanha, com

suas incansáveis lutas pela organização da base para romper com o imobilismo da Social Democracia Alemã, aparece na Itália, o comunismo de conselhos a partir da experiência turinesa vivida e interpretada pelo movimento "Ordine Nuovo" cuja expressão maior teria sido Gramsci. Reconhecendo o papel desempenhado pelos "soviets" na construção de um novo Estado dentro do próprio Estado Czarista, funcionando como verdadeiro parlamento alternativo e base de apoio a todo o movimento revolucionário em curso, Ordine Nuovo, vê nos Conselhos da Fábrica o que seria a versão italiana dos soviets.

A exaltação e o estímulo aos Conselhos de Fábrica não se deve apenas à transposição pura e simples do modelo russo mas uma tentativa de fazer avançar o socialismo não apenas pelas direções dos partidos, mas, sobretudo a partir da organização, da participação e da direção da base que são os próprios operários, camponeses e os demais setores oprimidos. Em suma, " Gramsci retém do leninismo, em primeiro lugar a indicação - exaltando-a enormente - de que não se tratará apenas de substituir, com a tomada do poder, a máquina do Estado burguês por uma máquina nova, mas que as engrenagens desta nova máquina devem estar já construídas antes da tomada do poder. Por outras palavras, o momento construtivo da ação revolucionária, que não é parte secundária da teoria leninista do poder, é assimilado por Gramsci perfeitamente, e só por ele, no movimento operário italiano e provavelmente europeu (1).

1. Paulo Spriano - Introdução aos Escritos Políticos de Gramsci pág. 12/13.

A aliança entre os operários e camponeses' pobres como prèmissa e como base para a instrauração do novo poder; a frente única como expressão orgânica das forças motoras da revolução" foi o traço distintivo de Gramsci político e que tornará não só receptivo mas criativo no esforço posterior de "traduzir" em termos gerais a própria essência da estratégia (e do marxismo) de Lênin. (Paolo Spriano p.13). O sentido profunda da disputa que assume com Amadeo Bordiga' (1923-1926) é de fato este: construir um tipo de partido que nunca perca o contato com as massas, que siga e controle as fases de desenvolvimento e também de regrocesso ou de paragem, que não se feche em si próprio, que não se limite a exercer uma mera função pedagógica ou propagandista, partindo de fatos acontecidos, além do mais, sem a sua intervenção, que "faça política" e não apenas organização, que não marque encontros com a classe operária entrincheirando-se num reduto avançado. (Paolo Spriano, op cit. pág.19).

Gramsci ao mesmo tempo que prega um trabalho urgente, estumulante, de uma elevação de um salto de qualidade, de uma preparação ideológica das massas não descuida do perigo que corre a construção de uma hegemonia social ' da classe operária se o partido não consegue atingir o ideal' de ser um intelctual coletivo partindo do próprio modo como ' no partido se deve realizar a figura do dirigente, a soldagem entre dirigente e militante de base. Ele permanece convendido (e muitas vezes se bate deseperadamente por este fim) que

a instrumentação do movimento deve ser múltipla e nova, deve despontar para fazer nascer instituições autônomas, da sua' vontade política e capacidade de mobilização. Ao que parece é o núcleo central de teoria dos conselhos. (P.S. op. cit . pág.20).

Na verdade, aproximando-se o paralelo Lênin Gramsci, não se verifica uma contradição mas a prática do ' marxismo em formações históricas diferentes. As abordagens' de reforço e privilégio à organização dos revolucionários na Russia de Lênin e a preocupação com a construção de conselhos na Itália de Gramsci não são contraditórias mas complementares e põe para o restante do mundo a necessidade de que em ' cada formação concreta tem-se de fazer o socialismo avançar' a partir das condições concretas engrendradas nessa mesma formação histórica determinada. "O comunista italiano revolucionário imitará o bolchevique russo? Ele só o imitará no seguinte: na intransigência da classe, na análise lúcida, fria, que ele dará dos acontecimentos italianos, que não somente são ' determinados pelas relações econômicas italianas, mas também pelas relações econômicas internacionais".(O.N. p 53).

A questão da organização de base, portanto , longe de caracterizar-se hoje como uma prática meramente "economista", como nos tempos de "O que fazer? é uma necessidade' concreta para conscrução de uma nova ordem. Como chama aten - ção o próprio Gramsci," um dos pilares de sustentação do Estado e do poder burguês é a indeferença e a falta de participa

ção das massas". Não que se quer dizer que necessariamente todo trabalho de organização de base seja eminentemente revolucionário em sentido marxista, mesmo porque nem todos os Estados capitalistas têm massas desmobilizadas e indiferentes, mas esse trabalho abre a prespectiva de consolidação de uma nova ordem que se pertende sustentar basicamente no apoio popular das classes oprimidas.

Embora as condições históricas concretas do Brasil tenham evoluido para uma certa organização sindical, especialmente a partir da Revolução de 1930, este fato significou muito mais uma tentativa da cooptação das classes trabalhadoras por parte da burguesia, que um estímulo à participação popular, dado que o "espaço político democrático" de que fala Lênin para a expressão política dos trabalhadores e demais setores oprimidos foi sempre mantido a nívesis de zero ou próximo disso. Essa hipótese ganha reforço quando se considera a intolerância das classes dominantes aos partidos de esquerda e aos movimentos das classes trabalhadores que ameacem escapar ao controle do Estado, sejam eles dentro, ou fora dos organismos permitidos pelo sistema.

É inegável, contudo, o papel desempenhado pelos partidos comunistas no Brasil, apesar de todas as suas limitações e seus equívocos, na organização de sindicatos não só de trabalhadores urbanos, como de trabalhadores rurais associações profissionais de diferentes categorias, associações de amigos de bairro e de moradores, centros de cultura,

etc. Vale lembrar que a própria atuação da Igraja, nesta área, teria sido motivada como alternativa de organização das camadas populares, às organizações surgidas sob a inspiração do marxismo.

2.1 - Partidos Políticos e organização de base

2.2 - Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais retornando às bases.

2.2 - M S T R retornando às bases

O Sindicalismo Rural no Brasil, embora do ponto de vista jurídico pudesse ter sido incrementado desde 1944, com base no decreto 7.038[1], somente tomou impulso a partir das mobilizações de setores da Igreja e de alguns partidos políticos já no início da década de 60. Essas mobilizações culminaram com a instituição do Estatuto do Trabalhador Rural[2], que, além de definir melhor a questão sindical, estendia aos trabalhadores do campo o amparo da legislação trabalhista, se bem que ainda com muitas limitações em relação à CLT.

Outras tentativas de organização de S.T.R. aconteceram antes do E.T.R. mas,não tiveram êxito.

Esse movimento,na fase atual, tem suas raízes sobretudo na implantação da política desenvolvimentista dos anos 50 que, em decorrência dos incentivos dados à agropecuária, desencadeou uma aceleração no processo de expropriação e expulsão dos camponeses, ocasionando,em consequência, uma forte resistência em prol da permanência nas terras que ocupavam, chegando mesmo à criação de organizações com personalidade jurídica, com base no Código Civil - AS LIGAS CAMPONESAS - para a defesa de posseiros, parceiros, pequenos proprietários e trabalhadores sem terra.

As Ligas Camponesas, além de terem sido comentadas anteriormente no presente trabalho,têm sido objeto de

---

1. Azevedo, Fernando. As Ligas Camponesas. Pag.55.
2. Lei 4.204 de 02/03/1963.

exaustivos estudos por parte de renomados cientistas sociais[1]. Contudo,vale considerar que o sindicalismo rural dos trabalhadores rurais, no que pese a sua larga legitimação posterior pela categoria, foi buscado como solução alternativa à ação, considerada radical, das Ligas que muito preocupavam à base de sustentação política do pacto populista. Basta lembrar que o projeto Fernando Ferrari[2], que resultou no Estatuto do Trabalhador Rural, já havia sido apresentado à consideração do parlamento nacional, em várias legislaturas, sem conseguir, contudo, obter aprovação da Casa. Mas, ante a forte e ameaçadora mobilização nacional das Ligas Camponesas não foi difícil aprová-lo. Com ele, possibilitou-se a criação de organizações sindicais, muito mais dóceis e perfeitamente compatíveis com a ordem vigente com riscos consideravelmente menores para a sobrevivência do sistema que, presumidamente, ofereciam as Ligas.

Essa atitude do Estado Populista transparece até mesmo em termos formais. Basta considerar que as Ligas Camponesas, embora congregassem e tivessem o propósito de defender os trabalhadores rurais, e mesmo adquirindo persona

---

1. Azevedo, Fernando Antonio - As Ligas Camponesas. Paz e Terra, 1982. Callado, Antonio - Os industriais da seca e os Galileus de Pernambuco. Civilização. Julião, Francisco - Que são as ligas camponesas e outros.

2. CHIARELLI, Carlos Alberto Gomes - Teoria e Prática do Sindicalismo Rural no Brasil .

lidade jurídica como sociedade civil, mas não possuindo investidura sindical pelo Ministério do Trabalho, não podiam, portanto, mediar negociações, formalmente, de interesses da categoria. O processo de sua investidura como pessoa jurídica era encaminhado, a duras penas, a partir dos próprios interessados com apoio técnico de sua vanguarda e longe estava dos favores do Estado. E, não se tem notícia de que ao se permitir a criação de Sindicatos de Trabalhadores Rurais, sequer se tenha cogitado de dar investidura sindical às Ligas, ou, pelo menos, de negociar com elas essa investidura. Também não consta que tenha havido essa reivindicação por parte das Ligas.

O Sindicato de Trabalhadores Rurais, ao contrário, embora contasse também com o empenho de lideranças da categoria, era fortemente apoiado pelo Estado Populista que, além de facilitar o seu processo de criação, em relação aos Sindicatos Urbanos[1], mediante a conhecida Portaria 70, criou dentro do âmbito do Ministério do Trabalho o CONSINTRA que tinha como função básica apoiar e orientar a criação dos sindicatos, bem como acompanhar o andamento dos processos de reconhecimento dos Sindicatos de Trabalhadores Ru

---

1. Os Sindicatos Urbanos nascem primeiro como associações profissionais e somente a partir da investidura sindical é que passam a sindicatos. No meio rural já se criam sindicatos, não sendo necessária a criação das associações.

rais. Além do mais, o Governo de João Goulartos apoiava materialmente pondo inclusive aviões da FAB à disposição para a realização de congressos de trabalhadores rurais como no caso do 1º Congresso do Norte e Nordeste do Brasil de Trabalhadores Rurais, realizado em Itabuna em 1962[1].

A matriz, portanto, dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, embora os tempos fossem outros, foi a mesma do sindicalismo urbano criado pelo Getulismo. Investidura sindical pelo Ministério do Trabalho, mediante expedição das Cartas Sindicais, percepção da fatia do Imposto Sindical, depois transformado em Contribuição Sindical; representação classista em organismos do Estado, como Juntas de Conciliação e Julgamento, Conselho de Previdência Social, etc.[2]

Estruturalmente, a configuração também foi a mesma do sindicalismo urbano tendo como organização de base os Sindicatos a nível municipal ou, às vezes, intermunicipal, e organizações de grau superior como Federações Estaduais e uma Confederação Nacional. Embora as organizações de base pudessem filiar-se às Federações Estaduais e estas à Confederação Nacional, guardavam autonomia entre si. Apenas o Mi-

---

1. Consta nos arquivos do Padre Melo uma cópia da ordem de João Goulart, ao Ministro da Aeronáutica neste sentido.

2. Ver Octavio Ianni - O colapso do populismo no Brasil e Carlos Alberto Chiarelli - Teoria e Prática do Sindicalismo Rural no Brasil.

nistério do Trabalho aparecia como instância suprema da estrutura, uma vez que, por lei, é reservado a ele o consentimento ou não para que lideranças pudessem concorrer às eleições sindicais, apreciação das contas das entidades sindicais e o poder de intervir, à sua conveniência, nas entidades, quaisquer que fossem as suas instâncias e as motivações.

Também a sobrevivência material dos sindicatos no meio rural sempre foi assegurada muito mais por recursos oriundos da Contribuição Sindical, arrecadada anualmente também pelo Governo que, no caso do meio rural, é cobrada pelo INCRA concomitantemente ao Imposto Territorial Rural. As contribuições sociais, isto é, as mensalidades dos associados, embora existam, dificilmente são em volume suficiente para sustentar toda a máquina administrativa da estrutura. Mesmo naqueles sindicatos mais atuantes, o volume de arrecadação de mensalidades é irrisório devido às precárias rendas apropriadas pelos trabalhadores rurais, de modo geral, em especial os assalariados.

Outro reforço que mais tarde se deu à estrutura sindical rural foi o repasse de recursos oriundos da Previdência Social Rural, instituída nacionalmente a partir de 1971[1], para a cobertura de convênios para a prestação de assistência médico-dentária e hospitalar aos trabalhadores ru

---

1. Lei Complementar nº 11.

rais. Um outro ponto, ainda, relacionado à Previdência Social Rural, que serviu como reforço à expansão e o fortalecimento material dos Sindicatos, foi a obrigação legal de encaminhar aposentadoria dos trabalhadores idosos e mesmo do auxílio funeral e pensões por morte. (Ver curva construída pela Assessoria Sindical da CONTAG) em, 1974 .

Também o Programa Especial de Bolsas de Estudos - PEBE, embora de menor alcance que a contribuição Sindical e a Previdência Social Rural, funcionou como incremento à sindicalização uma vez que as bolsas para serem concedidas impunham, como condição, a sindicalização dos beneficiários ou dos responsáveis por eles no caso de serem menores e até mesmo era exigida a comprovação de freqüência às Assembléias sindicais. Neste caso, o benefício para o sindicato era indireto uma vez que os recursos eram repassados diretamente para os beneficiários bolsistas e/ou estabelecimentos de ensino aos quais se vinculavam os trabalhadores ou seus dependentes.

Ainda no início da década de 70, foi instituído, pelo Governo Médici, o Plano de Valorização da Ação Sindical que se estendia a toda a estrutura sindical brasileira. Esse plano previa não apenas empréstimos a serem liberados pela Caixa Econômica Federal, para construção de sedes sociais como até mesmo empréstimos pessoais a trabalhadores sindicalizados. Este plano não deu os resultados esperados e, na área rural, foi ainda mais reduzida a sua ação, quando mui-

to, algumas federações chegaram a recorrer ao PVAS, em busca de empréstimos para a construção de sedes e centros de treinamento.

Diante desse quadro de apoios e controles, não há como negar o fato, por demais conhecido na literatura sindical brasileira, do paternalismo e protecionismo ao movimento sindical como um todo, chegando ao ponto, mesmo, de os sindicatos assumirem quase que formalmente características de órgãos para-estatais, ligados à administração federal. Durante os anos de maior autoritarismo, além desses controles institucionais explícitos, abertos por parte do Estado, vigia um acurado acompanhamento de ação sindical por parte dos chamados "órgãos de segurança" que, quase sempre, agiam de modo aberto, intervindo na vida das instituições, impedindo o pleito de lideranças, ou mesmo destituindo-as de suas funções. Atitudes essas sempre acobertadas pelo Ministério do Trabalho. Eram comuns, também, as prisões ou ameaças de prisão, sequestros e chamados a repartições de segurança para longos e austeros interrogatórios.

Para que se exercesse a repressão, não eram necessárias suspeições de ligações de dirigentes sindicais mais combativos, ou mesmo de lideranças de base com partidos, ou organizações clandestinas. Simples gestos mais firmes em defesa de posseiros acossados, por grandes investidores ou mesmo de representantes dos poderes locais, ou ainda ações judiciárias comuns, para reivindicações de pagamentos salariais, ou a mobilização de trabalhadores para a celebração

de convenções coletivas de trabalho ,eram motivos suficientes para o desencadeamentc de uma série de medidas de coação e repressão contra as entidades sindicais e suas lideranças ,ou seus dirigentes, ainda que legalmente investidos, através de pleitos regulares, em suas funções.

O Sindicalismo de Trabalhadores Rurais, no que pese o seu rápido crescimento pelo espaço nacional, viveu a maior parte de sua existência sob a vigência do autoritarismo militar, que o apanhou ainda em fase de implantação, um ano após a criação do Estatuto do Trabalhador Rural, que estendeu as Leis Trabalhistas ao campo. O regime pôs fim ao populismo que lhe dera amparo e mudou as regras do jogo democrático. Contudo, é interessante registrar que, apesar de terem sido fechadas as Ligas Camponesas e duramente reprimidas as vanguardas que atuavam no meio rural, as entidades sindicais fcram preservadas, mas foram severamente "saneadas" mediante o expediente da intervenção sindical com a destituição das lideranças e dirigentes suspeitos e providenciada a sua substituição por juntas governativas interventoras que, comumente, se locupletaram das parcas contribuições oriundas dos associados ou mesmo de recursos oriundos da arrecadação oficial.[1]

A preservação da estrutura sindical revela, por

---

1. Muitas dessas Juntas Governativas foram frequentemente denunciadas e poucos casos de desmandos foram aprovados, mesmo assim, sem o conhecimento da opinião pública.

sua vez, a confiança que o sistema capitalista no Brasil sempre depositou nela como mecanismo de controle dos trabalhadores. No caso do sindicalismo dos trabalhadores rurais, o zelo pela estrutura foi ainda maior, pois, na medida em que as condições objetivas de uma atuação mais autêntica eram extremamente limitadas, ampliava-se, por outro lado, o alcance da legislação social para o campo, como o foram a substituição do Estatuto do Trabalhador Rural pela Lei 5.889, de 13 de junho de 1973, ampliando as garantias trabalhistas para o meio rural aproximando-as mais ainda das garantias já asseguradas aos trabalhadores urbanos, a criação da Previdência Social Rural e o próprio Estatuto da Terra que chegou a ser saudado pelo próprio movimento sindical, e pela Igreja, como sendo a Lei da Reforma Agrária.

Desta legislação, a que mais funcionou foi a Previdência Social Rural, como foi visto anteriormente. Quanto à Legislação Trabalhista, se já era difícil o cumprimento do Estatuto do Trabalhador Rural, a Lei 5.889 não veio também produzir modificações alentadoras, permanecendo letra morta e a sua falta de cumprimento tem sido responsável por verdadeiros levantes de revolta cega por parte de trabalhadores agrícolas - especialmente os chamados "bóias-frias". Estes levantes têm resultado , quase sempre, na morte violenta de trabalhadores famintos no momento em que se lançam à luta contra empresas que lhes consomem a vida, não lhes pagando sequer o suficiente para se manterem vivos com as suas famílias. O Estatuto da Terra, por sua vez, só produ-

ziu efeitos benéficos para as classes dominantes e a sua prática, especialmente nas chamadas áreas de fronteiras e/ ou de vazios demográficos, não deixou para os trabalhadores mais que despejos, ilusões de acesso à propriedade, incêndios de casas, mortes violentas de posseiros que tentaram resistir nas terras que, na forma do Estatuto da Terra, haviam sido adquiridas por capitalistas de diversas estaturas[1].

Quanto à representatividade dos sindicatos é necessário considerar que a estrutura sindical brasileira se constitui num "caldo de cultura", por si mesma, própria para o desenvolvimento de dirigentes sem legitimação dos trabalhadores - os popularmente chamados "pelegos" - como bem o demonstra a história dos mais de cinquenta anos de sindicalismo urbano. Este fato tem sido amplamente denunciado no intenso e recente debate do momento nacional. Mas, além disso, as condições impostas pelo regime que se abateu sobre a vida nacional a partir de 1964, contribuíram,ainda mais ,para impedir o florescimento de lideranças autênticas no meio rural mediante ,não somente ações repressivas que desmesuradamente exerceu, omissão na apuração de assassinatos de lideranças e mais uma série de atitudes e práticas que terminaram por estatuir, pelo efeito demonstração, um verdadeiro modelo de como deveriam ser as direções sindicais desejadas

---

1. Ver memorial ao Governo Geisel - CONTAG 1974.

pelo sistema[1].

Esse rosário de mutilações imposto ao movimento sindical de trabalhadores rurais ensejou diferentes tipos de atitudes dos dirigentes da própria organização como um todo. Houve casos onde o sistema conseguiu lograr com sobras o êxito esperado com a atuação de dirigentes sindicais que se portaram nas suas funções como seus verdadeiros vassalos, não apenas negligenciando a defesa dos direitos dos trabalhadores como previstos na própria lei, mas, muito além disso, chegando a apontar,aos aparelhos de repressão do Estado ,trabalhadores mais conscientes que "quixotescamente" levantavam suas vozes para denunciar as violências por eles sofridas, ou mesmo movimentos de oposição sindical que tentassem um esforço organizativo para a reversão da direção sindical. Um segundo grupo assumiu a inércia, oscilando ora ante o receio de perder o "emprego" de direção sindical donde tiravam o sustento próprio e de suas famílias, ora ante o enfrentamento com o sistema e, por fim, ante o rechaço potencial da massa de trabalhadores associados descontentes. Talvez estes dirigentes tenham se constituído na grande maioria. Um outro segmento assumiu a resistência corajosa tendo alguns desses dirigentes pago ,com a própria vida ,o seu

---

1. Ver discurso de Júlio Barata, Ministro do Trabalho de Geisel, no II Congresso Nacional de Trabalhadores rurais. Brasília - 1973.

gesto, deixando para a história o trabalho de colher os frutos decorrentes dos ideais que abraçaram e pelos quais morreram. Outros, ainda dentro deste segmento, conseguiram atravessar o tempo numa atitude de negociação permanente, escapando às ameaças e às ciladas que se lhes antepuseram, chegaram ao final do túnel tentando fazer renascer esperanças de dias melhores.

Entre os que restaram com uma certa autenticidade, a partir da segunda metade da década de 70, começou a esboçar-se, ao menos a nível do discurso, uma preocupação com formas mais eficazes de atuação sindical não apenas respaldada no desempenho jurídico, mas sobretudo num encontro com suas bases sociais. Não há como negar um certo reencontro das antigas ligações que o movimento sindical dos trabalhadores rurais teve nas suas origens com os setores progressistas da Igreja e mesmo com certas organizações de caráter político. A Igreja, com o seu trabalho de Comunidades de Base, apesar do seu apoio crítico ao movimento sindical dos trabalhadores rurais, conseguiu favorecer um determinado espaço para o surgimento de uma nova mentalidade dos setores oprimidos ante o silêncio imposto pelo sistema e, se não conseguiu formar revolucionários, favoreceu ao menos a formação de cidadãos dispostos a buscar canais de participação apropriados à classe trabalhadora.

Por outro lado, ainda considerando essa nova fase de atuação da Igreja, a criação da Comissão Pastoral da Terra, inicialmente a nível nacional e posteriormente a nível

regional e diocesano, ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil,representou um passo importante na montagem de uma articulação política de apoio à luta dos trabalhadores rurais, em especial, no que se refere às ações de resistência na terra por parte de posseiros, pequenos proprietários e trabalhadores sem terra. "Ampliando o espaço geográfico do Nordeste, até o Centro-Oeste e a Amazônia, regiões que podem constituir o Nordeste amplo, devemos lembrar o nascimento em Goiânia, no ano de 1975, da Comissão Pastoral da Terra, que,em pouco tempo, se estendeu ao Brasil todo. Não se tratava de criar um movimento de trabalhadores rurais cristãos, mas de a Igreja abrir-se à problemática dos posseiros, violentamente expulsos de suas terras, solidarizando-se com eles e ajudando a sua luta. A "questão da terra" tornava-se ponto de partida e conteúdo mesmo de evangelização. A importância da iniciativa e a novidade da orientação pastoral são comprovadas pelos seus frutos. As próprias CEBs, que depois de alguns anos de vida estavam sofrendo um processo de "fechamento", foram reanimadas com essa perspectiva de ir ao encontro dos conflitos concretos vividos pelas classes populares"[1].

Estabeleceu-se, do discurso à prática, um certo movimento que se veio chamando de "organização pela base" ,

---

1. PERANI, Cláudio - A Igreja no Nordeste breves notas histórico-críticas. In Cadernos do CEAS nº94. Pag. 60. Salvador. 1984.

no interior do movimento sindical dos trabalhadores rurais com atuação tanto ao nível dos trabalhadores, como ao nível da própria estrutura sindical.

Ao nível dos trabalhadores, nas fazendas, nos povoados, nas vilas, favorecia uma certa organização da categoria tendo por base a sua aglutinação em torno de delegacias sindicais para a discussão das bandeiras levantadas pelo movimento sindical, mudando um pouco a tradicional fisionomia da delegacia sindical como mero arrecadador de mensalidades que possuía nos tempos de autoritarismo mais intenso. A nível da estrutura sindical, por outro lado, a partir das entidades de grau superior, apoiavam-se tanto os movimentos de oposição sindical, no sentido de substituir direções pelegas ou acomodadas, como as lutas concretas de trabalhadores por melhorias salariais e das condições de trabalho, ou mesmo os movimentos de resistência em conflitos de terra. Esse apoio era prestado independentemente desses movimentos contarem ou não, com o apoio dos dirigentes sindicais de base[1].

Essa "organização de base" se constitui numa verdadeira revitalização do movimento sindical porque na estrutura formal dos sindicatos, a assembléia geral é a prática mais usual de mobilização dos trabalhadores, contudo, dado a sua freqüência episódica, não se constitui num instrumento sufi

---

1. Ver capítulo sobre a Greve dos trabalhadores do café em Vitória da Conquista - Ba., em 1980.

ciente por si mesmo propício à organização mais sistemática dos trabalhadores. No que pese os esforços que são desenvolvidos por alguns dirigentes sindicais, para realizar assembléias numerosas, não o conseguem porque não há um trabalho permanente entre uma assembléia e outra. E, na maioria dos sindicatos, as assembléias são realizadas anualmente, apenas por ocasião da prestação de contas da diretoria e apresentação da previsão orçamentária previstas por lei. Ainda assim, comumente, esses eventos têm um caráter simbólico mesmo porque nelas só podem votar os trabalhadores quites com a sua mensalidade sindical.

A criação das delegacias sindicais, no que represente um esforço considerável por parte de uma minoria, têm a limitação de aglutinar somente os trabalhadores ligados à produção e mesmo assim em torno de questões que poderiam ser chamadas legais ou jurídicas. E com a abertura política que se vem intensificando desde finais da década de 1970, não raro, esse trabalho de delegacias é cooptado pelas novas organizações partidárias, que em busca de legitimação junto às camadas populares não só assumem a discussão do conteúdo político como não hesitam, consciente ou inconscientemente, em transformar essas organizações em "correia de transmissão" de sua agremiação partidária. Os dirigentes sindicais, mesmo os mais autênticos, ainda estão por vencer o corporativismo que foi imposto ao sindicalismo brasileiro desde a sua origem.

Do ponto de vista legal, a estrutura das Delega-

cias sindicais atuais também vêm modificando, na prática, o que dispõe a CLT[1]. Não tem sido mais indicado apenas um associado pela Diretoria da Entidade Sindical, mas tem-se feito eleições para a indicação de três pessoas como responsáveis pela Delegacia. Tem-se buscado a dinamização da vida sindical pelo papel que as delegacias têm assumido através de reuniões frequentes para discussão de questões ligadas aos trabalhadores, embora em muitos casos seja mantida ainda a função de arrecadação das mensalidades.

Esse movimento de "organização de base" é ainda um processo que está praticamente em sua fase inicial. Não se tem ainda uma grande experiência para ser analisada. Em termos de princípio, a definição é de se buscar um encontro mais efetivo com as bases mesmo porque em relação à prática judiciária que o movimento sindical tem tido até agora a avaliação tem indicado que os processos não andam e quando andam têm sempre um desfecho contrário aos interesses dos trabalhadores. A tão buscada assistência jurídica tem, cada vez mais, se transformado em assessoria de educação popular visto que as ações de base - a partir da organização dos trabalhadores interessados - em forma de pressão junto ao poder executivo tem-se mostrado muito mais eficaz[2].

---

1. Artigo da CLT que dispõe sobre as Delegacias Sindicais.
2. Livro da Missão da Terra e Artigos de "O TRABALHADOR RURAL""73 a 76". CONTAG. Esta questão é retomada mais adiante neste mesmo capítulo.

O conteúdo ideológico desse trabalho tem-se definido em torno da participação mais ampla possível dos trabalhadores nas lutas sindicais. Embora, principalmente depois da chamada "abertura política, tenha ganho força a tentativa de superar essa ideologia corporativista, acima referida, não apenas por um esforço interno ao movimento transparente nos discursos de suas lideranças mais expressivas, como, sobretudo, pelo clima geral de democratização que vem redefinindo a vida política nacional. As tensões que vive o próprio movimento sindical brasileiro, que se redefine a partir da marcha que fez a classe trabalhadora para transformá-lo em seu legítimo representante, fato largamente comprovado não apenas pelas articulações CUT e CONCLAT, como pela criação do Partido dos Trabalhadores a partir das oposições sindicais, ou mesmo pela marcada presença e participação dos trabalhadores nos partidos de espectro democrático mais amplo, estão também presentes no movimento sindical de trabalhadores rurais.

Para se entender melhor a rápida politização das lideranças dos trabalhadores rurais, e o seu atual posicionamento na atual conjuntura, deve ser considerado não apenas os elementos estruturais até agora levantados, mas o próprio trabalho que o próprio movimento sindical de trabalhadores rurais desenvolveu a partir do momento em que foi ganhando autonomia em relação às forças que o apoiaram na sua origem. Evidentemente que essa autonomia não se deu por uma rutura mas pela determinação das circunstâncias históricas

que levaram essas forças que o apoiaram na origem a novas orientações, sejam elas de ordem ideológica como no caso da Igreja, no pós 64, ou de ordem mais política, como no caso dos partidos de esquerda que, atirados à clandestinidade, tiveram praticamente obstruídos os seus canais de comunicação com os movimentos mais institucionalizados e mantidos sob o controle do regime.

Essa autonomia a que nos referimos é, portanto, bastante relativa. Com essa "autonomia", queremos apenas relatar o momento em o movimento sindical dos trabalhadores rurais, sem mais a presença ostensiva da Igreja na sua condução política e sem a influência dos partidos de esquerda, foi obrigado a encontrar um caminho que lhe possibilitasse a sua sobrevivência daí em diante. Por si, a situação conflitiva em que viviam os trabalhadores rurais, que acabaram dando origem ao próprio movimento, e que foi sobejamente agravada pela situação de autoritarismo que se abateu sobretudo no campo, não permitiu, de todo, que o movimento se desvinculasse das suas bases. Recorde-se que mesmo os dirigentes mais identificados com o Estado foram obrigados a encaminhar reivindicações que vinham dos trabalhadores rurais de suas respectivas bases territoriais[1].

---

1. Como exemplo, dentre muitos, pode ser lembrado o caso do STR de Vitória da Conquista - Bahia, estudado ao final do presente trabalho.

Por outro lado, as próprias lideranças nascidas ainda nos tempos da influência mais presente de Igreja não foram banidas como o foram as lideranças mais à esquerda. E com o próprio confronto com a realidade, essas lideranças, na sua maioria, realmente de origem camponesa, foi ganhando consciência de suas possibilidades e, dentro das condições que se lhes apresentavam, trataram de armar articulações que culminaram por se traduzir na recuperação, de imediato, das direções das organizações sindicais nos diversos níveis[1]. Esse esforço inicial, aos poucos, foi-se traduzindo também em termos de atuação em duas grandes linhas: a assistência jurídica não apenas às causas individuais, mas, sobretudo àquelas de alcance mais coletivo tanto nas faixas de expansão da fronteira agrícola, como nas áreas de trabalho assalariado das tradicionais monoculturas; e a educação sindical, cujo conteúdo compreendia desde aspectos relativos à própria estrutura sindical, inclusive as suas implicações formais com o Estado, passando por outras formas de associativismo como a cooperativa, o trabalho comunitário e chegando à questão central do movimento que é a Reforma Agrária, ampla, massiva e com a participação dos trabalhadores rurais.

Todo esse trabalho, vale repetir, foi realizado jogando-se com as condições presentes a cada momento. A con

---

1. Eleição da CONTAG em 1968. Rio de Janeiro.

tribuição sindical rural, inicialmente, precariamente arrecadada pelo próprio movimento, mais tarde, a partir de 70, passou a ser arrecadada pelo próprio Estado, juntamente com o Imposto Territorial Rural., foi o maior veio de recursos financeiros para o subsídio desse trabalho. No caso do movimento sindical de trabalhadores rurais, embora esse instituto também o sujeitasse ao controle do Ministério do Trabalho, como de resto todo o sindicalismo urbano, por outro lado, foi com essa arrecadação que se conseguiu subsidiar toda essa rearticulação do movimento e o posterior trabalho de assistência jurídica e formação sindical quer de dirigentes, quer de trabalhadores de base.

Mas, não foi apenas a Contribuição Sindical que forneceu todo o recurso necessário e utilizado pelo movimento. Também o Instituto de Ajuda e Desenvolvimento do Sindicalismo Livre - IADESIL, organismo ligado à Central Americana de Trabalhadores - CIOSL, mais tarde, também praticamente proibido de atuar no Brasil, como represália do Governo Médici a trabalhadores norte-americanos que teriam realizado movimentos de pressão contra o seu governo que resultaram na restrição das importações de calçados que os Estados Unidos faziam do Brasil. No que pese o caráter conservador da CIOSL, no Brasil, o IADESIL agia, de certo modo, em colaboração com o movimento sindical de trabalhadores sem impor restrições, talvez mesmo por considerá-las desnecessárias. Essa ajuda se deu tanto em termos de construção de centros de treinamento, como em termos de recursos humanos para mi

nistrar treinamentos de líderes sindicais. Esses treinamentos foram realizados, ora em convênio com o movimento sindical, ora por iniciativa própria. Nessa linha da iniciativa própria alguns treinamentos eram feitos com dirigentes mais destacados juntamente com dirigentes sindicais urbanos no México e nos Estados Unidos[1].

Outros recursos foram ainda utilizados, mas de origem do próprio Estado Brasileiro. O próprio INCRA chegou a criar um programa de treinamento e capacitação de lideranças sindicais: o PIDSIN[2]. Sempre houve uma certa resistência a esse programa por parte do movimento sindical, em especial nos Estados onde o movimento primava por uma maior autenticidade. Isto obrigava o INCRA a tomar a iniciativa de celebrar os convênios com sindicatos e federações e, dado o quadro político geral, esses convênios dificilmente eram recusados. O INCRA custeava não apenas a estada dos treinandos, como oferecia a absoluta maioria dos instrutores, normalmente doutrinadores do regime, identificados com os organismos de segurança, salvo raras exceções. A resistência do movimento foi tamanha que o movimento acabou sendo desativado no Governo Geisel.

---

1. A presença mais explícita do IADESIL no Brasil foi o Instituto Cultural do Trabalho que realizava treinamentos sucessivos de dirigentes sindicais de todas as categorias.
2. Programa de Integração e Desenvolvimento Sindical. Criado apenas para os Trabalhadores Rurais.

Cabe agora considerar as duas linhas de atuação propriamente ditas quanto à sua natureza e a sua natureza e a sua metodologia e, na medida do possível, quanto ao seu alcance. Dentro do cerco ao movimento popular imposto pelo regime é de se entender que um dos poucos espaços que restaram ao movimento era a cobrança pela via judiciária dos direitos dentro da ordem e das condições instituídas. Apesar do seu reconhecido limite, principalmente se,considerar tanto os vínculos do aparelho judiciário ao executivo, quanto a sua subordinação histórica ao latifúndio e ao poder econômico em geral essa linha de atuação ganhou força dentro do movimento. Este, aliás, é um fenômeno estrutural não só do Brasil mas de outros países do mundo.

Esse trabalho visava não apenas o recrutamento de quadros de comprovada habilitação técnica e ideológica para as funções requeridas pela assistência jurídica, mas também o seu acompanhamento através de encontros periódicos de advogados e dirigentes do movimento sindical de trabalhadores rurais. Esses encontros inicialmente eram patrocinados pela CONTAG e contava sempre com representações de praticamente todos os Estados do Brasil. Neles se discutiam tanto as questões jurídicas mais frequentes que os trabalhadores do campo tinham de enfrentar quer em termos de ações possessórias,quer em termos de ações trabalhistas, como também as questões de ordem mais política que iam sendo colocadas para o próprio movimento. Assim,as questões mais frequentes eram a Reforma Agrária, o próprio papel da assessoria jurídi

ca dentro do movimento de trabalhadores, assim como os condicionamentos daí decorrentes, como a falta de segurança para advogados e dirigentes, a intolerância do regime e do sistema[1] para com os mais atuantes e assim por diante.

Esses encontros, com o passar do tempo, passaram a ser realizados também a nível de Estado, especialmente naqueles Estados onde a assistência jurídica passou a ser descentralizada, como em Pernambuco, na Bahia e no Rio Grande do Sul. Em outros Estados, essa descentralização sequer tornou-se possível, não apenas em função da pouca disponibilidade de recursos, mas, sobretudo, pela falta de segurança, que os profissionais da área tinham de enfrentar ao assumir a defesa dos trabalhadores. Vários advogados, dirigentes sindicais e trabalhadores foram assassinados ao saírem vencedores em alguma causa, ou simplesmente pelo fato de intentar o recurso judiciário[2].

Um outro aspecto do trabalho jurídico e que, por certo, marcaria depois a sua forte vinculação com o trabalho de educação sindical, é a própria prática no âmbito forense. Além da questão da falta de segurança já abordada, as questões mais frequentemente encaminhadas eram na área

---

1. A distinção entre regime e sistema é para marcar a repressão do próprio Estado e a repressão dos latifundiários e empresas.
2. Ver documento CONTAG - A violência no campo brasileiro. 1984 e Violência no Campo CNRA, Vozes, 1985.

do direito agrário. Segundo relatórios da CONTAG, as Federações Estaduais de Trabalhadores na Agricultura, principalmente aquelas dos Estados onde se dava a expansão da fronteira agrícola, eram semelhantes aos hospitais de emergência não apenas quanto ao volume cada vez mais crescente de atendimentos, mas até mesmo pelo aspecto de violência de que eram vítimas os trabalhadores que buscavam a assistência jurídica. Além do mais, dificilmente tinham curso os processos movidos e, quando acontecia o prosseguimento, eram sempre acometidos de vícios de diferentes natureza, desde a conduta cartorial, passando pelos oficiais de justiça, chegando aos magistrados. Esperar, apenas pelo andamento da Justiça, era como cruzar os braços à espera da eternidade, salvo raras e honrosas exceções.

Elemento complicador era ainda o fato de não se ter para quem apelar em caso de coação aos responsáveis pelo andamento judiciário. Os vícios em processos, comumente grosseiros, tornavam-se dificilmente apuráveis por várias razões, entre elas o fato de refletirem as corregedorias o mesmo clima. O advogado que intentasse ação dessa natureza teria que mudar de comarca ou de jurisdição regional, porque todas as suas causas seriam, daí em diante, procrastinadas. Além destes, teriam de assumir outros riscos como a impossibilidade real de ascenção a cargos públicos e a opção de viverem única e exclusivamente às expensas dos minguados salários pagos pelo movimento sindical, ainda assim, não raro, recebidos com atrasos a cada vez que o INCRA

atrasasse o recolhimento ou a liberação da Contribuição Sindical.

Evidentemente que não foi esta experiência da assistência jurídica o único elemento que explica o crescimento da consciência do movimento sindical em relação à necessidade de enfrentar politicamente a resistência ao sistema e ao regime. Mas, por certo, daí teriam nascido importantes subsídios para a reflexão e a redefinição da própria atuação do movimento. Do juridicismo do movimento passou-se ao reforço do trabalho de base. O esgotamento desse trabalho foi demonstrado, na prática, pela própria resistência armada que tiveram de oferecer, os grupos de posseiros, ante a tentativa do capital de expulsá-los de suas terras, ou a revolta cega dos milhares de bóias-frias como vem acontecendo, principalmente em São Paulo.

A outra linha de atuação diz respeito à educação sindical. Esse trabalho se deu concomitantemente ao trabalho jurídico. E é nele que se vai encontrar, mais claramente, a conjugação de todas as influências deixadas pelos diversos movimentos que antecederam ou estiveram presentes na cena política quando do seu nascedouro, como a Ação Católica de quem se herdou o método "ver-julgar-agir"; o Movimento de Educação de Base que muito marcou a formulação da proposta didática; a Juventude Democrata Cristã de quem se tomou a preocupação com a ordem instituída e a necessidade de reformas legais; as Ligas Camponesas e as demais organizações de esquerda, das quais se tomou a perspectiva histórica

de classe e o questionamento sobre as estruturas sociais[1]. Por outro lado, estava também presente um certo corporativismo assumido desde o início, uma vez que o movimento foi criado a partir da experiência de sindicalismo urbano dos anos 30 e, posteriormente, reforçado no período de autoritarismo mais intenso.

Deste modo, o trabalho de educação sindical, dadas as características de isolamento que sempre marcaram os trabalhadores rurais em relação à vida urbana principalmente no que diz respeito ao processo de transmissão social da cultura, visava propiciar aos dirigentes sindicais elementos que lhes possibilitasse o enfrentamento tanto com a comunidade urbana como, sobretudo, com a estrutura organizacional do Estado. Embora esse trabalho fosse feito predominantemente em moldes tradicionais de ensino, cursos (presente aí, comumente, a relação professor-aluno) sala de aula, quadro negro etc, deles se distanciou bastante, na medida em que, embora se levasse um certo conteúdo previamente preparado e devidamente apreciado pelas direções do movimento, na prática desses treinamentos (cursos), esse conteúdo era frequentemente redefinido a partir do próprio conteúdo colocado pelos treinandos. Deste modo, esses treinamentos eram conver

---

1. Essa perspectiva não era bem explicitada, talvez, mais por conta das condições políticas adversas que pela falta de clareza da vanguarda do movimento (Dirigentes mais combativos e assessores).

tidos, na maioria das vezes, em verdadeiros encontros de reflexão sobre a realidade em que viviam os trabalhadores rurais e os limites impostos estruturalmente à participação deles na cena política do país, transformando-se assim o material didático previamente preparado muito mais em material de referência, que era levado para casa para ser lido e discutido em reuniões de base[1].

Assim, nesses treinamentos, a ênfase maior era dada à expressão dos trabalhadores presentes, à realidade por eles levantada, à sua visão de mundo. O instrutor (comumente chamado pelos trabalhadores de "professor") era transformado em um animador, um mediador dos debates entre eles. Esse fato explicita uma diferença fundamental entre o método de ensino tradicional formal, urbano e o trabalho de educação sindical dos trabalhadores rurais. Esses treinamentos na verdade eram muito mais uma tomada de posição ante a realidade levantada e analisada, que uma transmissão pura e simples do saber acumulado nas academias por parte de sua vanguarda. Não é que não se passasse este saber, mas a metodologia utilizada levava necessariamente à redefinição e à complementação desse saber. Cada treinamento realizado era

---

1. Relatórios de viagem da assessoria da CONTAG são ricos em relatos dessa experiência, como também os relatórios de encontros educacionais realizados pela CONTAG desde 1968 no Rio de Janeiro e em Brasília.

sempre também uma oportunidade a mais para o aprendizado e o crescimento da consciência dos próprios instrutores, fossem eles assessores ou dirigentes sindicais.

Esses treinamentos eram organizados a partir de uma certa coordenação da CONTAG que estimulava às Federações Estaduais a criarem as suas próprias equipes educacionais. Apesar das diferenças de linha, variações de conteúdo (a depender do contexto regional), praticamente, todas as Federações Estaduais de Trabalhadores na Agricultura assumiram esse trabalho, chegando mesmo, em alguns lugares, a ser assumido também por Sindicatos de base. Mesmo com essas variações e diferenças, todo esse trabalho convergia para a temática central do movimento a nível nacional, como também para a própria metodologia. Periodicamente, eram realizados encontros educacionais com os instrutores e equipes dos diferentes Estados do Brasil, onde se buscava aprofundar o conteúdo dessa experiência através de avaliações do trabalho realizado em cada região do País, e a partir de considerações críticas não apenas de caráter mais estrutural, mas de natureza mais conjuntural da vida política nacional. A dinâmica desses encontros guardavam estreita semelhança com a dinâmica dos trabalhos de base.

Deste modo, o trabalho de educação do movimento sindical dos trabalhadores rurais, estribado sempre no método "ver, julgar e agir" assumiu um certo caráter contraditório na medida em que seguiu tanto a linha de reforço à estrutura sindical instituída, como seguiu também uma linha

questionadora não apenas deste sindicalismo corporativista e atrelado ao Estado, mas uma certa perspectiva transformadora da sociedade a partir de uma visão de classe. Aqui, talvez, se encontre alguns elementos que expliquem e estratégia que possibilitou ao movimento sindical de trabalhadores rurais chegar à sua fase de consolidação e atravessar o tempo de rigoroso controle ideológico. E isto sem, no geral, haver assumido a perspectiva colaboracionista com o regime, como conteceu com alguns setores do movimento sindical de outras categorias de trabalhadores. Por outro lado, vamos encontrar aí, também, outros elementos que ajudam a explicar a postura crítica do movimento dos trabalhadores rurais sem ter chegado ao radicalismo.

Essas duas linhas de atuação básica do movimento sindical dos trabalhadores rurais evidentemente que não explicam por si só o crescimento do nível de consciência da categoria dos trabalhadores rurais e dos seus dirigentes. Há de considerarmos que todo esse trabalho se deu em meio a marchas e contramarchas do regime, se deu no confronto diário com os interesses não apenas dos latifundiários, isto é da categoria patronal rural, mas de todo o poder econômico expresso através de outras categorias como banqueiros, industriais e comerciantes intermediários. Todos os outros setores da sociedade como a Igreja progressista, os Partidos Políticos, especialmente aqueles setores que tomaram a si também a luta dos trabalhadores do campo, da imprensa democrática, e, sobretudo, as ações que passaram a ser desenvol

vidas por certas categorias de trabalhadores urbanos em especial do setor metalúrgico .

Toda a movimentação dos setores democráticos da sociedade brasileira,de alguma forma , não só influiu para o crescimento do nível de consciência dos trabalhadores. rurais que dela tomaram conhecimento, ora através do sistema de comunicações primárias , ora através da imprensa democrática, ora pela própria imprensa mais controlada e posta a serviço do sistema e do regime . Aliás , as informações sobre lutas dos outros setores muitas vezes chegaram ao campo através da própria atuação sindical . É de se entender que a própria possibilidade de atuação do movimento sindical dos trabalhadores rurais encontrou o seu respaldo na grande frente que se foi formando no Brasil principalmente a partir de 1974.

Embora como proposta,e como possibilidade, já estivesse presente a questão da Delegacia Sindical de Base, desde a criação do movimento na década de 60, na maioria das vezes , elas cumpriram papéis burocráticos como já foi referido anteriormente. Mas, a partir do final da década de 70, as Delegacias Sindicais de Base passam a ser vivamente estimuladas como formas de melhor organizar a resistência para oferecer uma resposta , não apenas à ação desenfreada do capitalismo no campo , sobretudo nas áreas de expansão da fronteira agrícola e na área da monocultura da cana do Nordeste, mas também como forma de buscar uma participação maior na vida política nacional . Assim , o trabalho educacional e o trabalho jurídico do movimento foram perdendo a sua força, e a expressão, ante esse novo momento de resistência organiza

da. Daí em diante, já não era mais tanto o caso de prosseguir nos treinamentos dos tempos mais duros da repressão política, mas de tentar respaldar e assessorar a ação coletiva e direta dos trabalhadores de base.

Esse trabalho de delegacias sindicais encontrou maior reforço onde a necessidade de resistência se colocou de modo mais urgente e onde o trabalho das Comunidades Eclesiáticas de Base, e de alguns partidos políticos, se deu de modo mais intenso determinado sobretudo pelas próprias condições objetivas. Evidentemente que as Delegacias Sindicais enfrentam a questão do limite de ficar restritas apenas aos trabalhadores rurais, reproduzindo, de certo modo, o corporativismo. Mas, na medida que outros movimentos também vão surgindo, como expressão de outros setores da sociedade, eles vão ampliando o seu horizonte à proporção, não só, que têm de recorrer à solidariedade deles, como também, comumente, são chamados a serem solidários com essem outros movimentos.

Vale lembrar ainda que a atuação do movimento sindical não se deu de modo uniforme. Há, também, setores dentro do movimento que expressam um certo conservadorismo e se põem numa atitude de aliança com outros setores da sociedade também conservadores. Mas, nestas áreas, os trabalhadores, mesmo sem contarem com as direções sindicais, a partir das situações concretas, se organizam para encaminhar as suas lutas quer com o apoio da Igreja Popular, de alguns

partidos mais identificados com as lutas dos trabalhadores, ou até mesmo respaldados em articulações do movimento sindical, como a CUT ou a CONCLAT, quando estas conseguem maior vinculação com as bases, ou ainda por iniciativa própria.

TERCEIRO CAPÍTULO

3. Vitória da Conquista: Tensões e Conflitos.

3.1 - A ação da Igreja

3.1 - Ação da Igreja em Vitória da Conquista

Vitória da Conquista é Diocese desde o início da década de 1960 . A ação da Igreja não se distingue muito dos moldes tradicionais de base paroquial. Contudo , a partir de 1968 , com a chegada à Diocese dos Padres Luis Mosconi, Virgílio Zuffada e Pedro Callegari e mais um casal de coluntá - rios, Luciano e Armanda Scardovi, assumiu uma postura de renovação . Inicialmente essa equipe trabalhava na paroquia da Catedral tendo também a incumbência de prestar assistên - cia a paróquia de N.S. das Graças , no próprio município de Vitória da Conquista , e às Paróquias dos Municípios de Encruzilhada e Nova Conquista (Cândido Sales) desde janeiro de 1968 . A princípio, segundo registros do Livro de Tombo da Paróquia de Nossa Senhora das Graças, " o trabalho da e - quipe foi sobretudo um contato solidário com os pobres dos bairros e das roças buscando juntos caminhos novos de evangelição". Começou-se o movimento familiar cristão (incenti - vando-se a evangelização das crianças , a pastoral sacramental, a assistência aos doentes).[1]

O trabalho de Comunidades Eclesiais de Base foi iniciado a partir de maio de 1968, conforme relato mimeografado de 1972, deixado pelos padres que iniciaram o trabalho . Tudo começou de " forma muito modesta, desarrumada e sem idéias claras e preestabelecidas . Nasceu por uma opção pessoal de fé, provocada por uma maior redescoberta do Evange-

---

1. Livro de Tombo. Paróquia da N.S.dasGraças.Vitória da Conquista . pág. 29.

lho e do homem dentro do Plano de Deus". Diz ainda o relato que " esse trabalho não foi provocado em primeiro lugar por uma exigência simplesmente pastoral , mas de uma atitude profundamente interior dos que ficaram à frente do trabalho" . Essa atitude de haver colocado " o Evangelho como critério e norma de vida levou a equipe a refletir sobre o trabalho pastoral e a fazer , em consequência, uma opção também pastoral com a mesma preocupação de Cristo: Salvar o homem todo sem massificá-lo , mas despertando-o para a verdadeira dignidade de pessoa e de filho de Deus".

Deu-se preferência aos mais pobres, porque, segundo a equipe , foi assim que Cristo o fêz. Começaram pelos bairros mais pobres , cuja situação humana e ambiental é caracterizadas por analfabetismo , desemprego , biscate , salário mínimo , falta de assistência sanitária, atraso cultural . " Tudo começou com uma vontade de se conhecer , de dialogar , de fazer amizade , de servir . Isso fêz sentir a necessidade de se encontrar frequentemente . Surgiu assim, a reunião semanal . O padre , praticamente no primeiro ano sempre esteve presente às reuniões semanais . Surgiram as primeiras iniciativas , a partir da reunião semanal :"a cooperativa do filtro , a caixa comum , festa popular , missa ' no bairro". Não demorou muito para que o pessoal passasse,em cada reunião semanal, a fazer a leitura da Bíblia e, segundo o relato da equipe , " passou a ser o momento mais importante da reunião".

A frequência às reuniões nem sempre era muito cons

tante . " alguns apareciam de vez em quando , outros participavam com bastante superficialidade , enfim, outros, a minoria , era constante e mostrava muito boa vontade ". Mais tarde sentiu-se a necessidade de atingir outros bairros . Mais três comunidades surgiram e cada uma teve uma forma particular de começar . Novas atividades aparecerem . Em cada comunidade , no entanto , foi-se formando um pequeno grupo responsável que começava a assumir a algumas responsabilidades.Já no fim de 1968 , houve o primeiro Encontro dos Animadores das várias Comunidades . Passou-se um domingo em conjunto,aprofundando situações relacionadas à vida das Comunidades. Esses encontros continuam até hoje com uma frequência quase bimensal e se tornaram , no depoimento da equipe , muito importantes para o trabalho de Evangelização . Ainda ao final deste ano, (1972) surgiu a equipe paroquial formada por dez pessoas , quase todas professras , que começou a coordenar o trabalho de comunidades e da Paróquia como um todo.

" No ano de 1969 o objetivo principal do trabalho foi o desenvolvimento integral das pessoas e das Comunidades. Comenta a equipe que aumentou a importância do Evangelho na vida das Comunidades. Intensificou-se a cooperativa do filtro. No entanto, na avaliação da equipe, a iniciativa mais importante foi a criação da escola de alfabetização de adultos nas várias comunidades . O material escolar foi elaborado pela equipe, paroquial de acordo com a situação concreta e inspirado no método Paulo Freire . Ainda em 1969 foram alfabetizadas 120 pessoas .

No ano seguinte , por vontade do Bispo Diocesano, o trabalho de Comunidades se estendeu pelo interior da Diocese . Daí que , em fevereiro de 1970 , várias pessoas do interior passaram três dias de treinamento no Seminário . O Seminário Diocesano passou , desta forma , a assumir mais esta função , tornou-se o centro de treinamento de animadores .Esse trabalho , assim já mais formalizado , começou com o objetivo de organizar o Culto Dominical . Na opinião da equipe paroquial as pessoas foram mal escolhidas , o que prejudicou bastante o trabalho no seu início , embora tivesse melhorado posteriormente. Ainda neste ano de 1970 , iniciou-se a reflexão sobre a **Libertação**, tal como tinha sido vista na Conferência Episcopal Latino-Americana de Medellin.

Avalia a equipe paroquial que este fato significou um grande avanço no movimento de **Evangelização** e ajudou o trabalho a se definir melhor. A partir daí as iniciativas, na visão da equipe, se tornaram mais claras, o objetivo de trabalho de comunidade eclesiais de base na Diocese se tornou mais concreto . Em consequência , segundo eles, " houve uma redescoberta de Cristo como libertador, uma maior tomada de consciência das várias escravidões . Tudo isso se foi descobrindo pouco a pouco . Era o trabalho de base e o constante confronto com o Evangelho que provocava tudo isso". A partir desse momento " o objetivo do trabalho se concretizou assim : libertar o homem todo e todos os homens de toda escravidão, à Luz do Evangelho . Até o presente momento continue sendo esse o objetivo do trabalho das Comunidades da Diocese de Vitória da Conquista. Também para os animadores do interior sempre haviam encontros de três em três meses, com a duração

de três dias .

Foi em abril de 1970, por pedido dos animadores ante a necessidade de estarem em contato mais permanente com as diferentes comunidades, surgiu o boletim das Comunidades Eclesiais de Base da Diocese com o nome de " **O animador**".[1] Esse instrumento também cumpria o papel de facilitar o trabalho de meditação e debate sobre o Evangelho com o Evangelho com o pessoal das Comunidades . Tornou-se uma espécie de apoio ao trabalho do Animador da Comunidade. No boletim colocam-se as reflexões bíblicas adaptadas à realidade local acompanhadas de perguntas , para alimentar as discussões nas reuniões de comunidades . O boletim também cumpria um papel noticiosa não apenas com notícias de todas as Comunidades mas de outras atividades do movimento .

Esse pequeno jornal se tornou importantíssimo, no entender da equipe , para o trabalho de Evangelização . Ajudou muito o pessoal a crescer . Começou com uma tiragem de 300 exemplares e cada animador , ou membro responsável, da comunidade o recebe com regularidade. Os custos do boletim são praticamente cobertos com as colaborações enviadas por pelas comunidades .

No final de 1970 , foi promovida uma avaliação para , entre outros objetivos , identificar as causas do afastamento de muitas pessoas do trabalho das comunidades e foram identificadas como causas a procura de emprego em ou

---

1. Livro de Tombo . pág. 33

tros lugares , a mudança de residência , superficialidade de alguns e em outros casos por não ter a comunidade muita expressão para a vida de alguns membros .

No ano seguinte , 1971, o trabalho continuou na mesma linha " com momentos de alta e de baixa " . Começou-se a sentir a necessidade de que os animadores mais preparados assumissem a responsabilidade do movimento . Daí porque a equipe paroquial passou a ser formada por animadores de cada comunidade com o objetivo também de incentivar uma comunhão maior entre as várias comunidades . Na avaliação da equipe , embora a corresponsabilidade deixasse muito a desejar , o saldo dessa participação de representantes das comunidades na equipe paroquial foi bastante positivo.

O ano de 1972 foi o último contemplado pelo relato deixado pela primeira equipe de padres que iniciou o trabalho de Comunidades em Vitória da Conquista. Nesse ano fêz-se uma avaliação dos primeiros cinco anos de existência das CEBs e constatou-se que houve um crescimento, sempre maior, dentro da linha de libertação e que , nos encontros dos animadores , nasceu um desejo constante de ligar o Evangelho à vida das pessoas que participam das comunidades por entenderem que a libertação verdadeira na avaliação da equipe,é fruto dessa ligação . Por outro lado, constatou-se também o quanto aumentou a importância da Comunidade na vida das pessoas .

A evangelização das crianças passou a ser uma tarefa da Comunidade e não apenas de catequistas urbanas espe -

cialmente treinadas para este fim . As crianças não podem participar da reunião da Comunidade, mas só os jovens e adultos. A missa na roça somente é celebrada onde existe uma Comunidade . E revelou ainda essa avaliação que cada vez mais se sente um assumir mais direto do movimento pelos próprios membros das CEBs sem interferência de cúpulas uma vez que os encontros dos animadores estão sendo coordenador pelos próprios membros das Comunidades . Cresceu, por sua vez , também , a comunhão entre os animadores de várias Comunidades , preocupados em crescer juntos e daí a necessidade sentida por várias comunidades de organizar dias periódicos de estudo e reflexão somente entre os membros mais firmes.

Constatava-se ao final que já naquele ano havia comunidades organizadas ; 37 no interior e 13 nos bairros, embora na Diocese existissem outras Comunidades coordenadas por outras equipes paroquias e não raro com orientações também diferentes o que impunha já a necessidade de uma coordenação diocesana . Resumindo , àquela época , os pontos básicos da vida de uma Comunidade chegou-se ao seguinte :

1- Reunião semanal com todos os membros da Comunidade . Costumam participar dessas reuniões pessoas novatas ou com frequência eventual ;

2- Reunião semanal do grupo responsável que faz revisão de si mesmo, da Comunidade e do ambiente . Preparam juntos a reunião da Comunidade , planejam as atividades;

3- Há iniciativas várias de acordo com as possibi-

lidades e o grau de consciência de cada Comunidade, tais como : caixa comum, cantos , festas populares , cooperativa do filtro onde já haviam saído três mil filtros, campanha da fossa , pronto socorro no centro comunitário , roça comunitaria , construção de centros comunitários e consertos de casas na base do mutirão , presença nova nas festas de religiosidade popular (S. João , novenas , Natal, Quaresma , Semana Santa , mês de maio , etc).

Considerando ainda o que foram esses cinco anos iniciais de formação de Comunidades , à luz do seu objetivo central , que é a Evangelização , viu-se que ele atravessou sempre por muitas limitações que, segundo a equipe, tem causas externas e internas ao próprio movimento . Como causa externas e que muito dificulta o trabalho é a situação desemprego, de preocupações familiares, de saúde precária, de processo emigratório, de trabalho pesado e cansativo , enfim de uma estrutura injusta que escraviza o homem proibindo-lhe viver uma vida digna de gente. Como causas internas foram levantadas uma fé desligada da vida e do Evangelho , bastante desunião , egoismo , vontade fraca , sincretismo religioso , atraso cultural e mental , pouca perseverança.

Apontou-se , ainda como dificuldade interna, " uma certa deficiência da equipe coordenadora em saber estar ,às vezes , por dentro dos problemas das pessoas e uma certa dificuldade em transmitir a vivência libertadora do Evangelho, não assumindo atitudes concretas de corresponsabilidade e de criatividade , Apesar disso, a conclusão foi de que o

trabalho estava sendo muito válido porque criou em muitos uma mentalidade nova de fé , de abertura ,de solidariedade, de compromisso com os outros , de criatividade .

Uma questão , no entanto , preocupava os avaliadores é que se falava bastante e se refletir sobre as escravidões e sobre a libertação , contudo , o nível de conscientização era ainda muito superficial no campo político-econômico-social . Não se vislumbrava ainda a uma tomada de consciência diante do sistema político-econômico que escraviza a marginaliza o homem. Em suma não havia aimda uma consciência política , Existia ainda muito paternalismo e resignação . A quase totalidade preferia ainda pisar no chão firme não assumindo ainda atitude de oposição radical diante do sistema que marginaliza cada vez mais a massa pobre . Mesmo assim , ainda em março de 1972 , o movimento de Comunidades de Base de Vitória da Conquista ajudou a fundar o Sindicato dos trabalhadores Rurais, embora a avaliação das pessoas que escreveram o relatório de 1972 revele que situações alheias tenham imposto ao Sindicato um caráter paternalista.

Lembre-se aqui a fundação do STR de Vitória da Conquista se deu no período da implantação do Funrural,quando em todo o Brasil o Sindicalismo dos Trabalhadores rurais cresceu vertiginosamente segundo estatísticas de Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG. Era também um momento de excessivo controle sobre todos os movimentos populares e sobre as instituições ligadas a ele e ao que parece a equipe avaliadora sente a dureza do momento e

se expressa assim : " Nos perguntamos porque isso, na certa há muita covardia em nós , há medo em pregar o Evangelho com todas as suas consequências . A massa também não quer tomar atitudes . É humilhada e aceita inconscientemente a humilhação . Uma outra causa achamos também pouca ação profética dos bispos . Os bispos podem exercer um importante papel na consciência da massa, mas falta em geral uma presença libertadora da hierarquia ".

Este ano (1972) também é considerado o marco da entrada da cafeicultura no Município e na região de Vitória da Conquista . Até então predominava uma certa hortifruticultura e uma pecuária extensiva mas bastante poderosa. Neste momento, acontece também não apenas a saída de muitos agropecuaristas para a Região Amazônica (Estado do Pará), como também a supervalorização das terras , consideradas de boa qualidade para a implantação da cafeicultura . Muitos pequenos produtores venderam seus pequenos roçados para o plantio do café e vieram para a periferia de Vitória da Conquista e outros estabelecimentos começaram a se disputados com posseiros como foi o caso da Fazenda Pau Brasil cuja gravidade da situação alcançou projeção nacional[1].

Em fins de 1972 , quando estava sendo investariada a Fazenda Pau Brasil, cuja inventariante não tinha qualquer litígio com os posseiros , aparece Germano de Souza Neves que

---

1. Ver a Antonio Dias em " A GUERRA DO CAFÉ em Cadernos do CEAS nº 61. 1979. Salvador. pág. 20/29.

ao adquirir direitos do espólio do Coronel Rogério Soares Gusmão , " iniciou um clima de amedrontamento e coação sobre os posseiros da região de Matas do Pau Brasil "[1]. Como estes eram ligados ao Movimento de Comunidades Eclesiais de Base , a equipe que coordenava o movimento de CEBs, a pedido dos posseiros , providenciou um encontro deles com os agentes de Pastoral da Diocese . Deste encontro que comoveu a Assembléia Diocesana , nasceu a decisão de se hipotecar irrestrito apoio à luta dos posseiros . Inicialmente foi contratado pela Diocese um advogado para prestar assistência judiciária aos posseiros (Dr. Ruy Medeiros) que, mais tarde, passou a trabalhar em conjunto com a assessoria jurídica de FETAG no processo . Houve também um momento em que o próprio Sindicato dos Trabalhadores Rurais foi instado a agir , mas terminou favorecendo a ação de Grileiro. O caso acabou tendo um desfecho administrativo e o processo judicial terminou por aí, com a vitória dos posseiros.

No desenrolar desta resistência , por várias vezes , muitos posseiros foram presos ocasionando em cada momento manifestações de solidariedade por parte de setores da Comunidade e de outros lugares . A própria Câmara de Vereadores de Vitória da Conquista chegou a constituir uma Comissão de Inquérito sobre o problema , tendo na sessão que ins

---

1. Pequenas Histórias das lutas dos posseiros do Pau Brasil, (mimeografado) distribuido pelas CEBs de Vitória da Conquista em 1977.

tituiu a Comissão assim se expressado : " Considero como uma das maiores injustiças contra a pessoa humana o que estão fazendo com estes posseiros"[1]. É que a ocupação da área remontava ao final do Século XIX quando chegaram à região os primeiros ocupantes fugitivos da seca e da fome de 1899, vindos de Caculé , Vila da Barra e Vila da Mamona à procura de um refrigério . Encontraram essa área desocupada . Daí tiraram palmito para dar de comer aos filhos e nesse lugar fizeram as primeiras aberturas . Hoje são os bisnetos desses primeiros ocupantes que estão sendo perseguidos pelo grileiro Germano de Souza Neves , adquirinte de direitos do Espólio do Coronel Rogério Soares Gusmão , dono da fazenda Pau Brasil. Esse território das Matas do Pau Brasil se chama Salina do Deságuo de Agua Fria , conforme levantamento de cadeia sucessória realizado pelo advogados dos posseiros em buscas cartoriais e registros eclesiásticos e nunca pertenceu à dita fazenda.

Daí em diante a esperada " conscientização no campo político-econômico-social" pelos avaliadores do movimento de Comunidades Eclesiais de Base em Vitória da Conquista começou a apresentar os seus resultados . Acostumados às práticas comunitárias o problema dos posseiros do Pau Brasil tornou-se um problema de todas as CEBs e da própria hierarquia de Igreja . Várias manifestações públicas foram realizadas como passeatas pela soltura dos posseiros presos , notas na

---

1. Ver documento distribuido pela Diocese de Vitória da Conquista. Não cita o nome do orador, 15/jun/78.

imprensa local e Estadual, programas de rádio na emissora local através da " Voz do Diocese " que foi tirada do ar em outubro de 1977 por razões até hoje não esclarecidas pela direção da emissora. Culminando uma das últimas manifestações contou com a participação de mais de mil pessoas no centro da Cidade em defesa dos posseiros, quando várias entidades urbanas juntando-se ao movimento das CEBs expressaram o seu desagrado com a expropriação pretendida.

Mas a ação da Igreja não parou aí. Crescendo sempre mais o movimento das comunidades, outras lutas foram ainda encaminhadas com vitórias como a campanha para que chegasse a água encanada aos bairros periféricos da Cidade, a luta dos feirantes pela redução das taxas municipais pela utilização de um pequeno espaço de chão nos dias de grande feira onde vendiam os seus produtos dos roçados, a luta dos lavradores do Saquinho contra manipulação dos técnicos da EMATER, as reivindicações ao Departamento de Estradas e Rodagem para o fracionamento das passagens de ônibus que faziam as linhas das cidades circunvizinhas , facilitando acesso dos lavradores à cidade, não somente em dias de feira, como em outros dias para atendimento a situações diversas.

Um grande momento, no entanto, na história das CEBS se deu em 1980 quando eclodiu a primeira greve dos trabalhores do café reivindicando não apenas a aplicação e o respeito às garantias trabalhistas que já lhes eram asseguradas desde 1963 e que, até aquela data, não eram ainda cum

pridas na Região, mesmo depois da chegada da cafeicultura , quando se deu um uso mais intenso da mão de obra assalariada. Esta greve reivindicava também a melhoria das condições de trabalho através da celebração de uma Convenção Coletiva de Trabalho. O movimento, embora tivesse se estendido por todo o município e chegado até ao Município vizinho de Barra da Choça, teve sua origem nas reflexões feitas nos encontros de comunidade e das pequenas ações isoladas de resistência, como veremos mais adiante.

Aí em Vitória da Conquista se pôde verificar o que disse o Frei Beto: "As CEBs não se fecham em si mesmas. As questões levantadas nas reuniões raramente deixam de ser questões sociais, ligadas à sobrevivência das classes populares. O abaixo assinado à prefeitura, pedindo água para o bairro, não interessa apenas aos cristões. É uma questão do interesse geral. A luta contra a expulsão dos posseiros mobiliza todos os que não se identificam com os interesses dos açambarcadores das terras. Assim, a comunidade eclesial de base abre-se ao movimento popular, ajudando a criar ou a fortalecer de organização popular autônomas, desvinculadas do Estado e da Igreja. (Beto , 19 :)

Da base popular, emergiu esse tecido de pequenas organizações nas quais o povo fez sua experiência de união, mobilização, pequenas vitórias em suas lutas locais e regionais. Em várias regiões do País, elas chegaram a provar for

ça eleitoral, elegendo deputados estaduais e federais."(...) Muitos membros das comunidades, na cidade e no campo, participam da Oposição Sindical e dos sindicadtos autênticos,procurando valorizar o Sindicato como verdadeiro órgão de classe, atuam nas greves e lutas de suas categorias.(Beto,19:23)

A consulta aos registros escritos do movimento' das CEBs em Vitória da Conquista revela que ao lado da inspiração evangélica, não faltaram sempre questionamentos sovre a participação política em especial nos períodos eleitorais. (O ANIMADOR , 70 , 82)

" A política é uma coisa muito séria. Não deve' ser feita na base do coração, mas sim com a inteligência. A política verdadeira é aquela que visa o bem comum da sociedade toda. Quem visa o interesse pessoal ou só de alguns está fazendo politicagem e dessa há muita por aí. Será bom aproveitar desta época para levar os responsáveis a tomar consciência dos verdadeiros problemas do lugar. O voto é direito e obrigação de cada cidadão. Deve ser um voto consciênte, livre, dado a quem dá mais garantia de trabalhar pelo bem comum". (O ANIMADOR nº 13: 1,8 e 9 setembro de 1972).

" Política é se lascar pelo bem de todos".

" Quando a gente vive de verdade a vida da comunidade que é o bem de todos esta fazendo política verdadeira". (Vai e vem, O ANIMADOR nº2, fevereiro de 1976).

" Fazer política significa: trabalhar pelo bem' de todos, acima de qualquer interesse pessoal ou de grupo .

(...) O resto é politicagem, isto é, visar só o próprio interesse ou favorecer alguns em prejuízo dos outros, isso é politicagem, isso é uma desgraça. (...) A eleição é uma arma poderosa para escolher pessoas que se preocupam pelo bem de todos, sem vinganças, sem aproveito e sem interesse(...) O que acontece por aí não é política, mas politicagem, favoritismo, injustiça disfarçada e safada". (O ANIMADOR nº 27 fevereiro de 1976).

A própria linguagem oficial da Diocesse assume' características populares como se pode ver nas citações que' se seguem:

" I - As próximas eleições deverão indicar novos senadores (...) e todos os deputados para a Câmara Estadual e Federal.

II - Como se vê, desta vez vamos escolher somente legisladoras (pessoas que fazem as leis do País). É ' uma amostra do que deveria ser para todos os cargos do Governo, num regime verdadeiramente democrático. Mesmo assim, esta pequena eleição deve merecer nosso respeito e nosso interesse. Afinal é uma forma de constituir legitimamente o governo. Por isto, precisamos todos nós votar e votar bem.

III - É difícil escolher os melhores ... Mas ' temos obrigação de procurar acertar: votando livremente (ninguém pode mandar a gente votar neste ou naquele candidato). Você é dono do seu voto, como é dono da sua consciência...

IV - Não aceito de jeito nenhum ser chamado ou ser tratado como eleitor de cabresto. Você não merece isto. Dê seu voto não a quem compra voto mas a quem merece de verdade - que sejam pessoas de confiança, capazes de lutar pelo bem do povo e que sejam honestas.

V - Quando o eleitor vota mal (por interesse de lucro, por medo, ou por bajulação) todo o povo vai sofrer as consequências. Os que fazem da eleição um comércio sujo comprando ou vendendo consciência, não merecem ser considerados cidadãos brasileiros, pois este tipo de comércio prejudica todo processo eleitoral, trazendo desastrosas consequências para a nação.

VI - Você é dono de seu voto até o momento em que o deposita na urna. Por isso, pense antes de votar, não vá na conversa dos cabos eleitorais, dos que só lembram do eleitor nas vésperas da eleição. Proceda como um cidadão decente que vota pelo bem de todos e não em proveito próprio.

VII - A situação eleitoral está favorecendo muito os magnatas do dinheiro. Só os que tem fortunas para gastar com propaganda e com pelegos podem se aventurar nesta corrida pelo voto do povo. Milhões e milhões são gastos para ganhar um posto...

E depois, será que esta gente esperta vai ficar no prejuizo?

Alguns se fazem eleger para servir ao povo, outros por vaidade, para serem importantes, outros para escaparem da Lei e muitos para tirar vantagens, traficando com' recursos públicos (...)

Cuidado, meu irmão, cuidado com seu voto.

VIII - As piores consequências da politicagem são: O caciquismo (há gente que fica sempre no poder e se considera dono dos votos alheios); O clientelismo (mangangões que distribuem cargos, empregos ou comissões do governo, não a quem merece por concurso ou antiguidade mas, com os pelegos os puxa e bajuladores de toda espécie). Daí a desmoralização de tantos setores da administração pública".(Mensagem Pastoral - Diocese e Vitória da Conquista. "Volante impresso" 1976.)

A questão agrária também está sempre presente ' em todas as publicações das CEBs:

"Muitos pequenos proprietários de terra, atraídos pelo dinheiro e empurrados pelo aperto, se deixam envolver, vendendo as terras. Agora eles estão sem dinheiro e sem terra.

(...) Está havendo alguns casos de conflitos de terra, por falta de documentos legais.

(...) Vários lavradores largaram suas roças,prá trabalhar no café. Agora eles têm de comprar tudo, até feijão e farinha e o dinheiro que eles recebem não dá prá tudo isso.

(...) Atualmente (setembro de 1975), a maioria dos lavradores de café ganha de Cr$ 12,00 a Cr$ 15,00 por dia, é preciso trabalhar quase dois dias no café para comprar um quilo de café.

(...) Poucos trabalham firmes na mesma propriedade. A maioria se tornou como mercadoria que se oferece a quem paga melhor.

(...) As leis trabalhistas do país são totalmente ignoradas (...).

(...) Um pequeno proprietário querendo plantar café, encontra tanta dificuldade, que muitos esmorecem.

(...) As roças de mandioca, feijão, milho e bananas estão diminuindo cada vez mais, encarecendo o produto.

(...) Muitos continuam indo para São Paulo, porque o ganho no café não dá e porque o trabalho é muito inseguro.

(...) Em muitos serviços os meninos e mulheres são preferidos aos homens porque apesar de fazer o mesmo trabalho ganham de Cr$ 6,00 a Cr$ 10,00 por dia (setembro de 1975).

(...) Os meninos e as mulheres na panha do café ganham de Cr$ 2,00 a Cr$ 3,00 por lata. Na melhor época, dando um duro danado, conseguem ganhar até Cr$ 30,00 por dia. Porém isso dura apenas uns dois meses.

(...) Em muitas fazendas os trabalhadores que vem de fora e são a maioria, comem e dormem apertadíssimos debaixo de lonas ou em casarões. (galpões).

(...) Os sindicatos não estão olhando a situação. Continuam só com aposentadoria de velhos e assistência médica (...).

(...) Nós não somos contra o café. Nos somos contra a maneira como está chegando o café. Só traz benefícios para os donos do café.

(...) Nós ganhamos só para não morrer de vez e prá continuar a trabalhar enricando os outros. Vida de jegue é essa nossa.

(...) A pior besteira foi ter vendido o pedaço de chão que alguns de nós tínhamos. Agora é escravidão mesmo: ou ir embora ou se submeter à exigência de certos patrões.

(...) Nossos filhos estão deixando a escola prá trabalhar no café e ajudar na despesa da feira. O que acontece é que no fim da semana não sobra nada e os filhos vão ficando analfabetos. Isso é benefício? (O Animador nº25 setembro de 1975).

(...) A gente viu que infelizmente o componês não é dono do seu produto. Quem faz os preços são os outros e nós por falta de condições somos obrigados a entregar os produtos pelo preço que outros querem.

(...) é um tipo de exploração que existe também entre países ricos e países pobres. Quase sempre quem faz os preços dos produtos dos países pobres, são os países ricos.

(...) Vimos que muitos intermediários prejudicam os lavradores. São piores que urubu. Aonde podem comer, estão aí. (O Animador nº 26, dezembro de 1975).

(...) Diarista; Não tem lugar fixo; não há segurança; não há horário; tem lugar que é um salário e em outros é bem baixo; os direitos não são respeitados.

(...) Mensalista: Recebe dinheiro por mês, não sabe utilizar por todo o mês, é o jeito comprar fiado nas vendas, recebe salário de fome; a maioria não tem segurança, não tem carteira assinada.

(...) Pequeno proprietário: Deixa sua terra para trabalhar à meia ou na diária; não tem condições técnicas e nem financeiras para lavrar a terra; é difícil conseguir empréstimo no Banco; insegurança na lavoura; os intermediários aproveitam o aperto. (O Animador nº 28 junho de 1976).

(...) Fomos discutir o problema da terra no Brasil e daí fizemos uma reflexão sobre o boia-fria ... Vimos que a raiz que causa todo esse mal é: ganância dos grandes; as leis desrespeitadas; desorganização no sindicato; toda assistência técnica e financeira é voltada para os grandes; a maior doença de todas essas é a concentração da terra: - O

pequeno proprietário sumindo e o boia-fria aumentando; o minifúndio desaparecendo e o latifúndio crescendo.

(...) Notamos que só há um remédio para todo esse mal que atinge o lavrador: é a REFORMA AGRÁRIA. (O Animador nº 32 julho de 1977).

Como resultado desse exercício constante de reflexão sobre os problemas básicos da vida dos membros das comunidades, têm surgido algumas iniciativas que vêm dando continuidade ao esforço inicial e até mesmo ampliando-o tais como a dispensa comunitária (compra de produtos a grosso, pela comunidade, a menor preço, para ser distribuido entre os membros dessa mesma comunidade); mutirão para consertos de casas de membros da comunidade; campanhas de saúde; roças comunitárias, etc.

Uma outra iniciativa que merece destaque foi a de que "um grupo de trabalhadores rurais disputou as eleições do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória da Conquista (fevereiro de 1978), fazendo uma campanha educativa, denunciando mazelas da diretoria do Sindicato e propondo fazer do Sindicato órgão realmente representativo dos trabalhadores. Esta chapa sofreu oposição desleal da diretoria do Sindicato e da Delegacia Regional do Trabalho. Dentre outros fatos, ocorreram os seguintes, durante as eleições sindicais:

1 - Muitos companheiros sócios foram impedidos de votar por não ter pago a mensalidade de fevereiro, sendo que o mês ainda não tinha terminado. Assim, muita gente

perdeu a viagem, gastou o dinheiro inultimente e perdeu dias de trabalho;

2 - Outros companheiros nesta mesma situação tiveram permissão de votar, sendo legalizados na hora , por serem da chapa da diretoria atual;

3 - O voto de alguns foi marcado pelos mesários, sendo dirigido e a descoberto;

4 - A presença da polícia serviu para intimidar trabalhadores que não viam necessidade da mesma nas eleições;

5 - A presença de políticos e de pessoas extranhas à categoria e ligadas a partido político tentando influenciar os votantes;

6 - A diretoria só colocou urnas na sede do Sindicato na cidade, para não favoreceros companheiros lavradores que moram tão longe e não tem possibilidade de transporte[1].

Rui Medeiros [2], analisando a questão democrática em Vitória da Conquista, sobre a diretoria vitoriosa assim se expressa: " Assinale-se que o "pelego" indicado para a presidência do Sindicato pela diretoria que o ocupava '

---

1. Chapa nº2, " Carta aberta aos lavradores" volante impresso para distribuição massiva. Vitoria da Conquista, fevereiro de 1978.
2. MEDEIROS, Ruy- A questão democrática em Vitória da Conquista. Mimeografado. Vitória da Conquista. 1979.

não era trabalhador rural e nem o é até hoje. Sua adminstração foi das piores (terminou por renunciar, cercado de boatos sobre irregularidade financeiras no sindicato), tendo colocado o sindicato para fazer campanha eleitoral (deputados) em favor de conhecido político da ARENA, vinculado ao Delagado Regional do Trabalho. (Pág.38)

Também a partir de 1978 outro grupo de trabalhadores de construção civil, membros também das CEBs tomaram a iniciativa de organizar uma associação profissional para a defesa dos interesses da categoria (Rui Medeiros, op. cit. pág. 38).

Após a greve de 1980, dos trabalhadores de café, também uma nova tentativa de oposição sindical foi feita, mas os resultados também foram iguais. Novas fraudes, a pesar da certeza da vitória da oposição, garantiram a manutenção da situação. Impetrado recurso judicial foram constatadas as fraudes e destituida a diretoria empossada, mas em lugar de realizar novas eleições a Delegacia Regional do Ministério do Trabalho nomeou uma Junta Governativa constituida por alguns membros da própria diretoria destituída para terminar o mandato.

O trabalho das Comunidades eclesiais de base em Vitória da Conquista não obstante ter tido a sua origem, pelos dados inicialmente levantados, na atitude interior dos padrões não eliminou a influência do contexto da pastoral nordestina. Ao que parece, considerando-se a perplexi-

dade em se envolveu a coordenação do trabalho, após a greve de 1980, a falta de consciência política estaria mais na própria coordenação e na cúpula diocesana que nos trabalhadores. Cabe, portanto, levantar a hipótese de que a Igreja também cria e estimula movimentos que ela mesma não pode controlar.

A perplexidade anteriormente referida, no entanto, foi vencida pelo próprio processo de redemocratização que vem vivenciando o País. Uma outra hipótese também que pode ser ainda levantada é a de que a coordenação dos trabalhos de CEBs em Vitória da Conquista teria se reavaliado a partir da postura e maturidade galgada pelos trabalhadores membros da CEBs que aos poucos foi sendo reconhecida. Mesmo participando em outras lutas e movimentos de caráter não estritamente religioso, os trabalhadores membros das CEBs permaneceram ligados ao trabalho de Igreja e cobrando sempre mais uma presença cada vez mais ativa. Também a Igreja mais uma vez se redefiniu em relação à organização de base.

Há que se considerar finalmente que todo o trabalho de CEBs se deu praticamente sob o mando municipal da oposição ao regime. Tanto o Governo de Jadiel Matos como o de Raul Ferraz foram exercidos com um forte apelo popular como bem o convém aos governos populistas. Não apenas fizeram administrações de considerável probidade do ponto de vista de obras públicas, como foram capazes de ativar o processo de politização das camadas populares através da promoção de

debates e outras realizações de ordem mais ideológica enfocando sempre as grandes questões nacionais, como a democracia, a reforma agrária, a dominação estrageira da economia nacional, etc.

Diante disso, talvez, não se pode entender que apenas o trabalho das Comunidades Eclesiais de Base, teria contribuido no processo de conscientização e politização dos setores oprimidos. Também os partidos políticos oficiais e clandestinos deram a sua parcela de contribuição nesse processo que ali se vem verificando.

3.2 - A atuação partidária

3.2 - A Questão Partidária em Vitória da Conquista

Vitória da Conquista, como totalidade concreta, não foge às determinações oriundas das relações engendradas na formação social brasileira onde está inserida. Aí, a realidade político-partidária nacional ganha também a sua concretude. Ruy Medeiros, em seu trabalho " A questão democrática em Vitória da Conquista " registra " aqui os antecedentes mediatos de luta democrática podem ser encontrados no populismo dos anos cinquenta, que, ideologicamente, abalou Vitória da Conquista, pois implicou em crítica à " oligarquia " local e na coalisão de oposições que, por duas vezes, transmitiu suas mensagens durante o período eleitoral. Vale assinalar, inclusive, que - com a segunda tentativa eleitoral - a coalisão de oposições assumiu o mando local, despojando deste um núcleo familiar exclusivista ".

Segundo Ruy Medeiros, um ex-integrante das "oposições ligadas ", assim registrou a ascenção ao poder dessa ' frente oposicionista :

" No ano de 1962, a cidade foi agitada por uma campanha política diferente, acentuadamente educativa e conscientizadora, e ela teve o êxito esperado com a eleição de José Pedral (um petebista) para seu governante. Engenheiro, culto, seguro, com a cabeça coberta por idéias novas que a Faculdade lhe deu, ele foi um ímã que atraiu o seu redor os seus concidadãos. O início de seu governo progressista não podia agradar à UDN (União Democrática Nacional) que era um

agrupamento conservador e fortemente estruturado a nível nacional .

A permanência da referida coalisão de oposições no poder local foi muito curta , menos de dois anos . É que o golpe de estado de 1964 varreu seus integrantes dos postos que haviam ocupado na administração municipal à mercê de uma campanha , segundo o depoente, injusta , desigual , ambiciose e cheia de intriga feita pelos remanescentes da UDN.O movimento de março de 1964 , alcança José Pedral na Prefeitura e arranca-o de seu posto , condenando-o à prisão com alguns de seus companheiros mais dedicados .(Medeiros, 1979)

Deste modo , o debate sobre as grandes questões nacionais como a reforma agrária , anti imperialismo, liberdade sindical , etc, que eram questões enfaticamente discutidas na cidade ,foi violentamente interrompido , com a prisão de personalidades democráticas presas e perseguidas,cassação dos mandatos e dos direitos políticos por dez anos do Prefeito e de alguns vereadores que, juntamente com o primeiro, também foram ao cárcere e ainda com a desarticulação de algumas organizações de caráter popular .

Não obstante a interrupção abrupta e da curta duração do governo populista de Pedral, calcado, sobretudo, no desenvolvimentismo dos anos cinquenta " a questão democrática e a discussão dos problemas sociais, no Município , haviam sido vivamente colocadas". Criou-se,assim , um precedente político que , mais tade , viria a ser retomado tão logo fosse abrandados os ventos do autoritarismo . Assegura Ruy

Medeiros que mesmo sem entrar no mérito (conteúdo e fim) desse populismo ele teria contribuído para aflorar a questão democrática e social a partir , não apenas pelo estímulo à participação popular ao debate das grandes questões nacionais , mas a partir também da crítica à oligarquia que dominava a região .

Após a deposição do governo de " coalisão das oposições " como prefere chamar Ruy Medeiros , em decorrência de decisão nacional são extintos os velhos partidos e se institui o bipertidarismo com a criação de ARENA -Aliança Renovadora Nacional e o MDB- Movimento Democrático Brasileiro. Em Vitória da Conquista, o MDB tenta reunir forças, utilizando , inclusive , a " mística " de José Pedral." Do novo partido , entretanto , não participaram todas as forças componentes das " oposições coligadas ", pois uma parte de seu setor conservador tradicionalista emigra para o partido do Governo Central, também em formação ".

A ARENA ,em Vitória da Conquista , além de ter assumido a substituição de José Pedral, governou , por mais dois períodos sucessivos , o município . Essas administrações não conseguiram manter o ritmo proposto pelo Governo José Pedral . Voltam as velhas práticas paternalistas, o clientelismo , enfim a política de favoritismo. Toda essa situação também foi favorecida pels desconfiança que as oposições de modo geral no Brasil tiveram em relação ao Partido de Oposição - MDB, criado a partir de gestões do Poder Central e com a adesão de remanescentes da velha política de

PDS , PTB e outros partidos menores, enquanto as lideranças mais autênticas estavam encarceradas ou mantidas à distância da atividade político-partidária em regime de liberdade vigiada ou condicional .

Mesmo assim , em ambos os pleitos, a oposição em Vitória da Conquista apresenta candidatos como uma forma de marcar posição , mas somente no segundo pleito (1968) é que a oposição conseguiu lançar um candidato de maior expressão, Jadiel Matos , médico , ex-participante do movimento estudantil que, embora não tendo logrado êxito, pelo menos lançou as bases para uma luta posterior quando se avizinhasse um outro pleito . Entre um pleito e outro , Jadiel e seu grupo dedicaram-se um intenso trabalho de discussão com os mais variados grupos , desde setores populares a setores economicamente mais fortes descontentes com a situação .

" Em 1972 , Jadiel Matos vence as eleições , candidato pelo MDB , Embora houvesse uma conjuntura política nacional, desfavorável às forças progressistas ,indicando a estas a necessidade de união , não foi a temática nacional a base de vitória eleitoral de Jadiel . Realmente , no regime ditatorial , as forças progressistas precisaram (e precisam) e procuraram (e procuram) , nem sempre com sucesso, a formulação de uma frente para sobreviverem ao tempo obscuro e combatê-lo ". Mas , na opinião de Ruy Medeiros " não foi esse fato que primordialmente trouxe a vitória eleitoral para Jadiel , embora isso houvesse contribuído , pois o candidato era reconhecido como homem de oposição ao regime e seu nome estava vinculado ao nome de José Pedral , tragado pela onda re

pressora de 1964".

Foi, sobretudo, a questão local que muito ajudou a oposição a sagrar-se vitoriosa. Econômica e administrativamente, o Município encontrava-se em situação calamitosa. Os próppios setores conservadores (e mesmo decididamente reacionários) estavam profundamente divididos. Ante o inconformismo dominante a oposição lançou uma plataforma política em bases progressistas como se pode ver nas citações colecionadas por Ruy Medeiros e publicadas em 1979.

"... Hoje, em Vitória da Conquista, muitos homens e mulheres se consideram privilegiados quando conseguem um dia de trabalho na semana, ou uma semana de trabalho no mês. Passam fome e necessidade por não terem em que trabalhar. Isto teve um reflexo grave na economia da cidade que passou a ser, como que asfixiada, sem que os homens governantes - quase sempre voltados para uma política administrativa paternalista e de favores pessoais - parassem um pouco para ordenar em termos modernos, os problemas existentes, ou para programar o crescimento harmônico da cidade (...)".

" É grave a situação, é urgente que se dê encaminhamento aos problemas, sem o que veremos o colapso da cidade com sérios prejuízos para todos, ricos e pobres, em especial para estes, na cidade e no campo (...)".

" A cidade necessita de modificar sua condição de entreposto comercial só, para vir a ser um verdadeiro pólo de desenvolvimento e tem condições para tanto, desde que se pense nisto, desde que se procure ordenar e planejar. É ne

cessário que se faça um plano integrado de desenvolvimento, que possibilitará uma reforma administrativa e fiscal em termos modernos, técnicos, racionais e sérios. É preciso que se governe com homens técnicos nas funções técnicas. É mister que se deixe de improvisações; de tentar adivinhar as soluções dos problemas ".

" Com o planejamento, temos condições de criar a cidade industrial, definir sua localização racionalmente, destinando para isso uma área de terra, preparar acessos desta terra à cidade e aos troncos rodoviários existentes, implantar eletrificação, rede de água e esgotos; programar a solução do problema habitacional, de escolas e assistência médica dessa cidade industrial. Procurar, através dos órgãos competentes, a solução para estes problemas ".

" É necessário também que se planifique a assistência à atividade agrária e pastoril, providenciando financiamentos e criando condições, para aumentar a produção, fornecendo assim matéria-prima para a indústria ".

" O homem do campo é tão necessário ao desenvolvimento como o técnico da cidade: o técnico planeja; o homem aplica isto e produz, cria riqueza, paga impostos e deve ser olhado. Podemos fomentar, através da assistência e ajuda de órgãos governamentais especializados, dos bancos oficiais e com o incentivo do município, as atividades agrícolas".

" É ainda imperioso que se planifique o problema educacional e da saúde da região ".

" Para Conquista, converge grande parte dos estudantes das cidades vizinhas e, evidentemente, também no setor educacional nossa cidade não pode deixar de funcionar como pólo . No entanto, existe uma discrepância : embora o fluxo estudantil seja verdadeiro, Conquista não está ainda preparada para atendê-lo , pois não possui estrutura escolar quantitativa e qualitativamente necessária . Não possui estrutura quantitativa porque o número de vagas é insuficiente; e qualitativamente, por serem os estabelecimentos de ensino existentes, em sua maioria , despreparados de material didático e de pessoal . Onde a Universidade para prepará-los ? "

" A ausência de uma política municipal de ensino se manifesta pela inexistência de uma biblioteca pública moderna , inexistência de um ginásio de esportes e de uma residência para os estudantes do interior do Município e das cidades vizinhas . Em relação ao estudante que vai de Conquista para a Capital do Estado , já que não temos Universidade aqui , a coisa se torna pior . É uma luta relativamente antiga e dos estudantes conquistenses (secundaristas, vestibulandos e universitários) que vem tentando, junto à Prefeitura, a criação de uma residência em Salvador , com ajuda municipal, sem conseguir . Isto já foi concretizado em relação a outras cidades, tais como Feira , Jacobina, Juazeiro , Itabuna etc. "

" Se Conquista é capital educacional de uma região, muito mais o é em relação à saúde . Uma população de mais ou menos dois milhões de habitantes é atendida pelos serviços médico -hospitalares da cidade . Estamos preparados para is-

to ? Evidentemente , não ; o problema de assistência médica e hospitalar em Conquista é dos mais graves já que possuímos 100 leitos para uma população de dois milhões de habitantes , o que dá uma média de 0,05 leito por mil habitantes . Embora estes dados sejam estarrecedores , a atual administração municipal insiste em fazer uma política de saúde paternalista e irreal , mantendo a chamada " medicina de posto " que se limita a dar receitas ."

"(...) Precisa-se pensar em urbanizar a cidade . Pavimentar ruas só não soluciona . Tem-se de arborizar , criar parques , higienizar a cidade, procurar solução técnica para o problema de esgoto , para os problemas das enxurradas que periodicamente ocorrem com graves e sérios prejuizos para a coletividade, sobretudo para os mais pobres . Em vez de campanha para ajudar os atingidos pelas enxurradas, que se faça um programa sério para corrigir as causas".

" Sem planificar , sem encarar com seriedade a função administrativa , sem procurar o homem técnico para a função , não se resolve problema algum ".

" Não se pode esquecer de fazer um programa de estradas municipais , para drenar a produção , trazer matéria-prima com mais facilidade e menor custo à fonte de industrialização , favorecer o comércio e criar a riqueza da cidade (...) ".

" Planificando o desenvolvimento da cidade com o plano integrado , com a reforma administrativa; criando a cidade industrial , urbanizando , planificando a educação e

assistência médico-hospitalar , estimulando a atividade do campo e ligando Conquista aos diversos municípios , com uma rede de estradas , daremos condições para que a administração venha a ser feita dentro de um programa tecnicamente elaborado sem os prejuízos das improvisações . (...) ".

" Conquista , meus conterrâneos , assistiu nos últimos 4 anos ao maior desastre administrativo a que se pode submeter uma cidade . Há falta de autoridade , há falta de seriedade , há falta de respeito à coisa pública . É o desmando que impera , é o desgoverno ; a atual administração é caracterizada pelas ascenção ao poder dos menos competentes; nada de sério foi realizado pelo poder público local com vistas ao futuro ; é a improvisação que impera , é a sujeira,é a falta total de planejamento ou mesmo de qualquer sensibilidade para o problema , a ponto de afirmarem que a cidade não necessita de plano para crescer . Ela deve inchar , como já se disse , mesmo acéfala ".

" Somos candidato a Prefeito desta cidade pelo MDB. Não aceitamos o tipo de administração a que se submeteu esta cidade . Pretendemos convocar os mais capazes para governar e somos nós da oposição que contamos com os quadros para isto ".

" Anos atrás esta cidade presava nas decisões políticas e econômicas do Estado . Hoje chegamos ao ponto de nem sermos citados pela imprensa da capital e o nome da cidade como que desapareceu no cenário estadual . Assistimos nestes 4 anos a cidade parar, cair e se afundar. Necessita-

mos de soerguê-la , de arrancá-la do marasmo a que foi levada e como que sacudir e partir para o desenvolvimento, reconquistando o posto que merece ter no contexto estadual."

" Conquistenses , nós acreditamos nesta Cidade e no espírito de luta de seu povo ! Nós vamos programar o seu desenvolvimento ! Nós temos a equipe capaz de pensar e faser isto ! Nós precisamos de cada homem , cada mulher , cada criança de Conquista , para a grande obra de recuperação social , cultural , moral , econômica e administrativa que faremos a partir de 1973."

" Nós não faremos promessas vãs : nós ordenaremos o progresso da cidade .' ".

" Tenham todos a certeza de que governaremos com os mais capazes e de que não permitiremos nunca que os problemas tenham soluções paternalistas ou políticas".

" Vamos participar , todos em conjunto , da grande obra de recuperação de Conquista , vamos lutar e votar contra o **DESASTRE** : (Jadiel Vieira Matos - " Programa de Governo", discurso proferido na convenção de 15 de setembro de 1970,Gráfica Jornal de Conquista).

Vitoriosa a oposição , assumindo o poder, cumpriu praticamente tudo a que se propôs , conforme relata MEDEIROS (1979) . Desta forma, credenciou-se para eleger o seu candidato nas eleições subsequentes e mais alguns deputados entre eles o próprio Jadiel Matos a essa altura também já proprietário de uma considerável cafeicultura, atividade pela qual muito fez pela sua implantação na região . Foi real-

mente um governo estribado no desenvolvimentismo com todo o seu aparato de planificação. Apesar de ter um forte apelo populista na medida em que excluí a participação popular no planejamento, em muito estimulou o trabalho de organização de base promovido pelas CEBs.

Em função da redefinição da pauta de produção e dos ciclos anuais de cafeicultura, promoveu o Governo Jadiel a reforma do ensino rural de modo a permitir as férias escolares nos períodos de maior trabalho como nas safras. Perfurou poços para uso comunitário no meio rural. Abriu estradas para interligar os diversos pontos do município à sede municipal. Ampliou a rede de serviços urbanos como hospitais, postos médicos no interior e implantou uma unidade móvel de atendimento médico-odontológico. Criou o distrito industrial dos Imborés. Ampliou os serviços de abastecimento de água e de saneamento básico. Modernizou a administração municipal e criou a Universidade, assim como realizou outras tantas obras que prometera.

Contudo, a questão da organização de base, muito embora parecesse embutida na proposta de governo que prometeu e realizou a oposição no poder, não parece ter sido devidamente contemplada em suas consequências como se pôde depender posteriormente por ocasião da greve dos cafeicultores quando, mesmo contra a vontade da direção sindical, irrompeu um movimento grevista de trabalhadores rurais sem precedentes na história do município e do Estado, que se desenvolveu entre os dias 28 de abril e 14 de maio de 1980.

O Prefeito da Cidade, Raul Ferraz, sucessor de Jadiel Matos, eleito pelo mesmo Partido MDB e com o mesmo ideário político, declarou aos jornais[1], quando a mobilização dos trabalhadores estava ainda em andamento, que "considerava justa a reivindicação e que as críticas que a administração do município vinha recebendo não se justificavam uma vez que o movimento era de iniciativa não dos partidos políticos mas sim da Igreja e do Sindicato. Apenas a Prefeitura cedeu o Estádio e deu transporte para o pessoal."

Mais tarde, a imprensa estadual[2] publica declarações do Deputado e cafeicultor Jadiel Matos (PMDB), dizendo que "não via condições de ser deflagrada uma greve entre os trabalhadores rurais da região do café, porque achava que não existia organização suficiente para isto, em termos de sindicato e dos próprios trabalhadores. Ele, segundo o jornal, considerou as reivindicações justas e preferiu não discutir as consequências da consolidação de um movimento paredista em Vitória da Conquista, lembrando, apenas, que para ali confluem pessoas de quase todo o Sudoeste Baiano, o que equivale a uma população flutuante de cerca de 1,5 milhão".

---

1. A TARDE - 16/04/80.

2. A TARDE - edição de 24/04/80

Registra ainda a imprensa[1], na mesma ocasião que o parlamentar foi um dos pioneiros na introdução da cafeicultura em Vitória da Conquista e possui plantações de café na região. Para ele, diz a matéria, "está existindo muita especulação sobre o assunto". Acrescentou que o que os trabalhadores desejam - maiores salários, equiparação salarial entre homens e mulheres, melhor tratamento médico, melhores meios de transporte, entre outras reivindicações - é bastante justo. Este processo de organização do trabalhador é um fato louvável, disse o deputado, "mas o que acontecerá, em contrapartida, é que surgirá a necessidade dos patrões também se organizarem. E quando isto acontecer - o que também é louvável - haverá condições de ambos os lados sentarem à mesa para negociar os índices de aumento pretendido e aqueles que as classes produtoras podem pagar".

A Tribuna da Bahia[2], outro diário estadual publica uma reportagem de Suzana Alice, onde a repórter comenta "quase que sem exceção entretanto, os cafeicultores conquistenses, luxuosamente instalados em suas mansões, vêem as reivindicações de seus trabalhadores por melhoria de salário e condições de trabalho como agitação da Igreja e políticos locais em interesse próprio. Guilherme Lamego, cafeicultor à frente da Cooperativa atualmente, chega a dizer que " é uma judiação isso que estão fazendo com eles". Embo

---

1. A TARDE, edição de 24/04/80

2. TRIBUNA DA BAHIA, Edição de 23/04/80

ra não se estendam muito acerca do movimento dos trabalhadores, considerando "impossível" o atendimento de qualquer de suas reivindicações, os donos de fazendas do café têm muito o que falar e reclamar de sua situação".

Na mesma reportagem, em contrapartida, o Prefeiro da Vitória da Conquista, também cafeicultor, único a admitir a possibilidade de o cafeicultor conquistense pagar uma diária de 200 cruzeiros ao trabalhador - concentra suas críticas a distribuição de ICM, que em sua opinião deveria levar em conta a extensão territorial de cada Município e sua população. "Na verdade, o Governo vem atuando nesse aspecto como o grande atravessador da economia nacional. Se apropria do ICM, sem pagamento de juros ou correção monetária, dificultando no entanto os empréstimos à região geradora, que são feitos com juros". Com relação ao movimento dos trabalhadores, ele considera que "toda reivindicação do trabalhador é justa, porque eles é que estão pagando pela má política econômica do País. As reivindicações certamente trarão seríssimos problemas aos cafeicultores, mas a função deles é gritar contra a política econômica nacional, afinal, têm mais condição de fazer isso que os trabalhadores. No país inteiro, são 60 milhões de pessoas marginalizadas pela falta de poder aquisitivo, e fazendo à economia que por não ter mercado consumidor, se volta para o exterior. O que estamos vivendo em Vitória da Conquista são as contradições do sistema capitalista".

Uma outra liderança política importante na região, o Deputado Elquisson Dias Soares, do PMDB[1], como não se pronunciou desde as primeiras manifestações do movimento dos trabalhadores rurais de Vitória da Conquista, sua principal base eleitoral, deu lugar a comentários que chegaram a ser publicados pela imprensa[2]. Dois dias após a realização da Assembléia que aprovou a deflagração da greve, veio ao conhecimento da opinião pública estadual o seguinte comentário: "O deputado Élquisson Soares, presidente do PMDB baiano, vem dar um exemplo vivo de aplicação prática do dito popular "faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço". Na sexta-feira passada ele foi um dos mais ativos políticos que participaram da manifestação no centro de Salvador, em solidariedade aos metalúrgicos paulistas em greve."

Prossegue a nota: "Cafeicultor, porém, o deputado Élquisson Soares, vem sofrendo na pele problemas da mesma ordem dos sofridos pelos empresários do grupo 14 da FIESP. Os 40 mil trabalhadores da lavoura cafeeira na região de Vitória da Conquista estão ameaçando entrar em greve caso não sejam atendidas algumas reivindicações trabalhistas - tas básicas - entre as quais diária mínima de Cr$ 250,00 requiparação de salários entre homens e mulheres, assinatura

---

1. Esse parlamentar ganhou notoriedade a nível estadual pela intensa campanha que desenvolveu na Assembléia Legislativa contra a grilagem de terras que culminou com a criação de uma ruidosa CPI em 1977.

2. A TARDE. Edição de 30/4/80

de carteira de trabalho, horas extras, férias, 13º salário, aviso prévio, etc. Soares, conclui a matéria, usando a retórica de qualquer representante de classe patronal, como qualquer empresário de grupo 14, está considerando "irreais" as reivindicações dos trabalhadores e destacando as sérias dificuldades que atravessam atualmente os cafeicultores."

"O Deputado Clodoaldo Campos, do PTB, é um que prefere não entrar na briga que se avizinha entre o seu partido e o PMDB na Bahia, em decorrência da possível greve dos trabalhadores na lavoura do café em Conquista - apoiada pelo petebista Marcelo Cordeiro e desapoiada pelo deputado Élquisson Soares, cafeicultor e presidente do PMDB baiano. Clodoaldo Campos disse achar justas as reivindicações dos trabalhadores na lavoura do café em Conquista mas disse, também, entender a posição do deputado Élquisson, que considera irreais as reivindicações e acha que, se atendidas, poderão levar à falência os pequenos e médios cafeicultores da região". (A TARDE 30/4/80).

Em decorrência das declarações atribuídas ao deputado Élquisson Soares, regista o jornal A Tribuna da Bahia, 3/5/80, que "uma nota apócrifa, dirigida "ao povo baiano" e " em defesa do catador de café", foi distribuída ontem na cidade e chegou á redação dos jornais. O documento contém duras críticas ao Presidento do PMDB, Élquisson Soares, mostrando sua verdadeira imagem burguesa postou-se ao lado dos patrões, latifundiário que é, e revelou sua verda-

deira face de falso democrata; a favor dos patrões, contra o trabalhador". Acusando o Deputado e cafeicultor de estar contra as reivindicações dos trabalhadores do café, a nota diz que ele só se apresenta "como defensor do povo quando quer seus votos". E vai mais além: "É o mesmo deputado que provocou a divisão do MDB, expulsando os verdadeiros representantes do povo. Assim como dividiu o MDB, quer agora dividir também o povo. Dividir para enfraquecer o movimento dos catadores, para vencer o povo".

Ante à perplexidade que dominou os representantes estaduais da oposição no Estado e no Município e com uma possível capitalização pelo partido do Governo denunciando a incoerência entre os discursos e as práticas dos políticos oposicionistas, já no dia 7 de maio de 1980, o deputado Jadiel Matos (PMDB), conforme noticiou a imprensa[1], "ocupou a tribuna da Assembléa Legislativa Estadual para apoiar o processo de organização e reivindicação dos Trabalhadores rurais de Vitória da Conquista que exigem melhores níveis salariais dos cafeicultores da região, além da Carteira Profissional assinada pelos empregadores, horário de trabalho e outros benefícios assegurados por lei. Observou ele que, diante disso, cabe ao sindicato dos produtores se organizar para iniciarem negociações e não " histericamente, acusarem o movimento de subversivo".

Segundo ainda o parlamentar oposicionista, continua a matéria, "os produtores devem procurar conhecer

1. JORNAL DA BAHIA. Edição de 8/5/80.

detalhadamente os seus custos e entender que o maior ônus advém da presença de multinacionais na agricultura que determinam os preços dos insumos, equipamentos e máquinas para a lavoura. Não seriam os salários dos trabalhadores os responsáveis pela redução de lucros no café e, arrematou, a luta precisa ser dirigida contra o sistema político vigente no País"[1].

Disse ainda Jadiel Matos, que "trilhando esses caminhos de se organizar, a sociedade civil reúne as condições para "derrubar a ditadura". Depois, voltando à questão específica do movimento reivindicatório, "tornou a emcampar as posições dos trabalhadores rurais e teve seus argumentos reforçados pelo Deputado Domingos Leonelli, também do PMDB, que se rejubilou com o companheiro de bancada, ressaltando sua dignidade política e responsabilidade, embora seja um dos grandes cafeicultores de Conquista, condição que não o impediu de tomar o partido dos trabalhadores".

Aparteando o deputado Jadiel, o deputado Genebaldo Correia, do Partido Popular (PP), aconselhou os proprietários rurais a pressionarem o Governo para conseguirem a redução dos seus custos, o que não significa diminuir salários. Retomando a palavra, Jadiel Matos repudiou nota da Federação da Agricultura da Bahia - FAEB que classificou o movimento de agitação. Problemas sociais, acrescentou, merecem ser discutidos com base nas leis e não com o acobertamento das baionetas e dos quartéis. Nesse momento, um outro deputado Luis Cabral,

---

1. Ver estudo de assessoria do CEAS sobre os custos dos insumos para subsidiar as negociações.

do PDS - partido do Governo - aparteou Jadiel para dizer que a tese abraçada por Jadiel Matos, "no que tange ao direito e à necessidade dos trabalhadores e demais segmentos sociais se organizarem", não é privilégio da oposição, porquanto consta do programa do seu partido.

O aparte do deputado Luis Cabral foi complementado pelo Deputado também do PDS, Jutahy Magalhães Júnior "lembrando que o comportamento do Deputado Federal Elquisson Soares, presidente da Comissão Provisória do PMDB baiano, quando se colocou contrário às reivindicações dos trabalhadores do café, teve comportamento idêntico ao conhecido grupo 14, da FIESP no que respeita à greve dos metalúrgicos do ABC paulista, totalmente adversos à paralisação das fábricas".

O ponto máximo do debate, no entanto, foi alcançado quando o Deputado Leônidas Cardoso, também cafeicultor e do partido do Governo (PDS), asseverou em alto e bom som que "os trabalhadores rurais de Conquista recebem, hoje, salários mais altos que trabalhadores urbanos e a oposição só defende greves dos que ganham mais no País. Denunciou a presença de subversivos e párias que estariam fomentando o movimento na região do café e considerou que seria mais coerente Jadiel Matos ficar do lado dos cafeicultores, "como o presidente do PMDB (Elquisson Soares) e deixar de demagogia porque ambos plantam café". Retrucando, Jadiel respondeu que " Vitória da Conquista, em um ano e meio, não ouviu a voz de Leônidas Cardoso, mas agora o ouve, defendendo os

patrões, e finalizou pedindo respeito e complementando: "Não aceito gritos histéricos".

Ao final do acirrado debate, Fernando Daltro, deputado do PP, comentou que "o direito de greve, no caso brasileiro, está na letra fria da lei mas não se aplica na prática". Um outro deputado, também do PP, Galdino Leite, recordou a repressão à manifestação em solidariedade aos metalúrgicos paulistas, respaldando o colega de bancada. A essas intervenções respondeu o líder do PDS, deputado José Lourenço, "Não interessa a trabalhadores, nem a produtores, salários que levem o custo da produção do café acima do preço mínimo para produzir falências e, dentro de alguns anos, termos a miséria dessa lavoura".

Ainda no 1º de maio, o Correio da Bahia, jornal ligado ao então Governador do Estado, divulgava uma entrevista do Deputado Leônidas Cardoso na qual argumentava que "uma família de trabalhadores rurais de seis membros colhe média trinta latas de café por dia. A Cr$ 20,00 cada lata, isso significava que a família ganha Cr$ 600,00 por dia. Multiplicando por 25 dias de trabalho - prosseguiu o deputado - isso significa que família ganha Cr$ 15 mil. Durante os quatro meses da colheita, a família Cr$ 60 mil. Isso vale dizer que num ano ela ganha dois salários mínimos por mês e tem oito meses de férias".

Somente a 9 de maio o deputado Elquisson Soares veio esclarecer definitivamente a sua posição em rela -

ção ao movimento dos trabalhadores. Em matéria publicada no jornal A TARDE, o deputado negou todas as informações que circularam na semana anterior, dando conta de que ele estaria contra os operários e a favor dos cafeicultores. "Estão querendo me atribuir uma posição que eu não assumi", disse o parlamentar. Enfaticamente, acrescentou, "apóio a organização dos trabalhadores rurais, porquanto a movimentação não só significa o amadurecimento político da classe, como liberta os trabalhadores de métodos feudais que ainda imperam a nível nacional, colocando-os numa situação que permita o questionamento de suas condições de vida. Considerou justas todas as reivindicações dos trabalhadores e aconselhou os produtores, como já o tinha feito no dia anterior um deputado do PP e outros colegas da bancada, no debate havido na Assembléia Legislativa, a se organizarem também, buscando com as lideranças dos trabalhadores a negociação em torno do elenco de reivindicações".

Apesar dos esforços empreendidos pelos partidos políticos da oposição, através de suas lideranças mais expressivas, não se conseguiu evitar a cisão do PMDB em Vitória da Conquista. A vanguarda dos trabalhadores que, atentamente, viveu e sentiu na pele a atitude dos diferentes partidos entendeu que era o momento de abrir novas alternativas para os seus liderados em termos de participação política-partidária. Fundou-se, no Município, o Partido dos Trabalhadores com a ajuda do qual contou amplamente o movimento dos trabalhadores rurais, não apenas em termos de locais, mas até mesmo em ter-

mos de apoio a nível nacional.

A perplexidade vivida pela oposição existente em Vitória da Conquista ante o fato inesperado de terem de optar entre o apoio à demonstração de consciência e de organização dos trabalhadores e os interesses econômicos aos quais estavam ligados, levou-a irremediavelmente à cisão.

Mas isso serviu de base para que as lideranças mais expressivas do movimento reivindicatório tomassem consciência da necessidade de construir uma via própria de participação política, uma vez alimentou-se a desconfiança de que ou não havia espaço para o avanço das lutas dos trabalhadores por dias melhores dentro do quadro político-partidário atual. A propósito, uma das lideranças (1) da Comissão Salarial comentando o sentido político de sua luta assim se expressou: "Outro instrumento que não deve ser esquecido é o partido. Tem que ser um partido só dos trabalhadores, mas com trabalhadores de base também. Agora mesmo, estão sendo formados novos partidos mas nenhum deles está fazendo trabalho de base; se preocupam mais com a propaganda e a propaganda só não leva à organização, no máximo leva ao fortalecimento dos partidos, mas sem contribuir para uma verdadeira organização popular. Outra preocupação dos partidos é ganhar adeptos e estes são frutos da propaganda ou pela troca de favores, isto é, as adesões não se dão pela formação de uma consciência. Nesse partido de trabalhadores não deveria ter distinção, porque o problema de um trabalhador é o problema de todos. O problema do camponês é seme -

1. SALGADO, Noeci. Depoimento aos Cadernos do CEAS nº 70 pág. 58

lho político. Logo ao terminar o pleito de 82, os seus militantes caíram em campo promovendo encontros de trabalhadores onde abertamente são levantadas as bandeiras do Partido e, não apenas isso procurando apoiar as lutas concretas dos trabalhadores, seja estimulando a oposição sindical, seja acompanhando as reivindicações que vão sendo levantadas pela classe.(1)

Antè esse novo quadro, o trabalho de organização de base passa a ser uma preocupação apenas do Partido dos Trabalhadores mas dos demais partidos existentes no Município que dentro de sua lógica não podem prescindir da tentativa de cooptar a classe trabalhadora. A greve dos catadores de café, por sua vez, embora tenha feito avançar a consciência política dos trabalhadores e dos demais setores oprimidos, fez com que os partidos burgueses revissem também as suas táticas de cooptção.

São indicadores dessa preocupação a própria escolha de candidatos do PDS e do PMDB. Para o PDS escolheu-se um candidato que, pela sua própria função de Agente Local do Sistema Previdenciário, estava em contato permanente com a classe trabalhadora na sua absoluta maioria ainda despolitizada e fortemente recorrente a esse sistema, devido mesmo às precárias condições de trabalho e de vida em que vive. Para o PMDB, um dos nomes consagrados foi o de José Pedral que historicamente representava o encontro do "elo perdido" das camadas populares do Município.

---

1. Ver o jornal "COIVARA" as 4 primeiras edições. Vitória da Conquista. 1982.

lhante ao do metalúrgico e de outros, inclusive intelectuais".

No entanto, essa vanguarda dos trabalhadores, como o demonstraram os resultados eleitorais de 1982 não foi acompanhada pela grande maioria. O partido dos trabalhadores, embora tivesse concorrido às eleições para a Prefeitura Municipal e à Câmara de Vereadores, não conseguiu sequer eleger um só vereador. Considerando-se, porém, a tradição de dominação e de educação política da burguesia não se pode deixar de reconhecer que a forma como se desenvolveu a campanha, com extrema pobreza, como pobres são também os trabalhadores, mas cheia de intenso vigor não apenas ao nível do discurso, mas sobretudo em termos de testemunho[1], a votação m desta o que o partido obteve, não deixou de representar um salto qualitativo de grande significação ante a situação dominante.

A nível nacional, esse partido assume características comuns também aos partidos burgueses, como a luta interna na disputa pelo poder, a presença de facções dentro do Partido que, na busca costumeira pela sua hegemonia, terminam por conferir à agremiação um certo caráter muito mais de frente de esquerda que de partido propriamente dito em termos de coesão em torno de um ideário político e até mesmo de uma estratégia em busca do poder, a proposta do Partido em Vitória da Conquista assume características bastante diferenciadas.

Haja visto que não se esperou que se avizinhasse a próxima campanha eleitoral para se desenvolver o traba -

1. Presença combativa do PT em apoio ao movimento dos trabalhadores rurais.

Embora tenha saído vitorioso o PMDB, com a eleição de José Pedral, os analistas políticos do Estado e do Município, consideraram que houve um crescimento significativo do PDS pela votação obtida pelo seu candidato mais expressivo Margarida Flores, há , vários anos responsável pelo INPS na região. Não se quer dizer, contudo, que a escolha desses candidatos tenha se dado em função exclusivamente diante da possibilidade que ambos representavam para a cooptação da grande massa de trabalhadores despolitizada, mas que seguramente este fato pesou consideravelmente.

Quanto aos Partidos clandestinos não há registros publicados , dado que àquela época estavam ainda na clandestinidade, Sabe-se no entanto, que a sua ação também era considerável mas ele se dava mais a nível de outros partidos de oposição onde os seus representantes tiveram abrigo.

3.3 - O Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais em Vitória da Conquista

3.3 - MSTR em Vitória da Conquista

Os registros encontrados dão conta de que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória da Conquista surgiu em 1972, em plena vigência da implantação da Previdência Social Rural. Um ex-militante do PCB, Carlos Maia, egresso da região cacaueira da Bahia em razão de dissensões com o seu grupo de origem teria migrado para a região do Planalto de Conquista onde a partir de suas ligações com setores conservadores da ARENA, partido do Governo, com objetivos eleitorais fundou não apenas o Sindicato de Vitória da Conquista mas, os sindicatos de vários outros Municípios da região.

Na época da fundação do Sindicato, já existiam as Comunidades Eclesiais de Base e já estava implantada a cafeicultura atual. Inicialmente, dada as ligações que a Igreja mantinha com os trabalhadores rurais foi buscada a sua colaboração o que não durou por muito tempo. Naquele mesmo ano acirravam-se os conflitos de terra no município e o Sindicato logo revelou a sua opção pelo assistencialismo. No caso concreto das Matas do Pau Brasil, embora o Sindicato tivesse assumido a assistência jurídica aos posseiros logo também estabeleceu vínculos de amizade com o grileiro[1] o que resultou em denúncias de posseiros e assessores ligados aos trabalhos de CEBS por parte do Sindicato aos órgaos de segurança.

---

1. Trata-se de Germano Souza Neves.

Os trabalhadores foram obrigados a renunciar a assistência jurídica do Sindicato e a apelar para a assistência da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado e para a Comissão de Justiça e Paz da Diocese de Vitória da Conquista, Ainda na campanha eleitoral de 1972 o Sindicato recebeu, não se sabe bem a que título, um veículo de um certo[1] Deputado Federal da ARENA, candidato à reeleição, e com o auxílio de um serviço de autofalante móvel circulou em intensa campanha eleitoral em prol desse candidato pelos mais diversos recantos do Município[2]. Enquanto isso, eram intensificadas pelo Sindicato ações assistenciais visando a aposentadoria de trabalhadores idosos, celebração de convênios médico-odontológicos e hospitalares não apenas no Município de Vitória da Conquista mas em diversos municípios limítrofes. Essa participação político-eleitoral do Sindicato se deu em franco desrespeito à legislação sindical brasileira mas ao que se saiba, sequer uma advertência ao Sindicato teria sido feita pelos órgãos do Ministério do Trabalho no Estado ou mesmo de Brasília apesar das frequentes denúncias públicas e mesmo formalizados.

---

1. Trata-se do Deputado João Alves de Almeida remanescente do PTB varguista, hoje pertencente ao PDS.

2. Esta informação foi colhida em vários depoimentos de trabalhadores rurais de Vitória da Conquista, membros das CEBs.

Com este ação assistencial o Sindicato conseguiu angariar a adesão de milhares[1] de trabalhadores que foram se filiando aos seus quadros. As questões trabalhistas que iam aparecendo eram resolvidas na base de acordos lesivos[2] aos trabalhadores fato este que tornou o Sindicato sempre mais próximo dos setores econômicos e políticos conservadores do Município. Daí para a instrumentação eleitoral do Sindicato pelos representantes do Partido do Governo - a ARENA - no município foi um processo rápido e que não sofreu atropelos. Apesar de ter sido fundado em 5 de março de 1972, já por ocasião das primeiras eleições sindicais em 1975, após seu reconhecimento em 19 de junho de 1974, a influência do partido do governo na campanha se deu às claras.

A essa altura, as CEBS, que teriam inicialmente colaborado para a fundação do Sindicato, entenderam que, diante do quadro, teriam de assumir uma posição de confronto com a situação instalada na entidade de classe e resolveram

---

1. Devido a dificuldades apresentadas nos livros de registro da associação do STR de Vitória da Conquista não se sabe ao certo o número exato de associados ao tempo de nossas pesquisas de campo mas os dados colhidos revelam mais de 3.000 sócios.

2. Estes acordos são feitos apenas pelo STR de Vitória da Conquista. Chegava-se muitas vezes, a homologar rescisões contratuais com valores interiores ao estipulado por lei em até 50%.

organizar uma chapa de oposição já no primeiro pleito após o reconhecimento do STR pelo Ministério do Trabalho, 1975.

Apesar da certeza da vitória pelo seu nível de respeitabilidade junto aos trabalhadores, não conseguiram vencer o esquema de vícios que foi implantado para garantir a vitória da situação. Outra tentativa foi feita pela oposição sindical, em 1978, e o desfecho foi o mesmo como foi denunciado publicamente em "Carta Aberta aos Lavradores", impresso datado de fevereiro de 1978, distribuido pela Chapa nº 2. (Medeiros 1979[1]).

Os desmandos administrativos praticados pela diretoria eleita nesse pleito de 1978 foram tamanhos que culminou com a renúncia do Presidente que jamais chegou a ser trabalhador rural, sob suspeita de desvios de recursos financeiros do Sindicato. Os seus sucessores deram curso à linha assistencialista, de estreita aliança com o Partido do Governo e de rechaço às reivindicações trabalhistas e às questões ligadas à terra levadas ao sindicato pelos trabalhadores. Foi essa gestão que teve de enfrentar a mais concreta ação dos trabalhadores rurais sob a inspiração das Comunidades Eclesiais de Base, que chegou a alcançar projeção nacional. Trata-se da luta dos catadores de café por melhorias salariais e pelo estabelecimento de melhores condições de trabalho, o que culminou numa greve que contou com a par

---

1. Op. cit.

ticipação de aproximadamente 40 mil trabalhadores durante dez dias.

A greve foi uma demonstração cabal do quanto se haviam modificado as relações de produção e as relações sociais, na região, a partir da implantação da cafeicultura[1]. Todo esse processo resultou numa redefinição de pauta de produção regional[2], numa acentuada vinculação do sistema produtivo ao mercado tanto de capital, como de trabalho, de insumos ou de produtos como pode ser visto nas tabelas em anexo[3]. O mercado de trabalho que mais interessa considerar, no presente estudo, configurou-se como uma atividade assalariada predominante. No que pese a maioria dos trabalhadores rurais do município ter sido já expropriada, uma considerável parcela da categoria resistia ainda na terra, mas mesmo assim já recorrendo intensamente, em vários períodos do ano, ao trabalho assalariado não apenas o chefe da família, mas a própria mulher e filhos menores. Com as expropriações sofridas, grandes massas de trabalhadores migraram para os centros urbanos que tiveram de abrigá-las com o ônus

---

1. NASCIMENTO, Antonio Dias - A Guerra do Café. In Cadernos do CEAS no 61.

2. Devido a dificuldades

3. Ver tabela 2 e 3.

como vem ocorrendo no Centro Sul do País[1]. Pelos meados da década de 70, nas Comunidades Eclesiais de Base já se refletia com certa frequência a alteração nas relações sociais da região determinadas pela cafeicultura. Em cada encontro de CEBs a questão sempre era tomada como ponto de discussão. Inicialmente foi-se identificando a redução do número de pequenos proprietários e o crescimento desordenado das cidades e das vilas. As palavras de ordem nascidas desses encontros eram sempre de permanecer na terra. A partir de 1978, nas CEBs passou-se a discutir mais frequentemente sobre as relações de trabalho gerados pela cafeicultura, concluindo-se sempre pela necessidade de uma tomada de posição frente à exploração do trabalho que se vinha praticando mais e mais não somente contra os homens, mas contra as mulheres e crianças. No encontro de CEBs realizado no início de outubro de 1979, ficou constatada uma grande maioria de trabalhadores já sem terra, vivendo do salário ganho apenas no tempo de colheita. Terminada esta, muitos ainda continuam migrando para outras regiões como a do cacau, do café no Centro Sul do País, ou mesmo perambulam pela cidade à procura de uma oportunidade de emprego na construção civil, ou ainda passam a viver de biscates.

Foram relatados por diversas comunidades representadas neste encontro algumas frágeis formas de resistên-

---

1. Lembramos os incidentes ocorridos nos anos de 83 e 84 com os "bóias-frias" de São Paulo.

cia. Essas formas variavam de lugar para lugar. Ora, é um pequeno grupo que exige melhor preço pela lata de café colhido, ora é uma exigência por melhores condições de trabalho, como alojamento, botas ou transporte, etc. Mas tudo muito isolado e sem maior alcance, isto é sem nenhuma combinação prévia entre os diferentes grupos e as repercussões dessas lutas não iam além das fazendas, onde se davam essas manifestações de resistência.

Diante dessa situação, ao final deste encontro, ficaram marcadas duas grandes assembléias a nível de categorias. Uma de assalariados para discutir possíveis mobilizações na safra de 1980 e outra, de pequenos proprietários no sentido de levantar também questões específicas como defesa da produção, condições de transporte, garantia da terra,etc. Para garantir o êxito dessas assembléias foram programadas pequenas assembléias ou mini-encontros em diferentes lugares como preparação discutindo questões e levantando possíveis reivindicações .

Em 3 de novembro de 1979, reuniram-se novamente em Vitória da Conquista 28 pessoas dentre as quais 23 trabalhadores rurais e cinco assessores e agentes de pastoral para definir várias questões entre elas uma coordenação provisória do movimento dos assalariados, data da Assembléia Geral (20 de abril, possivelmente), intensificar encontros

---

1. Relatório de Trabalho a Assessocia do CEAS - Outubro de 1979.

nos povoados e a realização de um novo encontro dessas pessoas para se fazer um balanço do andamento da campanha. Oito trabalhadores foram escolhidos para integrar a coordenação inicial do movimento. Ficou definido ainda que a coordenação se reuniria a cada quinze dias, aos sábados, a partir do 1º sábado de dezembro, para sintetizar as notícias e preparar um boletim para ser encaminhado às comunidades[1].

Na reunião de dezembro já foram levantados os primeiros pontos a serem reivindicados e foi preparado um questionário para ajudar aos animadores e levantarem a discussão nas comunidades. Foi visto ainda com ajuda da Assessoria do CEAS, que os resultados dessa Assembléia, programada para abril, somente poderiam produzir efeitos jurídicos favoráveis aos trabalhadores caso ela passasse pela convocação do Sindicato. Decidiu-se pela feitura de um abaixo assinado com um maior número possível de assinaturas para ser encaminhado ao Sindicato e, em caso de recusa deste, à FETAG e à CONTAG sucessivamente. Por último ficou marcada uma nova reunião para o dia cinco de janeiro[2].

Compareceram mais de 20 trabalhadores à reunião de cinco de janeiro, mas não se encaminhou muita coisa porque a maioria do pessoal que integrava a coordenação não es

---

1. Relatório de Trabalho a Assessoria do CEAS - Novembro de 1979.
2. Relatório de Trabalho a Assessoria do CEAS - Dezembro de 1979.

tava presente. Fêz-se um ligeiro balanço de como se desenvolvia a campanha, o andamento do abaixo assinado e marcou-se uma nova reunião para o dia 20 de janeiro com a seguinte pauta: Propaganda; Núcleos de apoio; Reestruturação da Coordenação; Contrato de Trabalho (possível minuta)[1].

Na reunião de 20 de janeiro compareceram mais de 50 trabalhadores. Constituiu-se em definitivo a Coordenação. Marcou-se o prazo para recolhimento das listas e o dia 25 de fevereiro para entrega do abaixo-assinado ao Sindicato. Constituiu-se também uma comissão de 20 representantes de comunidades para ir fazer a entrega do abaixo assinado. Marcaram-se os prazos de cobrar a resposta do Sindicato, possível encaminhamento do abaixo assinado à FETAG ou à CONTAG e ao Ministério do Trabalho, caso fosse necessário.[5]

As listas de assinaturas do abaixo assinado não haviam chegado todas, mas no dia 25 de fevereiro já eram 1065 assinaturas. Chegada a ocasião da entrega do documento ao sindicato muitos membros da Comissão escolhida para contato com o Sindicato saíram de véspera dos seus locais de morada para chegar cedo a Vitória da Conquista no dia 25/2/80. Teve-se, inclusive, de improvisar um almoço coletivo na Paróquia das Graças para os que vieram de longe e não tinham

---

1. Relatório de Trabalho - Assessoria do CEAS - 7 de janeiro de 1980.
   Relatório de Trabalho - Assessoria do CEAS - 21 de janeiro de 1980.

para onde ir. "Às 13:30 horas a turma rezou, pediu a companhia de Jesus Cristo, e em seguida partiu-se em grupo para o Sindicato. Eram 21 ao todo"[1].

No Sindicato o Presidente relutou em receber o documento. Meio assustado, tentou convencer o pessoal de deixar a entrega para oito dias mais tarde, mas o grupo se manteve firme e coeso e cumpriu à risca a missão que lhe fora delegada pelas CEBs. O Presidente do Sindicato não só recebeu o abaixo-assinado, como passou recibo ato necessário caso se tivesse de recorrer à FETAG e à CONTAG. Na sede do Sindicato, haviam mais de 20 trabalhadores que estavam lá para resolver outros problemas mas, quando ouviram a discussão entre o Presidente e a Comissão, acabaram engrossando o grupo que, ao final, já contava com mais de 50 trabalhadores[2].

Saída do Sindicato a Comissão de trabalhadores foi procurar os correspondentes dos Jornais existentes na cidade, como também as redações dos próprios jornais locais para entregar um "press release" relatando a situação dos trabalhadores do café e falando do movimento que estava em andamento. Enviaram também correspondência à FETAG e à CONTAG falando da situação de exploração que estavam vivendo e da

---

1. Depoimento da Irmã Estela em 28/02/80 ao autor.
2. Depoimentos dos Integrantes da Comissão ao autor em março de 1980.

sua intenção de levar à frente um movimento reivindicatório e pedindo que essas entidades entrassem em contato com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória da Conquista em apoio ao movimento.[1]

No sábado seguinte 1º de março, houve nova reunião da Comissão para avaliar as atividades desenvolvidas até a data, e deliberar sobre os passos seguintes. Nesta reunião chegaram notícias de que as propagandas elaboradas pela coordenação estavam sendo bem aceitas. As discussões estavam sendo bem animadas pelo interior, chegando a ter lugares onde se estava fazendo mais de uma reunião por semana. Nesta reunião, a Comissão de Coordenação já havia recebido comunicado escrito da FETAG e da própria CONTAG solidarizando-se com o pessoal e prometendo que estaria em Vitória da Conquista no dia 15/3 para discutir com o pessoal o encaminhamento da campanha.

A esta altura já é do conhecimento dos trabalhadores que a Diretoria do Sindicato não estava disposta a convocar a Assembléia para a realização do Dissídio e, muito menos, se fosse convocada de acordo com a Lei de Greve. O próprio assessor jurídico do Sindicato já havia ameaçado demitir-se do Sindicato caso a Diretoria cedesse às pretensões dos trabalhadores. Também já havia alcançado boa reper

---

1. Relato da Irmã Estela - 28 de fevereiro de 1980.
2. Relatório do Trabalho da Assessoria Rural do CEAS 3 de março de 1980.

cussão na opinião pública a notícia do movimento dos trabalhadores. Todos os jornais locais deram com destaque a notícia[1].

Para a FETAG havia uma questão a ser resolvida: não pretendia posicionar-se frontalmente contrária à Diretoria do Sindicato; mas não podia deixar de apoiar às reivindicações dos trabalhadores, mesmo reconhecendo que o movimento reinvindicatório teria partido do seio das CEBs. Por outro lado, já era de conhecimento público a disposição dos trabalhadores de levarem o seu movimento avante mesmo sem o apoio das entidades sindicais em caso de recuo, como também a própria CONTAG já havia manifestado seu apoio aos trabalhadores e conclamado o Sindicato Local e a própria FETAG para que dessem total apoio ao movimento.

No dia 15 de março, como havia sido combinado com a Comissão Salarial, representantes da FETAG chegaram a Vitória da Conquista. Inicialmente mantiveram contato com a Diretoria do Sindicato que tentou convencer os membros da FETAG que este movimento não tinha respaldo dos trabalhadores e que não passava de uma manipulação da Igreja[2]. Poste

---

1. - Tribuna do Café - 27/02/80 la. página
   - Correio da Bahia - 28/02/80 página 7
   - A TARDE - 29/02/80
   - ABC - 30/02/80 São Paulo
2. Depoimento de dirigentes sindicais da FETAG em abril de 1980.

riormente, numa reunião conjunta entre os representantes da FETAG, a Diretoria do Sindicato Local e a Comissão Salarial, encontrou-se uma forma para avançar. A FETAG propôs que fosse convocada uma Assembléia de Consulta aos Trabalhadores, apesar do volumoso abaixo assinado que já havia sido entregue ao Sindicato. As partes aceitaram e ficou marcada uma Assembléia para o dia 12 de abril, no Estádio Municipal[1].

Entre os membros da Comissão Salarial e a sua assessoria durante esse período de preparação para a Assembléia de consulta, enquanto se desenvolvia uma intensa mobilização no sentido de se obter um número significativo de trabalhadores, foi também sendo discutida qual seria a melhor forma para se encaminhar o dissídio coletivo: se de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho apenas, ou se de acordo com a Lei de Greve (Lei nº 4.330 de maio/64). Parte da Assessoria achava que de acordo com a CLT, simplesmente, embora representasse um passo mais demorado para a conquista do Dissídio, contudo, se teria o ganho da acumulação de experiência e inclusive a facilidade para uma possível utilização da lei de greve em ocasiões posteriores. Outra parte, porém, achava que a Lei de Greve, apesar dos seus entraves, a paralização, caso se chegasse a ela, poderia ser

---

1. Relatório de Trabalho - Assessoria Rural do CEAS- 17 de março de 1980.

um instrumento de pressão e de mobilização que resultaria numa agilização das negociações[1].

Chegou-se afinal ao dia 12 de abril com o elenco das reivindicações já definido para ser submetido à Assembléia de consulta. Não se tinha porém a forma definida de encaminhamento. Para esta Assembléia, o Sindicato não tinha feito sequer a solicitação do Estádio à Prefeitura como havia sido combinado na reunião conjunta de 15 de março, muito menos convidar trabalhadores. Mesmo assim compareceram cerca de mil trabalhadores, vindos de diferentes partes do Município. A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG enviou para representá-la e hipotecar a sua solidariedade um dos seus assessores jurídicos especializado em questões dessa natureza.

Muitos policiais estiveram presentes à Assembléia munidos de gravadores e máquinas fotográficas, mas, mesmo assim, durante a fala dos representantes da FETAG e da CONTAG, muitos trabalhadores aparteavam para fazer denúncias contra a diretoria do Sindicato que sequer assistência jurídica prestava, relatando como testemunho vários casos, inclusive uma questão que envolvia um grupo de 200 famílias de posseiros que estava sendo expulso de suas terras por um grileiro com a conivência das autoridades judiciárias e po-

---

1. MEDEIROS, Ruy. A Greve dos Trabalhadores na Cultura do Café. In Cadernos do CEAS, nº 70 pag. 51.

liciais[1]. Neste caso, segundo a denúncia dos trabalhadores, a Diretoria do Sindicato não apenas deixou de dar a devida assistência jurídica aos associados como se compôs com o grileiro e ainda denunciou o advogado da Comissão de Justiça e Paz da Diocese de Vitória da Conquista aos órgãos de segurança como agitador, pelo fato de assumir gratuitamente a defesa dos posseiros depois da recusa por parte da Diretoria do Sindicato em acompanhar o processo jurídico.

Ao final, por aclamação, depois de muitas discussões e esclarecimentos, os trabalhadores acabaram aprovando a convocação da Assembléia Geral para autorizar o Sindicato a promover o Dissídio Coletivo como exige a Lei. Não foi colocada para a Assembléia a questão da escolha da forma de encaminhamento do Dissídio. Esta questão acabou sendo resolvida no mesmo dia mas numa reunião, posterior à Assembléia, entre a Diretoria do Sindicato, FETAG, CONTAG, Comissão Salarial e Assessoria. Considerou-se que a experiência já acumulada por trabalhadores rurais assalariados de outras regiões do País recomendava a forma da Lei de Greve.[2]

Foi marcado o dia 28 de abril, tudo em acordo com os ditames da Lei. Não se podia marcar data posterior porque foi considerado que o início da safra estava iminente e

---

1. Trata-se do caso da Fazenda Pau Brasil, relatado anteriormente.
2. Relatório do Trabalho - Assessoria Rural do CEAS- 13 de abril de 1980.

a melhor ocasião para as negociações era esta. Trabalhou-se duramente em todo o Município, propagando-se a necessidade de comparecer à Assembléia, discutindo-se as reivindicações e a disposição de chegar-se à greve, caso as reivindicações não fossem atendidas nos prazos da Lei. Por todas as vilas andaram os membros da comissão salarial com auto-falante nas feiras, realizando pequenos comícios e distrinuindo boletins sobre o movimento.

Ainda na reunião de 15 de março, ficou acertado que a FETAG assumiria a convocação da Assembléia dos Trabalhadores do Município de Barra do Choça, vizinho a Vitória da Conquista e principal reduto de trabalhadores da região. Foi visto que a realização do Dissídio em Vitória da Conquista apenas, sem a participação dos trabalhadores de Barra do Choça era como se levasse adiante um movimento reivindicatório sem a maioria dos interessados.[1]

Apesar de não haverem CEBs em Barra do Choça, a mobilização para o movimento tornou-se possível através do conhecimento que os membros das CEBs de Vitória da Conquista tinham com trabalhadores de Barra do Choça e, sobretudo, o empenho da FETAG. A campanha em Barra do Choça, teve apenas pouco mais de um mês. A costumeira tranquilidade dos fazendeiros em relação a movimentos de trabalhadores de repente se viu perturbada, tendo inclusive alguns deles ensaiado

---

1. MEDEIROS, Ruy. op. cit, pag. 46.

atitudes de agressão a membros da FETAG designados para o trabalho de mobilização, sendo necessário inclusive a intervenieñcia de lideranças políticas locais visando acalmar os ânimos. Mesmo assim não faltou a presença ostensiva de conhecidos pistoleiros da região em várias das reuniões realizadas pelo Município, tendo sido detonada ainda uma bomba de baixo teor explosivo na sede do Sindicato Local[1].

No dia 28 de abril[2], apesar de ser uma segunda-feira, dia útil para o trabalho, e da "garoa" que começou a cair pela madrugada e se prolongou até a manhã do dia seguinte, foram chegando caminhões e mais caminhões carregados de trabalhadores. Eram homens e mulheres de todas as idades e muitos trouxeram os próprios filhos por não terem com quem deixá-los que iam chegando de todos os recantos. Alguns chegavam ao Estádio Edvaldo Flores silenciosos com os músculos tensos, por falta de agasalho contra o intenso frio, outros, mais barulhentos, como em dias normais de trabalho, mas, de pronto, todos iam-se identificando como associados do Sindicato e tendo acesso ao interior do Estádio Municipal.

---

1. Entrevista com dirigentes da FETAG e Trabalhadores de Vitória da Conquista em abril de 1980.
2. Relatório de Trabalho- Assessoria Rural do CEAS - 29/30 de abril de 1980.
   MEDEIROS, Ruy op. cit. CONTAG. O Trabalhador Rural. Jan/Fev. 1981. pag. 73/90.

Já nesse momento se percebia que a absoluta maioria das pessoas presentes ao Estádio já ultrapassava em muito o número de membros das CEBs (Cerca de 3.500 pessoas),dado que enquanto se aguardava a abertura dos Trabalhos da Assembléia a comissão que ficou encarregada de iniciar os cantos de animação das CEBs já não era mais acompanhada pela maior parte da massa humana ali presente.

A abertura dos Trabalhos coube ao Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória da Conquista, que apenas declarou abertos os trabalhos, fez a leitura da ordem do dia e, em seguida, passou a palavra ao Presidente da FETAG. - Em breve alocução aos trabalhadores o então Presidente da FETAG revelou a sua insegurança na condução do movimento. Aconselhou aos trabalhadores dizendo que "trabalhador não precisa fazer greve e certamente ia-se chegar à vitória das rivindicações sem ser necessário usar este recurso".

Em seguida teve a palavra um membro da Comissão Salarial que fez a leitura de todas as reinvindicações que deveriam ser propostas aos patrões. Foram aprovadas pela Assembléia todas as reivindicações sem reservas, inclusive ficou aprovado também que a Diretoria do Sindicato reconheceria a Comissão Salarial na Mesa das Negociações. Esta participação da Comissão Salarial nas negociações diretas foi mais um ganho para o movimento de organização de base.

Feito isso passou-se ao processo de votação como exige a Lei nº 4.330. (Escrutínio secreto, cabine indevassá

vel, escolha entre cédulas "sim" e "não", presença de representantes de Ministério Público, etc). Formaram-se extensas filas ante às mesas de votação. Enquanto se desenvolvia a votação um grupo de teatro constituído de jovens trabalhadores rurais apresentou uma peça montada por eles mesmos retratando a sua realidade.

A votação terminou ao final da tarde, mas não pôde ser apurada de imediato, devido à ausência do Promotor que havia sido designado. Votaram em Vitória da Conquista mais de dois mil trabalhadores rurais[1] e em Barra do Choça mais de mil. Em Barra do Choça, por falta de reconhecimento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais pelo Ministério do Trabalho, foi a própria FETAG que presidiu a Assembléia e promoveu todos os atos necessários para o encaminhamento das negociações como manda a Lei.

Apesar da Lei de Greve mandar que a apuração seja imediatamente ao finalizar a Assembléia que autoriza o movimento, em vista mesmo dos prazos subsequentes como notificação aos proprietários e suas entidades representativas de classe, convocação pelo Ministério do Trabalho das partes para tentativa de negociação amigável e posterior encaminhamento a Dissídio (em caso necessário), a apuração só se verificou quatro dias depois. Mesmo assim, em Vitória da Conquista, dos mais de dois mil votos foram reconhecidos como

---

1. TRIBUNA DA BAHIA. Edição 29/04/80.

válidos apenas 1530, dentre os quais apenas 7 votaram contrários à greve. Em Barra do Choça, dentre os 1.500 votos não houve nenhum contrário[1].

O Ministério do Trabalho, que deveria ter promovido a negociação cinco dias após serem conhecidos os resultados da apuração da votação da Assembléia que deliberou a greve como manda a Lei, somente no dia 9 de maio (sábado) é que promoveu a tentativa de conciliação entre as partes. As negociações demoraram nove horas, apesar de que 60% das reivindicações já estavam previstas na Lei e não haver como os patrões se recusarem a aceitá-las, segundo declaração do próprio Delegado Regional do Trabalho aos jornais. Mesmo assim não se chegou a um acordo definitivo quanto ao salário pretendido pelos trabalhadores e o oferecido pelos patrões.

Não tendo havido acordo entre as partes, as entidades sindicais decretaram, enfim a greve, a partir de zero hora do dia 11 de maio. O Delegado Regional do Trabalho declarou que a greve obedeceria rigorosamente a Lei nº 4.330 de 1º/6/64. "A reunião, esse foi o relato do Delegado do Trabalho ao Governador e à Imprensa em Salvador, transcorreu dentro de muita ordem, mostrando-se as partes muito tranquilas. O ponto de conflito foi, segundo ele, o problema das diárias; os trabalhadores reivindicam Cr$220,00, enquanto os proprietários oferecem Cr$110,00, depois dos debates, os

---

1. A TARDE. Edição de 03/05/80.

trabalhadores chegaram a Cr$175,00 e os patrões a Cr$130,00, tendo a Delegacia Regional proposto Cr$155,00 que não foi aceito pelos patrões"[1].

"No dia 12 de maio, segunda-feira, os comandos de greve postaram-se em pontos estratégicos (início de estradas gerais para as fazendas). Caminhões foram parados e muitos trabalhadores, convidados a aderir ao movimento grevista, abraçaram a causa, saltando das carrocerias"[2]. Por seu turno, o Presidente da Cooperativa Mista Agropecuária, Guilherme Lamego, que congrega os fazendeiros da região, declarou à imprensa que "a greve está em andamento por um grupo de 54 "agitadores" com o apoio de quatro ou cinco padres das Graças, que estão mantendo estes elementos com roupas, comida e bicicletas (esta última, segundo Guilherme, seria uma forma de aliciamento por presentes). Ainda, garantia Lamego, que todos os trabalhadores estão nas fazendas (apenas o pequeno grupo está nas estradas tentando impedir o trabalho" o que é ilegal").

Por outro lado, falando em nome do comando de Greve, o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória da Conquista rebatia as declarações de Lamego, declarando aos jornais parte das propriedades nos dois municípios estava com suas colheitas paradas: "Cerca de 200 pessoas estão integrando os 10 comandos de greve que se espa

---

1. JORNAL DA BAHIA. Edição de 13/5/80
2. MEDEIROS, Ruy - CEAS nº 70.

lharam pelas regiões, conversando e convencendo os trabalhadores a não realizarem os serviços. Os piquetes estão se processando, mas de maneira pacífica, apenas com o objetivo de convencer as pessoas que ainda não aderiram ao movimento".

Para Lamego, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais está apoiando o movimento grevista não por vontade própria, mas devido a pressões exercidas pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado (FENAG) e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Além disso, informamos, estão em Conquista elementos da Comissão Pastoral de Terra de Pernambuco, fomentando o movimento. (Jornal da Bahia 14/5/80).

Do lado dos patrões as negociações tiveram de ser encaminhadas pela FAEB - Federação da Agricultura do Estado da Bahia pelos fazendeiros de Vitória da Conquista e pelo Sindicato Rural de Barra do Choça, em função de não existir Sindicato Rural em Vitória da Conquista. Depois de terem fracassado as negociações, já na terça-feira, o Presidente da FAEB declarava aos jornais que existia "um determinado número de pessoas entre estudantes universitários indivíduos estranhos à comunidade conquistense que estavam sendo pagos para arregimentar os trabalhadores, promovendo focos de perturbações e desordem em Vitória da Conquista".

"Estes indivíduos estariam, segundo o Presidente da FAEB, sendo pagos pela Igreja Nossa Senhora das Graças,

em Conquista... e teria chegado a essas conclusões por investigações feitas na cidade"[1].

Na quinta-feira, dia 15 de maio, chegava a Vitória da Conquista o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, depois de ter presidido em Brasília uma reunião do Conselho de Representantes da CONTAG Nessa reunião os presidentes das 21 Federações de trabalhadores rurais de todo o Brasil haviam hipotecado irrestrita solidariedade aos trabalhadores de Vitória da Conquista e voltaram para os seus Estados com o intuito de não apenas de mandar ajuda em pessoal técnico, mas, sobretudo, em recursos para o fundo de greve que já se tinha formado tão logo foi deflabrada a greve.

Nesse dia entrou em ação o aparelho repressivo do Estado. Ainda pela manhã, o comando da Polícia Militar sediado em Vitória da Conquista ordenou a uma viatura que acompanhasse cinco caminhões com cerca de 300 trabalhadores (bóias frias) na estrada de acesso a Barra do Choça, contratados para substituir grevistas. Também os fazendeiros passaram a agir violentamente em complementação à repressão policial. Uma nota do Comitê de Solidariedade aos Trabalhadores Rurais de Conquista e Barra do Choça, formado em Salvador, ainda nos primeiros passos do movimento reivindicató-

---

1. A TARDE Edição 14/5/80.

rio dava conta de que um certo fazendeiro conhecido por Ferreira e seus jagunços, com a ajuda de policiais, saíram à procura de um trabalhador que, segundo eles, tinha posição de liderança no movimento na região Inhobim. A mesma nota denuncia que alguns patrões estavam colocando policiais dentro de suas propriedades. Além de provocações constantes nas Assembléias de trabalhadores, o Comitê denunciou a agressão física sofrida pelo assessor jurídico da CONTAG, atingido por um fazendeiro.

Segundo Ruy Medeiros[1], "o movimento seguiu com altos e baixos com tendência maior ao declínio tendo em vista a atuação da polícia, desmobilizando comandos, servindo de "batedora" aos caminhões que transportavam trabalhadores, intimando líderes, impedindo o aliciamento pacífico, divulgando notas facciosas, através do rádio. O fato da greve ter sido declarada Legal não impediu a atuação ilícita da força policial. Para neutralizar a repressão policial foram adotadas algumas medidas como: a) denúncia dos fatos à opinião pública; b) contatos com a DRT e com o Ministério do Trabalho; c) contatos de persuasão com o Comando do 9º Batalhão de Polícia Militar; d) ação criminal contra o Comandante de Polícia, conforme prevê a própria Lei 4.330".

Em função disso, a CONTAG, FETAG e o STR de Vitória da Conquista enviaram telex ao Governador do Estado e

---

1. Cadernos do CEAS nº 70. 1980

demais autoridades com o seguinte teor: CONTAG, FETAG e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória da Conquista, protestam junto a V. Excelência interferência indevida da PM, coagindo o Comando de Greve, impedindo o aliciamento e a propaganda pacífica de sua greve legal por melhores condições de vida e trabalho dos assalariados do café. Ademais, PM comportando-se de modo ilegal, divulgando nota facciosa da rádio local, fazendo propaganda patronal, alegando aos trabalhadores rurais desconhecer a legalidade de movimento, reconhecido publicamente pela DRT e pelo Governo. As entidades de classe supracitadas reiteram obedecimento das exigências da Lei e mostrando-se inconformadas atitude policial, esperam V.Excia providências que o problema urge e requer". Apesar dos protestos a ação policial continuou intangível.

A ação criminal deveria ser impetrada formalmente pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória da Conquista. "O Sindicato não assumiu a medida de ação criminal (depois de redigida a peça), e as demais medidas, embora tivessem efeitos secundários, não atingiram seus objetivos, principalmente pelo apoio político local que a polícia obteve de setores patronais. O próprio Governador do Estado,não só deixou de atender aos protestos das entidades representativas dos trabalhadores, como passou a assumir o patrocínio dos fazendeiros, através de declarações aos jornais e mantendo impune a atitude da polícia militar.

Essa atitude do Sindicato reaparece como mais uma

tentativa da sua diretoria para inviabilizar o movimento reivindicatório. Mesmo sendo obrigado, por força da decisão das Assembléias que desembocaram na Greve, a integrar o comando geral não deixou de assumir atitudes divisionistas e contrárias ao movimento. Poucos dias após a realização da Assembléia do dia 28 que deliberou pela Greve, caso fosse necessária, emitiu nota, já naquela ocasião insinuando descorrelação de forças e desaconselhando os trabalhadores a seguirem os falsos líderes e desestimulando a paralização. A nota foi amplamente divulgada por uma emissora local e pelo jornal local "A Tribuna do Café".

Enquanto isso, a cada dia que passava, as dificuldades para o curso do movimento se avolumavam. A ação policial encontrou na fome que passou a existir entre os grevistas um dos trunfos principais para impedir prosseguimento da paralização. É que as arrecadações realizadas a nível local e mesmo em outros lugares do Estado e mesmo do País já não estavam sendo suficientes para a compra de alimentos em quantidade suficiente, ou mínima que fosse para o número cada vez mais crescente de trabalhadores que recorriam ao Fundo de Greve para se manterem paralizados.

Somente no dia 21 de maio é que veio a ser iniciado no Forum de Vitória da Conquista, dez dias após iniciada a paralização, a primeira audiência de conciliação entre as partes. Neste mesmo dia o Comando da Greve reuniu-se com a presença de pouco mais de trinta trabalhadores ativistas e assessores do movimento e logo passou a discutir a maneira

de suspender a greve, em lugar de discutir a maneira de como continuar o movimento. Dessa reunião ficou decidida a suspensão da greve e no dia seguinte, 22 de maio, com realização de Assembléias em Vitória da Conquista e Barra do Choça, em que as lideranças avaliaram com os trabalhadores as vantagens e desvantagens do movimento, a greve foi formalmente suspensa.

Fracassou a tentativa de acordo da Justiça do Trabalho em Vitória da Conquista, onde os trabalhadores já aceitavam a diária proposta pelo Delegado Regional do Trabalho de Cr$155,00 e os patrões mantiveram-se inarredáveis em torno de Cr$130,00. O Juiz tentou uma conciliação em torno de Cr$142,50 de antemão rejeitada pelos produtores alegando não poder contrariar o disposto na Assembléia da classe,que estabeleceu como pagamento máximo Cr$130,00. A audiência durou apenas duas horas e diante do impasse foi encerrada a sessão e remetidos os autos ao Tribunal Regional do Trabalho em Salvador para julgamento do Dissídio.

Somente no dia 16 de setembro de 1980, foi julgado o Dissídio Coletivo pelo Tribunal Regional do Trabalho em Salvador. As decisões foram na absoluta maioria favoráveis aos trabalhadores, mesmo porque não havia como negá-las por serem já asseguradas por Lei. As principais reivindicações foram decididas pela Justiça do Trabalho conforme se pode ver em anexo. Mas, quando veio, afinal, a decisão do Tribunal Regional do Trabalho, a colheita já havia passado. O poder de barganha direta dos trabalhadores com seus empre

vidas por certas categorias de trabalhadores urbanos em especial do setor metalúrgico.

Toda a movimentação dos setores democráticos da sociedade brasileira de alguma forma, não só influiu para o crescimento do nível de consciência dos trabalhadores, rurais que dela tomou conhecimento, ora através do sistema de comunicações primárias, ora através da imprensa democrática, ora pela própria imprensa mais controlada e posta a serviço do sistema e do regime. Aliás, as informações sobre lutas dos outros setores muitas vezes chegaram ao campo através da própria atuação sindical. É de se entender que a própria possibilidade de atuação sindical dos trabalhadores rurais encontrou o seu respaldo na grande frente que se foi formando no Brasil principalmente a partir de 1974.

Embora como proposta, e como possibilidade, já estivesse presente a questão da Delegacia Sindical de Base, desde a criação do movimento na década de 60. Na maioria das vezes, eles cumpriram papéis burocráticos como já foi referido anteriormente mas, a partir do final da década de 70, as Delegacias Sindicais de Base passam a ser vivamente estimuladas como formas de melhor organizar a resistência para oferecer uma resposta, não apenas à ação desenfreada do capitalismo no campo, sobretudo nas áreas de expansão da fronteira agrícola e na área da monocultura da cana do Nordeste, mas também como forma de buscar uma participação maior na vida política nacional. Assim, o trabalho educacional e o trabalho jurídico do movimento foram perdendo a sua força, e a expressão, ante esse novo momento de resistência organiza

gadores praticamente inexistia naquele momento e restava apenas a possibilidade de se cobrar judicialmente as respectivas diferenças salariais.

Após esse desfecho, dentre os vários caminhos que poderiam ser escolhidos pela vanguarda do movimento, dois deles se apresentaram com maior ênfase: o primeiro seria intensificar o trabalho nas bases para difundir as conquistas do Dissídio Coletivo, através de encontros regionais de trabalhadores, nos mesmos moldes em que foi desenvolvida a campanha preparatória para o Dissídio, cobrando assembléias do Sindicato e mesmo encaminhando ações coletivas pelo cumprimento do Dissídio. Essa alternativa, segundo os que a defendiam, além de reforçar o movimento de base, colocaria ainda à prova a diretoria do Sindicato e, por certo, diante do recúo do sindicato considerando-se a sua história anterior de infidelidade aos trabalhadores, estaria também sendo preparadas as condições políticas para uma vitória da oposição sindical num próximo pleito.

Uma outra alternativa seria a de lançar-se, desde já, à luta pela conquista da direção do Sindicato uma vez que se avisinhava o período de renovação da diretoria e o próprio movimento reivindicatório havia colocado essa necessidade, mais uma vez, de modo contundente. Os defensores dessa proposta achavam que, mesmo não tendo se tornado públicos os fatos que mais depunham contra a diretoria do sindicato, como foi o caso da negativa de requerer judicialmente a punição para os empregadores que atentaram contra a lei de greve, substituindo os grevistas e contra a

autoridade policial que coagiu os trabalhadores que faziam o aliciamento pacífico, achavam que a firmeza de atuação da vanguarda durante o movimento reivindicatório seria suficiente para legitimá-la, junto às bases dos trabalhadores, a ponto de assegurar-lhe todas as possibilidades de êxito eleitoral.

Pesados os prós e os contras de ambas as alternativas optou-se pela segunda. Constituiu-se, depois de um período de consulta às bases, uma chapa de oposição, integrada na sua quase totalidade por lideranças que se destacaram nas diversas campanhas, feitas no município pelos trabalhadores rurais. Contudo, não se avaliou cuidadosamente que as condições que possibilitaram os vícios nas eleições anteriores ainda não haviam sido removidas e, mesmo diante da consistência da argumentação dos defensores da alternativa escolhida, as possibilidades de viciar a eleição eram as mesmas das duas vezes anteriores.

Apesar do intenso trabalho de mobilização para assegurar uma vitória expressiva, as eleições terminaram num ruidoso processo judicial que culminou com a sua anulação. Mas ao chegar-se ao fim da demanda já havia decorrido mais da metade do mandato e o Ministério do Trabalho que havia cometido o arbítrio de empossar a diretoria eleita sob contestação e sem sequer haver apurado as denúncias de fraude da oposição, em vez de ordenar a convocação de novas eleições, optou pela nomeação de uma Junta Governativa para o Sindicato para finalizar o mandato, constituída por elemen

tos de confiança da antiga diretoria[1].

Além de não se haver logrado a vitória esperada, também não se teve condições de levar à prática efetiva as conquistas obtidas pelo Dissídio Coletivo e sequer se conseguir realizar o Dissídio nos anos subsequentes. Logo após a campanha eleitoral do sindicato veio o período de eleições para Governo do Estado, Prefeitura Municipal, Congresso Nacional, Assembléia Legislativa e Câmara de Vereadores. Novamente a vanguarda do movimento se empenhou nesse processo. Acontece que dessa vez não mais coesa como nos acontecimentos anteriores. Uma parcela marchou com o Partido dos Trabalhadores e a outra marchou com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro[2].

No que pese não ter sido eleito nenhum candidato do Partido dos Trabalhadores, a campanha serviu para desenvolver uma certa educação política na perspectiva dos trabalhadores. Contudo, o movimento dos trabalhadores como categoria entrou em refluxo e, de certo modo, envolvido numa certa perplexidade. É que a vanguarda mais politizada passou a agir mais do ponto de vista político partidário, enquanto que a coordenação do trabalho de Comunidades Eclesiais de Base teve de passar por um longo processo de avaliação,

---

1. Relatório da Assessoria Rural do CEAS de dezembro de 1982.
   Relatório da Assessoria Rural do CEAS junho de 1981.

para que pudesse maturar os questionamentos deixados pelo movimento reivindicatório de 1980.

Dentre os questionamentos deixados pelo movimento, para as CEBs estava o posicionamento do Governo Diocesano que em plena greve, ao ser procurado pela Comissão Salarial em busca de apoio, desaconselhou o movimento, ante as pressões que os fazendeiros de café passaram a exercer junto aos coordenadores do trabalho de CEBs da Paróquia de N.S. das Graças, como junto ao Bispo. Os fazendeiros alegavam que eram tão cristãos e tão católicos quanto os trabalhadores e além do mais contribuiam com a manutenção da Igreja muito mais que os trabalhadores e, no entanto, os padres estariam utilizando a ajuda que deles recebiam para insuflar os trabalhadores contra os fazendeiros[1].

Uma outra questão que se havia levantado é que o movimento grevista teria sido uma iniciativa acima das possibilidades de resistência das CEBs e que ele teria sido forçado a partir da influência da assessoria. Não se tendo levado em conta, nesse julgamento, a história de resistência de vários anos já vivida pelos membros das CEBs, tanto na cidade como no campo, e com um considerável elenco de vitórias entre as quais a luta dos posseiros do Pau Brasil.

---

1. Depoimento da Comissão Salarial em maio de 1980.

Após o período eleitoral de 1982, retomou-se o trabalho sindical, buscando-se organizar a partir das CEBs as delegacias sindicais de base com vistas não apenas à celebração de novo Contrato Coletivo de Trabalho e retomada da direção do sindicato, como objetivos mais imediatos, mas levar adiante a superação do corporativismo sindical mediante a discussão e tomada de posição dos trabalhadores, ante as grandes questões da sociedade.[1]

---

1. Depoimento colhido no Encontro da CEBs, Janeiro de 1985.

C O N C L U S Ã O

A título de considerações finais ou conclusão, pretende-se levantar as questões que emergiram ao longo do trabalho e que, longe de se constituir em uma resposta final, sustentada por uma pesquisa empírica , são muito mais uma proposta de reflexão .

A partir da análise de uma conjuntura crítica, a greve dos trabalhadores do café , em Vitória da Conquista e Barra do Choça, em 1980 , na qual estiveram evidentes ou expostas, concomitante e contraditoriamente, várias práticas alternativas de organização popular e dentre elas a organização pela base, resultado de uma experiência da Igreja, sugere-se uma pauta de aspectos que merecem uma reflexão mais atenta ou demorada . São eles:

A " organização de base " é uma alternativa popular de intervenção política que surge no seio da comunidade natural como consequência da necessidade de recuperação da cidadania , principalmente em momentos de crise e de desarticulação política ;

Embora possa ser reforçada por uma ou mais instituições , a " organização de base " não tem nelas a sua origem e sim nas condições objetivas vividas pelas comunidades naturais ;

A " organização de base " , desse modo, surge como necessidade dos setores oprimidos de oferecer uma resistên-

cia a toda espécie de denominação estrutural, na medida em que ela começa com a tomada de consciência dos seus direitos , tanto por parte dos indivíduos, como por parte do coletivo , daí partindo em defesa ou conquista do seu espaço sócio-político .

Ao que sugere a investigação , a "organização de base " se estrutura como organização de classe e não como organização de poder da classe . Ela entra e sai da política preservando sua natureza . Deste modo,o que se ressalta é que a organização de base não é, rigorosamente, uma forma alternativa de organização política deste ou daquele partido, mas ele se coloca , muito mais, ao nível da base social , isto é , do povo . A organização de base não substitui o sindicato , nem o partido , nem a Igreja , mas neles intervém para reorientar , no sentido dos interesses das camadas populares .

O movimento de Comunidades Eclesiais de Base-CEBs, que parte de uma tentativa de reorientação da Igreja numa direção popular, se reforça e se amplia num momento de reorganização política . Como a luta política se dá ao nível dos partidos e, estando eles desfigurados , devido à repressão e controle do regime militar, a organização de base se institui como forma de participação fora da política , para intervir na política .

A hipótese inicial de que a organização de base teria sido um fenômeno originário da prática social da Igreja não se mantém . Sendo a organização de base uma alternativa

popular de participação política , não resta dúvida de que ela reforçou também a Igreja expressando-se através das CEBs , mas , por outro lado , a Igreja se reorienta na direção do social e do político . A Igreja , a partir do encontro com a organização de base, amplia o horizonte da religiosidade passando , inclusive , a ter, em relação a outros movimentos , uma postura de não enfrentamento e de combate , como o fez no tempo do " anti comunismo", mas de convivência e de solidariedade em busca da " Libertação".

O fato da organização de base ter vicejado , mais a nível da Igreja , explica-se por ter sido ela a instituição que manteve a sua integridade ante a pressão política e ideológica do regime autoritário . Essa hipótese ganha tanto mais sentido , quando se considera que, antes do Governo Militar , ela vicejou muito mais fora da Igreja como foi o caso das Ligas Camponesas e dos partidos políticos de caráter mais popular .

O presente estudo pretendeu apenas caracterizar os contornos do fenômeno sócio-político da organização de base. Contudo , o aprofundamento teórico da questão, a sua produção cultural, a sua estratégia de intervenção ,as suas possibilidades de permanência ante uma sociedade política fortalecida e muitas outras questões estão a merecer novas investigações . A própria caracterização do fenômeno, tal como foi aqui apresentada , expressa apenas uma forma particular de ver a questão que vale como desencadeadora de outros estudos e como subsídio para a reflexão pelo movimento

popular que unindo-a à sua prática reabrirá, por certo, novos rumos em busca da libertação.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ABC . São Paulo. 30.02.80 . JORNAL

ANDRADE, Manoel Correia de . A Terra e o Homem do Nordeste. Brasiliense . São Paulo . 1973.

A TARDE. Edição 16.04.80

_____. Edicação 24.04.80

_____. Edição 30.04.80 .

_____. Edição 29.02.80.

_____. Edição 03.05.80

_____. Edição 14.05.80

AZEVEDO, Fernando Antonio . As Ligas Camponesas . Paz e Terra . 1982.

BANDEIRA, Moniz . O Governo de João Goulart- As Lutas Sociais no Brasil (1961 a 1964) . Civilização Brasileira . Rio de Janeiro . 1977 .

BARATA, Julio , Ministro do Trabalho de Geisel, no II Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais . Brasília . 1973.

BASBAUN, Leônico . História Sincera da República. 1930.1964.

BARROS, Raimundo Caramuru . Comunidade Eclesial de Base: uma opção pastoral decisiva ". Vozes . Petropólis . 1968.

BETO, Frei. O que é Comunidade Eclesial de Base . Editora Brasiliense . São Paulo . 1981 .

BEZERRA , Gregório . Memórias . Civilização Brasileira. Rio de Janeiro . 1979 .

Cadernos do CEAS , nº 61 .

_____ . nº 70

CALLADO,Antonio. Os Industriais da Seca e os Galileus de Pernambuco . Civilização . 1966.

CALLADO, Antonio . Tempos de Arraes , Padres e Comunistas na Revolução sem Violência . José Alvaro . Rio de Janeiro . 1964.

CÂMARA,Antônio da Silva. Hegemonia e Crise Social no Brasil. Tese de Mestrado . Brasília. Universidade de Brasília.1978.

CAMPANHOLE, Adriano. Consolidação das Leis do Trabalho. Atlas. São Paulo . 1980.

CAMPANHOLE,Adriano . Entidades Sindicais. Atlas. São Paulo . 1980

CARVALHO,Odila Valle . De las Ligas Campesinas al Sindicalismo en el Agro Brasileño : Desarrollo Político . Tese de Mestrado . México . 1978.

CASTRO, Josué de . Sete Palmos de Terra e um Caixão . Civilização Brasileira . Rio . 1966.

CEAS. " A Reforma Agrária do Cabo ". in Cadernos do CEAS.nº20 Salvador . 1972.

_____. Relatório de Trabalho da Assessoria Rural do CEAS. Novembro de 1979.

_____ . Relatório de Trabalho da Assessoria Rural do CEAS. Dezembro de 1979.

_____. Relatório de Trabalho da Assessoria Rural do CEAS. 7 de Janeiro de 1980.

_____. Relatório de Trabalho da Assessoria Rural do CEAS. 21 de janeiro de 1980.

_____. Relatório de Trabalho da Assessoria Rural do CEAS. 03 de março de 1980.

_____. Relatório de Trabalho da Assessoria Rural do CEAS. 17 de março de 1980.

_____. Relatório de Trabalho da Assessoria Rural do CEAS. 13 de abril de 1980 .

_____. Relatório de Trabalho da Assessoria Rural do CEAS. Dezembro de 1982.

_____. Relatório de Trabalho da Assessoria Rural do CEAS. Junho de 1981.

CEBs. Pequena História das Lutas dos Posseiros do Pau Brasil. (mimeografado). Vitória da Conquista. 1977.

CELAM-MEDELLIN . Documento Final da Comissão, nº 1. Justiça - III Projeções de Pastoral Social, 3) .

CELAM-MEDELLIN . Documento Final da Comissão, nº 5- Pastoral das Massas , I).

CELAM-MEDELLIN. Documento final da Comissão, nº 9- Colegialidade (Organicidade Pastoral) III Orientações Pastorais . n. 2ª).

CHIARELLI. Carlos Alberto Gomes . Edição Sulina . Porto Alegre . 1971.

COMBLAIN, José- Versão Latina-Americana da Segurança Nacional . In cadernos de CEAS nº 46. Salvador. pág. 64/71

Constituinte e Democracia no Brasil.. Hoje diversos autores. Editora Brasiliense 208. São Paulo . 1985.

CONTAG . Memorial ao Governo Geisel. Brasília. DF. 1974.

_____"O Trabalhador Rural". Número Especial , 1981. Brasília DF.

_____. " O Trabalhador Rural" . Edições 1973 a 1976. Brasília.

_____. A violência no campo brasileiro. 1984. CONTAG. BRASÍLIA.

_____. Violência no Campo . CNRA, Vozes , 1985.

CORREIO DA BAHIA . 28.02.80 . pág. 7.

DIAS, Antonio . " A Guerra do Café . Cadernos do CEAS. nº 61 1979. Salvador . Pág. 20/29 .

FERNANDES , Florestan . Apresentação de "O que fazer ?" HUICITEC. São Paulo . 1978.

FRANCISCO , Julião . Que são Ligas Camponesas . Civilização Brasileira . Rio de Janeiro , 1968.

FURTADO,Celso, Dialética do Desenvolvimento . Fundo de Cultura . Brasil-Portugal . 1964.

GABEIRA,Fernando - Que é isso companheiro ? . CODECRI. 1981. 26ª Edição. RIO DE JANEIRO.

GERRATANA, Valentino . et alli. Consejos Oberos y Democracia Socialista . Sigla XXI . editora SA. México . 1977.

GRAMSCI, Antonio . Escritos Políticos . Vol. II. Pag. 198 . 1977, Editora Seara. LISBOA.

GREGORY, Afonso . Comunidades Eclesiais de Base. Vozes . Petrópolis . 1973.

IANNI, Octávio. O Colapso do Populismo no Brasil . Civilização Brasileira , 2ª Edição . Rio de Janeiro . 1975.

Jornal " COIVARA " - 4 primeiras edições . Vitória da Conquista . 1982.

JORNAL DA BAHIA . Edição de 08.05.80.

_____. Edição de 13.05.80.

JULIÃO, Francisco . Cambão : La cara oculta del Brasil . Siglo Vintiuno . Buenos Aires . 1969.

_____. Escucha Campesino . Editoria Extemporâneos. México. 1971.

KOSIK, Karel . A Dialética do Concreto . Rio de Janeiro. Paz e Terra . 1976. 2ª Edição .

LÊNIN, O Desenvolvimento do Capitalismo na Russia . Ed. Progresso . Moscou . 1979 , pag. 156

Livro de Tombo. Paróquia de N.S. das Graças. Vitória da Conquista.

Livro de Cânticos das CEBs- Vitória da Conquista. 1978.

MACIEL, Telmo Frederico do Rego. Nível de vida do Trabalhador Rural na Zona da Mata . IJPS . Recife . 1974.

MARINS , José . Igreja : Comunidade de Base . Escolas Profissionais Salesiano . São Paulo . 1968 .

MEDEIROS, Ruy . A questão democrática em Vitória da Conquista. Mimeografado . Vitória da Conquista , 1979.

_____. A Guerra dos Trabalhadores na Cultura do Café. In Cadernos do CEAS. nº 70.

CONTAG . O Trabalhador Rural. Jan/Fev. 1981.

MOISÉS, José Álvaro et alli. Alternativas Populares da Democracia : Brasil anos 80 . Ed. Vozes. Petrópolis em co-edição com CEDEC (São Paulo) . 1982.

MORAIS , Clodomir , 1976. In " Azevedo , Fernando Antonio , 1982.

Movimento dos Sem Terra . A constituinte interessa aos trabalhadores Rurais ? São Paulo . 1985. Pág. 5 e seguintes.

O ANIMADOR - Boletim das CEBs . Paróquia de Nossa Senhora das Graças. 1970 a 1980 . Vitória da Conquista . Bahia.

"O Estado de São Paulo " de 05.05.62.

OLIVEIRA, Francisco de . Elegia para uma Religião . Paz e Terra . Rio de Janeiro . 1977.

PERANI, Claúdio . A Igreja no Nordeste . Breves Notas Histórico-Críticas . In " Cadernos do CEAS" nº 94. Salvador.

PORTELLI, Hugues , Gramsci y el bloque histórico . Siglo XXI Argentina . Editores S/A . Buenos Aires. 1973.

RODRIGUES , Edgar . Socialismo e Sindicalismo no Brasil . Ed. Larmmert S/A. Rio de Janeiro , 1969.

ROLIM, Francisco Cartaxo . Religião e Classes Populares. Vozes , Petropólis , 1980 .

SALGADO, Noeci . Depoimento aos Cadernos do CEAS nº 70 .

SCHERER, Jacqueline . Alguns paradoxos das Comunidades Contemporâneas . IN " UTOPIA OU REALIDADE " . Comunidades Eclesiais de Base . Afonso Gregory . Vozes/ Ceris. Petrópolis . 1973.

SIGAUD, Lygia . Os clandestinos e os direitos . Tese de Doutoramento USP. São Paulo . 1977.

SILVA , José Francisco da . Discurso de Posse na CONTAG.Rio Janeiro . 1968 .

SILVA, José Gomes da . A Reforma Agrária no Brasil . ZAHAR. Rio de Janeiro . 1971.

SOUZA, Luiz Alberto Gomes de . A JUC, os estudantes católicos e a política . Petropólis . Vozes . 1984.

SPRIANO, Paulo . Introdução aos Escritos Políticos de Gramsci. Editora Seara. Lisboa. 1977.

TRIBUNA DA BAHIA - Edição de 23.04.80.

_____. Edição 29.04.80 .

TRIBUNA DO CAFÉ - Edição 27.02.80 - 1ª. página .

VEJA. Edição 22.08.1973.

WANDERLEY , Luis Eduardo W. Educar para Transformar. Petropolis. Vozes . 1984.

ANEXOS

TABELA 1

ÁREA, POPULAÇÃO TOTAL , URBANA E RURAL , TAXA GEOMÉTRICA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO E DENSIDADE DEMOGRÁFICA , SEGUNDO OS MUNICÍPIOS - 1970 / 80

PÓLO CAFEEIRO DE VITÓRIA DA CONQUISTA

ESTADO DA BAHIA

M U N I C Í P I O S	ÁREA (Km^2)	POPULAÇÃO RESIDENTE em 1970 (Nº DE HABITANTES)			POPULAÇÃO RESIDENTE EM 1980 (Nº DE HABITANTES)			TAXA GEOMÉTRICA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO- 1970/80 (%)			DENSIDADE (HAB/ Km^2)	
		TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	1970	1980
BARRA DO CHOÇA	545	8904	1503	7401	20503	6414	14089	8,70	15,61	6,65	16,34	37,62
BOA NOVA	2273	22837	2076	20761	24896	2340	22556	0,87	1,20	0,83	10,05	10,95
CAATIBA	697	13292	1617	11675	10646	2032	8614	-2,20	2,31	-2,99	19,07	15,28
CÂNDIDO SALES	1382	15110	5691	9419	18280	7964	10316	1,92	3,06	0,91	10,93	13,23
ENCRUZILHADA	3573	24512	2164	22348	24747	2646	22101	0,10	2,03	-0,11	6,86	6,93
IGUAÍ	935	23696	5691	18005	23549	7200	16349	-0,06	2,38	-0,96	25,34	25,19
ITAMBÉ	1715	27814	11317	16497	25539	14541	10998	-0,85	2,54	-3,97	16,22	14,89
MANOEL VITORINO	1973	14566	2090	12476	16637	2532	14105	1,34	1,94	1,23	7,38	8,43
NOVA CANAÃ	682	15925	3971	11954	13579	4747	8832	-1,58	1,80	-2,98	23,35	19,91
PLANALTO	815	19719	4264	15452	22359	5990	16360	1,26	3,47	0,57	24,20	27,43
POÇÕES	2540	39448	11180	28268	45509	16886	28623	1,44	4,21	0,12	15,53	17,92
VITÓRIA DA CONQUISTA	3743	125573	84346	41227	170624	127454	43170	3,11	4,21	0,46	33,55	45,58
TOTAL (A)	20873	351396	135913	215483	416868	200755	216113	1,72	3,98	0,03	16,83	19,97
TOTAL DO ESTADO (B)	559951	7493470	3085483	4407987	9454356	4660304	4794042	2,35	4,21	0,84	13,38	16,88
A / B (%)	3,7	4,7	4,4	4,9	4,4	4,3	4,5	-	-	-	-	-

FONTE : F I B G E , SINOPSE PRELIMINAR NO CENSO DEMOGRÁFICO DE 1980 (BA) . CENSO DEMOGRÁFICO DE 1970 (BA) E CENSO DEMOGRÁFICO DE 1980 (BA) .

TABELA 2

ÁREA COLHIDA DAS PRINCIPAIS CULTURAS, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS . 1970 , 1975 e 1980 .

PÓLO CAFEEIRO DE VITÓRIA DA CONQUISTA

ESTADO DA BAHIA

MUNICÍPIOS	CULTURA (ha)														
	CAFÉ			BANANA			MANDIOCA			MILHO			FEIJÃO		
	1970	1975	1980	1970	1975	1980	1970	1975	1980	1970	1975	1980	1970	1975	1980
BARRA DO CHOÇA	4	1630	9425	443	382	253	806	929	351	94	218	366	113	371	1444
BOA NOVA	1727	200	297	737	222	152	2553	1490	931	8599	5196	3072	8725	3224	2806
CAATIBA	129	44	34	424	503	654	864	305	146	1159	541	877	1156	532	1120
CÂNDIDO SALES	0	0	8	2	-	8	894	1396	1955	485	657	758	471	576	696
ENCRUZILHADA	178	74	4522	74	27	86	2696	1594	1380	1073	..415	1026	981	479	1863
IGUAÍ	496	205	389	124	70	654	2848	1178	1776	1584	644	1148	1619	913	1398
ITAMBÉ	13	15	255	130	109	161	453	142	112	598	326	313	579	404	359
MANOEL VITORINO	-	-	-	1	-	0	344	57	120	1389	1804	2445	627	1446	2013
NOVA CANAÃ	315	135	132	163	94	190	1172	689	212	987	558	236	1024	590	485
PLANALTO	158	315	3560	91	34	59	2441	2784	976	3377	2151	2254	3699	2053	3051
POÇÕES	66	143	993	43	12	41	2499	769	1089	7263	4405	7230	5850	2606	5062
VITÓRIA DA CONQUISTA	.2	1224	6628	79	30	34	3505	3791	4315	3180	6438	7698	2893	6045	8344
TOTAL (A)	3061	3985	26243	2311	1483	2292	22055	15114	13360	29788	23353	27423	27737	19259	28641
TOTAL DO ESTADO (B)	29150	25235	67523	38659	30623	40135	295325	235136	197613	595034	562499	604177	558696	475408	602976
A / B (%)	10,5	15,8	38,9	6,0	4,8	5,7	7,5	6,4	6,8	5,0	4,2	4,5	5,0	4,1	4,7

FONTE : FIBGE , Censos Agropecuários de 1970 , 1975 e 1980 (BA) .

JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
5ª REGIÃO

REPUBLICADO D.O. DE
/ / /

ACÓRDÃO Nº 2724/80

DISSÍDIO COLETIVO Nº 11/80

SALVADOR/BAHIA

Suscitante: PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO 5a. REGIÃO

Suscitados: FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA NO ESTADO DA BAHIA; FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DA BAHIA; COOPERATIVA DOS CAFEICULTORES DE VITÓRIA DA CONQUISTA; SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE BARRA DO CHOÇA; SINDICATO DOS ASSALARIADOS DA LAVOURA CAFEEIRA DE VITÓRIA DA CONQUISTA E BARRA DO CHOÇA; SINDICATO DOS TRABALHADORES DE VITÓRIA DA CONQUISTA; REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES RURAIS DE VITÓRIA DA CONQUISTA E BARRA DO CHOÇA.

Relator: JUIZ NEGREIROS FALCÃO
"AD HOC"

Não é ilegal a greve deflagrada e desenvolvida dentro dos cânones da Lei nº 4.330.
Reajuste salarial e condições de trabalho. Aplicação da Lei 6.708/79

A PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 5a. REGIÃO suscita o presente DISSÍDIO COLETIVO, envolvendo, como suscitados, a FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA NO ESTADO DA BAHIA, a FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DA BAHIA, a COOPERATIVA DOS CAFEICULTORES DE VITÓRIA DA CONQUISTA, o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE BARRA DO CHOÇA, o SINDICATO RURAL DE

... BARRA DO CHOÇA, os ASSALARIADOS DA LAVOURA CAFEEIRA DE VITÓRIA DA CONQUISTA E BARRA DO CHOÇA, o SINDICATO DOS TRABALHADORES DE VITÓRIA DA CONQUISTA e os REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES RURAIS DE VITÓRIA DA CONQUISTA E BARRA DO CHOÇA, porque, encalhados num impasse definitivo em suas negociações diretas, paralizaram, pacificamente, os trabalhos os assalariados das categorias profissionais interessadas na questão, com prejuízos para a economia e a paz social. O pedido veio instruído com documentação pertinente às gestões feitas na área administrativa, com participação operosa da Delegacia Regional do Trabalho neste Estado (fls. 2/41).

Delegados poderes para conciliar e instruir à MM. Junta de Vitória da Conquista, por sua Presidência, ali se realizou audiência, sem conciliação (fls. 55/56), recolhendo-se razões escritas de suscitados (fls.65/114, 120/124 e 126), cumprindo-se diligência alvitrada pelo órgão suscitante (fls. 58 e 60 v.), lançado opinativo (fls. 133/134) e realizado julgamento, no qual não se produziu unanimidade nem prevalência de voto entre os Exmos. Srs. Juízes participantes, cabendo-me lavrar o acórdão. É o relatório.

V O T O - PRELIMINAR DE DECLARAÇÃO DE ILEGALIDADE DA GREVE.

É o que se vê das várias razões escritas dos suscitados patronais, todas concebidas pela mesma representação profissional.

Ao contrário do que afirmam, sem o robustecimento da evidência, e rigiu-se em fato notório a organização pacífica do movimento de paralização do trabalho pelas categorias profissionais envolvidas, que, por outro lado, não mediram esforços nem se ausentaram aos apelos do órgão regional do Ministério do Traba -

TRT - Setor Gráfico
Secretaria ... 5ª Região
Salvador, ...
Chefe do Setor de Traslados e Reprografia

lho, no sentido de levar até à exaustação as démarches destinadas à obtenção de um instrumento de lavra profissional, sem interferência, portanto, do Poder Judiciário.

Portanto, no momento em que os trabalhadores, representando um dos estratos mais humildes, e em tese, mais despreparados para o manuseio de delicados instrumentos legais, sabem dar um exemplo de reivindicação firme, porém ordeira, dentro dos cânones da Lei nº 4.330, seria odioso estigmatizá-lo de ilegal, contrariando a índole e o desenvolvimento revelados, e lançando novos condutores de tensão social no delicado quadro conjuntural que vivemos.

Rejeita-se a preliminar de declaração de ilegalidade da paralização de trabalho pelos suscitados das categorias profissionais interessadas.

MÉRITO - A recomposição do salário, em face das disposições da Lei 6708/79, é o resultado de um multiplicador, em percentual, sobre o salário mínimo regional já corrigido automaticamente.

Assim, a cláusula primeira deve ser deferida com a seguinte redação:

"Fica estabelecido que" todas as fazendas cafeeiras do municípios de Vitória da Conquista e Barra do Choça estão obrigadas a pagar aos trabalhadores da lavoura do café a diária mínima de Cr$150,00 (cento e cinquenta cruzeiros), a partir de três de maio de 1980." A cláusula segunda assegura o mínimo fixado na cláusula anterior, mesmo que seja por produção o modo de pagamento. Bem assim em caso de tarefa ou empreitada. A cláusula segunda será redigida. Fica estabelecido que o trabalho por

produção, por tarefa ou empreitada deverá assegurar a diária mínima prevista nesta contrato dentro da jornada normal de oito horas de trabalho.

A cláusula terceira tem sentido meramente pedagógico, normento em região de trabalho rural, sem experiência de dissídio coletivo. A cláusula é a seguinte: As horas excedentes da jornada de trabalho serão computadas como horas extras.

Quanto aos trabalhos complementares da atividade cafeicultura, em relação às cláusulas 1a. 2a. e 3a. justificam a cláusula quarta, com a seguinte redação: Os trabalhos de medição, desto ca, desentulho da destoca, coivara, adubação, plantio, limpas (1a. , 2a. 3a.), desbrota ou poda e pulverização serão pagos por salário diário.
Cláusula quinta: indefiro.

Para remunerar segundo o costume e as condições de trabalho mais ou menos penoso, a cláusula sexta será admitida em parte com esta redação: "Fica estabelecido o preço da lata padrão de vinte litros, quando o plantio estiver em estado de "café cheio", em Cr$30,00 (trinta cruzeiros) e em "café ralo" , Cr$ Cr$35,00 (trinta e cinco cruzeiros).

Cláusula sétima: indefiro.

Cláusula oitava: Indefiro.

Para o empregado doente a obrigação de pagar salários pelo empregador será exigida à vista de atestado médico do IAPAS, de estidade médica oficial ou de médico dos sindicatos. A cláusula nona será redigida assim: "Fica assegurado o pagamento dos

salários pelo empregador, valendo para tanto o atestado médido do IAPAS de entidade oficial ou dos Sindicatos, durante os primeiros quinze dias. Em se tratando de acidente do trabalho assegura-se maior proteção. A cláusula décima é redigida assim: "Nos casos de acidente de trabalho, o fazendeiro pagará as diárias integrais ao trabalhador acidentado, até sessenta dias.

Cláusula décima primeira: Indefiro. Para assegurar o trabalho sem riscos anormais, a cláusula décima-segunda, em parte, garante um repouso depois da pulverização até a colheita, nos seguintes termos: "Que haja um tempo mínimo de sete (7) dias entre pulverização e colheita. O atendimento emergencial do empregado acidentado e a sua condução ao hospital mais próximo é corriqueiro socorro, já conhecido na prática da lavoura de café. A cláusula décima-terceira será redigida: "Os empregadores ficarão obrigados a prestar socorro de emergência ao trabalhador nos casos de acidente do trabalho e conduzí-lo ao hospital mais próximo para atendimento pelo IAPAS.

O fornecimento de ferramentas e de equipamentos para atenuar os riscos da pulverização constitui elementar regra de higiene e de segurança do trabalho. Acc cláusula décima quarta fixa "Nos serviços de pulverização ficarão os fazendeiros obrigados a fornecer aos seus trabalhadores luvas, capacetes, máscaras de proteção, botinas de borracha, macação ou capa plástica. Nos demais serviços fornecerão as ferramentas necessárias ao trabalho.

A hora extra deve ser, também, a que ficar compreendida entre o aguardo do pagamento de salário e a sua efetivação, ou aguardando a medida das latas colhidas, se essa operação não se der no horário de trabalho. Excluem-se dessa tipo de hora extra os

que trabalham por empreitada, tarefa ou produção.

A cláusula décima quinta será redigida: Fica considerada hora extra aquela em que o trabalhador ficar aguardando o pagamento dos seus salários, ou aguardando a medição das latas colhidas, quando esta não for efetuada dantro do horário do serviço, não se aplicando aos trabalhadores remunerados por empreitada, tarefa ou produção.

Cláusula décima sexta: prejudicada.

Décima sétima: Indefiro.

Décima oitava: Indefiro.

Décima nona: prejudicada.

A cláusula de fornecimento de água potável é de praxe. Redige-se assim a 20a. cláusula: Os fazendeiros se obrigam ao fornecimento de água potável para os trabalhadores a uma distância máxima de duzentos (200) metros do local de trabalho.

O transporte de empregados deve obedecer ao mínimo de segurança e defesa contra as intempéries, bem assim a separação nítida de pessoas e ferramentas e insumos. A cláusula 21a. fixa: Nos casos de trabalhadores que moram fora da fazenda, os empregadores se obrigam ao fornecimento de transporte, através de veículos cobertos, com bancos e seguradores, sem qualquer ônus para o trabalhador e com local em separado para ferramentas e ou insumos.

O alojamento é lugar condigno para o pernoite, com as exigên-

cias de segurança, e higiene, que correspondam ao conceito de habitação. A cláusula 22a. estabelece: No caso de permanência dos trabalhadores na fazenda que exija pernoite, os fazendeiros fornecerão alojamento nos moldes adequados, com higiene, segurança, de alvenaria, rebocada, com piso de cimento, banheiro, de preferência na própria fazenda.

A educação elementar é obrigação de todos, principalmente de quem lucra mediante o trabalho direto de outros e seus familiares. A cláusula vigésima terceira determina: Serão criadas, pelo empregador, escolas de primeiro grau nas propriedades que mantenham mais de cinquenta trabalhadores com família.

A cláusula seguinte é de caráter pedagógico, sobretudo em zona rural, de costumes arraigados de dependência da mulher e do menor apesar de que trabalham com a mesma igualdade de esforço do homem. A cláusula 24a. fixa: Fica assegurada a equiparação do salário da mulher e do menor ao mesmo salário do homem.

Vigésima quinta: Indeferida.

Vigésima sexta: Indeferida.

A necessidade de atender ao desenvolvimento intelectual e moral dos menores assegura a cláusula vigésima sétima: O fazendeiro que empregar menores se obriga a organizar o trabalho de tal maneira que eles possam frequentar aulas.

Cláusula vigésima-oitava: Prejudicada.

Vigésima-nona : Prejudicada.

Trigésima : Prejudicada

Trigésima-primeira : Prejudicada, não havendo mais cláusula a

CÓPIA FIEL DO ORIGINAL
Secretaria do TRT. 5ª Região
Salvador, / /
Chefe do Setor de Traslados e Reprografia

julgar, julgo procedente em parte o dissídio, para deferir as cláusulas supramencionadas, aplicada a Lei 6708/79 e o prejulgado 56 do E. TST, no que couber.

Acordam os Juízes do Tribunal Regional do Trabalho da 5a. Região, por maioria, rejeitar a preliminar de ilegalidade da greve, vencido o Exmo. Sr. Juiz Revisor, que a acolhia; no mérito, por voto de desempate, julgar procedente, em parte, o dissídio, ficando com a seguinte redação: "CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica estabelecido que todas as fazendas cafeeiras do municípios de Vitória da Conquista e Barra do Choça estão obrigadas a pagar aos trabalhadores da lavoura do café a diária mínima de Cr$150,00 (cento e cinquenta cruzeiros), a partir de três de maio de 198. CLÁUSULA SEGUNDA: Fica estabelecido que o trabalho por produção, por tarefa ou empreitada deverá assegurar a diária mínima prevista nesta contrato dentro da jornada normal de oito horas de trabalho. CLÁUSULA TERCEIRA: As horas excedentes da jornada de trabalho serão computadas como horas extras. CLÁUSULA QUARTA: Os trabalhos de medição, destoca, desentulho da destoca, cava, adubação, plantio, limpas (1a. , 2a. e 3a.), desbrota ou poda e pulverização serão pagos por salário diário. CLÁUSULA QUINTA: Indeferida. CLÁUSULA SEXTA: Fica estabelecido o preço da lata padrão de vinte litros, quando o plantio estiver em estado de "café cheio", em Cr$30,00 (trinta cruzeiros) e em "café ralo", Cr$35,00 (trinta e cinco cruzeiros). CLÁUSULA SÉTIMA: Indeferida. CLÁUSULA OITAVA: Indeferida. CLÁUSULA NONA: Fica assegurado o pagamento dos salários pelo empregador, valendo para tanto o atestado médido do IAPAS de entidade oficial ou dos Sindicatos, durante os primeiros quinze dias. CLÁUSULA DÉCIMA: Nos casos de acidente de trabalho, o fazendeiro pagará as diárias integrais ao trabalhador acidentado, até sessenta dias. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Indeferida. CLÁUSULA DÉCIMA

SEGUNDA: Que haja um tempo mínimo de sete (7) dias entre pulverização e colheita. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Os empregadores ficarão obrigados a prestar socorro de emergência ao trabalhador nos casos de acidente do trabalho e conduzí-lo ao hospital mais próximo para atendimento pelo IAPAS. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Nos serviços de pulverização ficarão os fazendeiros obrigados a fornecer aos seus trabalhadores luvas, capacetes, máscaras de proteção, botinas de borracha, macação ou capa plástica. Nos demais serviços fornecerão as ferramentas necessárias ao trabalho. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Fica considerada hora extra aquela em que o trabalhador ficar aguardando o pagamento dos seus salários, ou aguardando a medição das latas colhidas, quando está não for efetuada dentro do horário do serviço, não se aplicando aos trabalhadores remunerados por empreitada, tarefa ou produção. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Julgada prejudicada. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: Indeferida. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: Indeferida. CLÁUSULA DÉCIMA NONA: Julgada prejudicada. CLÁUSULA VIGÉSIMA: Os fazendeiros se obrigam ao fornecimento de água potável para os trabalhadores a uma distância máxima de duzentos (200) metros do local de trabalho. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: Nos casos de trabalhadores que moram fora da fazenda, os empregadores se obrigam ao fornecimento de transporte, através de veículos cobertos, com bancos e segurança sem qualquer ônus para o trabalhador e com local em separado para ferramentas e ou insumos. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: No caso de permanência dos trabalhadores na fazenda que exija pernoite, os fazendeiros fornecer alojamento nos moldes adequados, com higiene, segurança, de alvenaria, rebocada, com piso decimento, banheiro, de preferência na própria fazenda. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: Serão criadas, pelo empregador, escolas de primeiro grau nas propriedades que mantenham mais de cinquenta trabalhadores com família. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: Fica assegurada a equiparação do salá-

rio da mulher e do menor ao mesmo salário do homem. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA: Indeferida, CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA: Indeferida. CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA: O fazendeiro que empregar menores se obriga a organizar o trabalho de tal maneira que eles possam frequentar aulas. CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA À TRIGÉSIMA PRIMEIRA: Julgadas prejudicadas, vencidos, quanto à cláusula primeira, o Exmo. Sr. Juiz Revisor, que concedia apenas Cr$130,00 (cento e trinta cruzeiros); quanto à cláusula terceira, os Exmos.Srs.Juízes Revisor e Rosalvo Torres, que indeferiam à cláusula; quanto à cláusula sexta, o Exmo. Sr. Juiz Relator, que deferia a cláusula na forma proposta pelos empregados; quanto a cláusula nona, o Exmo. Sr. Juiz Relator, que deferia a cláusula nos termos pedidos pelos empregados, e, em parte, o Exmo. Sr. Juiz Pinho Pedreira, que aceitava atestado de qualquer médico: quanto à cláusula décima, os Exmos. Srs. Juízes Relator, que admitia até o recebimento dos "carnets" do Sr. previdenciário a título de acidentação, e Revisor, que indeferia a cláusula; quanto à cláusula décima primeira, o Exmo. Sr. Juiz Relator, que a aprovava; quanto à cláusula décima terceira, o Exmo. Sr. Juiz Relator, que aprovava a cláusula com a redação dada pelos empregados; quanto à cláusula décima quarta, o Exmo. Sr. Juiz Relator que aprovava a cláusula com a redação dada pelos empregados; quanto à cláusula décima sétima, o Exmo. Sr. Juiz Relator, que a deferia; quanto à cláusula décima oitava, o Exmo. Sr. Juiz Relator, que a deferia; quanto à cláusula vigésima segunda, o Exmo. Sr. Juiz Revisor, que a indeferia; quanto à cláusula vigésima terceira, o Exmo. Sr. Juiz Revisor, que a indeferia por desnecessária, quanto à vigésima quarta, os Exmos. Srs. Juízes Revisor, Rosalvo Torres e Pinho Pedreira, que a indeferiam, e, em parte, o Exmo. Sr. Juiz Wilson Larretto, que apenas acrescentava a cláusula aprovada a expressão: "quando exercerem funções idênticas"; quanto à vigésima quinta, o Exmo. Sr. Juiz Relator, que a aprovava, quanto à cláusula vigésima sexta, o

Exmo. Sr. Juiz Relator, que aprovava.

Salvador, 16 de setembro de 1980

Negreiros Falcão

Presidente e Relator

Paulo Pergentino Filho

Procurador do Trabalho Substituto

NSS/.

CONFERE COM O ORIGINAL
Secretaria do TRT, 5ª Região
Salvador, [illegible]

Chefe do [illegible] e Transcrição

E R R A T A

1. Incluir entre as páginas 55 e 56

   a 1a. fotocópia

2. Trocar a numeração das páginas 83 e 84:

   a que está como 83 será 84
   a que está como 84 será 83.

3. Trocar a numeração das páginas 109, 110, 111 e 112.

   a que está como 109 será 110,
   a que está como 110 será 111,
   a que está como 111 será 112,
   a que está como 112 será 109

4. Incluir entre as páginas 231 e 233

   a 2a. fotocópia

5. Desconsiderar a página 242.

Tel. do mestrando para contato

Nº 247-6755 (EBC)
Nº 242-7378 (Residência)